

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

JOANA D'ARCK CAETANO

**O PROJETO POLÍTICO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES E A GESTÃO (2009 – 2012) NO
ÂMBITO DOS PILARES DO “MODO PETISTA DE GOVERNAR”**

**VITÓRIA
2014**

JOANA D'ARCK CAETANO

**O PROJETO POLÍTICO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES E A GESTÃO (2009 – 2012) NO
ÂMBITO DOS PILARES DO “MODO PETISTA DE GOVERNAR”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cláudio M. Ribeiro

**VITÓRIA
2014**

JOANA D'ARCK CAETANO

**O PROJETO POLÍTICO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM – ES E A GESTÃO (2009 – 2012) NO ÂMBITO DOS PILARES DO
“MODO PETISTA DE GOVERNAR”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Cláudio M. Ribeiro (Orientador) – UFES

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes – UFES

Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo – UVV

VITÓRIA

2014

Caetano, Joana D'Arck.

O projeto político do Partido dos Trabalhadores em Cachoeiro de Itapemirim-ES e a gestão (2009-2012), no âmbito dos pilares do "Modo Petista de Governar"/ Joana D'Arck Caetano. - 2014

161 f. : il

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Cláudio M. Ribeiro.

1. Partido dos Trabalhadores – 2. Cachoeiro de Itapemirim. 3. Democracia. 4. Participação Popular. 5. Políticas Públicas Sociais. I Título.

[...] O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas...

Roger Chartier

A Gilberto Caetano, pai (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter alimentado minhas forças nas horas mais difíceis, quando muitas vezes eu já não encontrava o caminho em minha pesquisa e Ele revigorava minhas energias para seguir em frente buscando a luz para entender a História.

A meus filhos Gilberto Caetano Nicolão dos Santos e Sofia Caetano dos Santos, por suportarem minha ausência mesmo quando fisicamente estava presente, com resignação e companheirismo. A meus pais Maria e Gilberto (*in memoriam*), pelo apoio que sempre me deram. A minha irmã Maria das Graças Caetano e irmão Gilberto Caetano Junior, em nome de todos os irmãos, por sempre estarem por perto, me motivando a continuar lutando por meus objetivos.

Ao Professor Luiz Cláudio Ribeiro Moisés, orientador do meu trabalho, que me incentivou, me apontou as saídas dentro das teorias e das práticas da História Política, acreditando no meu esforço e capacidade de enfrentar e vencer os desafios que me eram apresentados a cada instante neste íngreme caminho que é a busca do conhecimento. Sempre paciente e cuidadoso para comigo nos momentos de orientação.

Aos professores Vitor Amorim de Angelo e Pedro Ernesto Fagundes, por aceitarem fazer parte da banca e que a partir de suas observações pude olhar para meu trabalho de maneira diferente, com mais clareza e objetividade. Isso foi muito importante para meu amadurecimento como acadêmica. Empenhei-me muito para seguir os apontamentos que fizeram e espero ter conseguido.

Aos alunos do Mestrado em História, em particular Daniela Durante, Silvia Souza Dias, Bruno Sobroza Duarte, Dinoráh Lopes Rubim e José Carlos Rocha Junior, que compartilharam momentos inesquecíveis, de estudos e também diversão.

Aos meus amigos em geral, que torceram e me ajudaram de alguma forma, em nome de Marcelle Ferreira Lins, Lidolfer Polonini e Cristiane Marinato, agradeço

todos os que me acompanharam, de longe ou perto, nesta jornada longa e dura, mas também enriquecedora para minha vida, principalmente como pessoa.

RESUMO

A presente dissertação analisa a trajetória do Partido dos Trabalhadores no município de Cachoeiro de Itapemirim, cidade localizada ao sul do estado do Espírito Santo, e a chegada ao poder nas eleições de 2008, bem como a atuação da administração petista no período de 2009-2012, considerando a conjuntura política, econômica e social que se encontrava o cenário que é objeto do estudo. O levantamento do surgimento da cidade, seus aspectos naturais, econômicos, políticos, sociais e culturais são fatores importantes para a compreensão da história do tempo presente. A pesquisa também analisa o surgimento e a trajetória do Partido dos Trabalhadores no Brasil, no Espírito Santo, com ênfase em Cachoeiro de Itapemirim e a chegada ao poder no município. Entram na pauta da discussão ainda, as contradições do PT ao participar das eleições e afastar-se da sua base social. Com a chegada ao poder em Cachoeiro de Itapemirim-ES, município que apresenta muitas necessidades prioritárias, visivelmente no que concerne à infraestrutura urbana dos bairros periféricos, que cresceram desordenadamente e sem o acompanhamento do Poder Público, o governo petista se depara com o desafio de seguir as diretrizes do chamado “Modo Petista de Governar”, que tem como pilares a participação popular, a “inversão de prioridades” e a ética e a transparência no governo. A proposta é verificar se a administração petista, durante o primeiro mandato (2009-2012) seguiu os parâmetros indicados acima e os resultados dessas ações para a população, principalmente da periferia, que dependem mais das políticas públicas sociais.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Cachoeiro de Itapemirim; democracia; participação popular; Políticas públicas sociais.

ABSTRACT

This dissertation examines the trajectory of the Partido dos Trabalhadores (Workers Party) in Cachoeiro de Itapemirim, south of the state of Espírito Santo, and its arrival to power in the 2008 elections, as well as the performance of the PT administration in 2009-2012 considering the political, economic and social mood that was the scenario for the object of study. The survey of the emergence of the city, its natural, economic, political, social and cultural aspects are important for understanding the history of this time factor. The research also examines the emergence and trajectory of PT (Workers Party) in Brazil, Espírito Santo, with emphasis in Cachoeiro de Itapemirim and the coming to power in the city. Come on the agenda for further discussion, the contradictions of PT to participate in the election and move away from its social base. With the coming to power in Itapemirim-ES, a municipality that has many priority needs, noticeably when it comes to urban infrastructure of the suburbs, which grew haphazardly and without the handling of the government, the PT government is faced with the challenge of following the guidelines of the PT way of Government, founded on popular participation, the "inversion of priorities" and ethics and transparency in government. The proposal is to verify that the PT administration during its first term (2009-2012) followed the above parameters and the results of those actions for the population, especially in the periphery areas, which are more dependent on the public social policies.

Keywords: Workers Party, Partido dos Trabalhadores, Cachoeiro de Itapemirim-ES, democracy, popular participation, the public social policies.

LISTA DE SIGLAS

ACL – Academia Cachoeirense de Letras
ACM – Antonio Carlos Magalhães
ADUFF – Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense
ALCA – Associação do Livre Comércio das Américas
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BC – Banco Central
CAE – Conselho da Alimentação Escolar
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CMPCCI – Conselho Municipal de Políticas Culturais de Cachoeiro de Itapemirim-ES
CPDM – Conselho Plano Diretor Urbano
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
EGPP – Escritório de Gestão de Projetos Prioritários
FAMMOPOCI – Federação de Associação de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim-ES
FBP – Frente Brasil Popular
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNDAP- Fundo do Desenvolvimento das Atividades Portuárias
FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISS – Imposto Sobre Serviços
MEC – Ministério da Educação
MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
OGU – Orçamento Geral da União
ONG's – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Orçamento Participativo
PAC – Programa de Aceleração de Crescimento

PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PED – Processo de Eleições Diretas
PFL – Partido da Frente Liberal
PH – Paulo Hartung
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMDB – Partido da Mobilização Democrática do Brasil
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PPA – Plano Pluri Anual
PPS – Partido Progressista Social
PR – Partido Republicano
PRP – Partido republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SAAE – Serviço de Saneamento de Água e Esgoto
SEMDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SICONV – Sistemas de Convênios e Contrato de Repasses
SUS – Sistema Único de Saúde
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – REVISITANDO A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO	23
1 SURGIMENTO E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	23
1.1 A capital do mármore e granito	30
CAPÍTULO II	34
2 O PT É FUNDADO EM SÃO PAULO-SP	34
2.1 A organização do PT em Cachoeiro de Itapemirim-ES	41
2.2 A participação do PT de Cachoeiro de Itapemirim-ES -1988-1998	46
2.3 A experiência eleitoral do PT no Brasil	55
2.4 Eleições 2008 e a vitória do PT em Cachoeiro de Itapemirim	59
2.4.1 Composição Política do Governo	65
2.4.2 Relações Políticas: Governo Federal, Governo Paulo Hartung e a Câmara de Vereadores	69
CAPÍTULO III	72
3 O MUNICÍPIO E A GARANTIA DE DIREITOS	72
3.1 Fisiologismo e Clientelismo	77
3.2 Cultura e cidadania	81
3.3. Trabalhar é um Direito	86
3.4 Educar é preciso	90
3.5 Segregação espacial e democracia	96
3.6 O Orçamento Participativo	101
3.7 A Ética e a transparência no governo e a “Inversão de Prioridades”	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	125

ANEXOS	131
Anexo A – Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar	131
Anexo B – Entrevista com o presidente da FAMMOPOCI (Federação de Associação de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim), em 23/010/2014, a respeito do orçamento participativo no município	133
Anexo C – Entrevista com o ex-secretário de Gestão e Estratégia do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES (2009-2010) e atual Deputado Estadual Rodrigo Coelho, responsável pela implantação do orçamento participativo no município ..	137
Anexo D – Relatório das plenárias do orçamento participativo por região	142
Anexo E – Fotos de obras de infraestrutura de bairros periféricos	157

INTRODUÇÃO

Sendo obrigado a saber agir como um animal, deve o príncipe valer-se das qualidades da raposa e do leão, pois o leão não sabe se defender das armadilhas, e a raposa não consegue defender-se dos lobos. É preciso, portanto, ser raposa para reconhecer as armadilhas, e leão para afugentar os lobos.

Nicolau Maquiavel

O presente trabalho propõe a análise da trajetória do Partido dos Trabalhadores no município de Cachoeiro de Itapemirim, repassando por sua formação e a chegada ao poder nas eleições de 2008 e atuação do governo petista no período de 2009/2012 em relação aos pilares que norteiam as ações dos governos do PT no Brasil, que são basicamente três: a participação popular na definição de políticas públicas; inversão da política governamental e dos investimentos, fazendo opção pelos pobres; ética e transparência no governo.

Será analisado o chamado “modo petista de governar” em Cachoeiro de Itapemirim, depois de décadas de revezamento no poder por políticos tradicionais, nas últimas podemos citar Theodorico de Assis Ferraço, José Tasso de Andrade e Roberto Almockadice Valadão (os três juntos somaram 20 anos de mandato) e se de fato esta opção do eleitor correspondeu às expectativas daqueles que apostaram na mudança proposta na campanha eleitoral pelo, então candidato, hoje prefeito reeleito Carlos Casteglione, que representa o Partido dos Trabalhadores.

Para lograr êxito nesta empreitada, o presente texto será estruturado a partir de algumas hipóteses. Quanto à prática da inversão de prioridades implementação das políticas públicas no município, considerando as necessidades mais urgentes da população em relação aos investimentos em obras de infraestrutura nos bairros periféricos e pobres.

Quanto à participação popular, em particular através do Orçamento Participativo (OP), que foi implantado no município em 2009, através da Secretaria de Gestão Estratégica e se a população acolheu a iniciativa, opinando sobre as prioridades orçamentárias para suas comunidades.

Quanto à ética e a transparência governamental, dentro dos parâmetros do “Modo Petista de Governar”, como uma das bandeiras que o partido defendeu desde seu surgimento e que, desta forma, passou a imagem para o eleitorado de ser diferente dos demais, que já não possuía credibilidade junto à população.

Sobre as fontes de pesquisa, recorreremos a Documentos Partidários (Estatuto, Manifesto, Jornais, Revistas, Livros de Atas, entre outros), dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e dados estatísticos nas secretarias municipais de Educação, Obras e Gestão Estratégica. Acresceremos entrevistas com o ex- secretário de Gestão Estratégica e atual Deputado Estadual Rodrigo do Carmo Coelho, que foi responsável pela implantação do OP (Orçamento Participativo) no município e o Presidente da FAMOPOCCI (Federação de Associação de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim), Ronaldo Xavier, que está em permanente contato com as comunidades, sobre a implantação e o resultado do Orçamento Participativo no município. As entrevistas com os colaboradores acima citados, foram realizadas em áudio e transcritas posteriormente, sendo utilizadas parcialmente.

Com o intuito de atingirmos os objetivos delineados no trabalho desenvolvemos uma pesquisa com abordagem qualitativa, adotando como técnicas de coleta de dados a entrevista e a análise documental. A utilização das duas técnicas ocorre na intenção de que as mesmas se completem, preenchendo desta maneira possíveis lacunas que por ventura possa existir. A medida adotada para o estudo dos dados coletados é a apreciação de conteúdo (BARDIN, 2004).

Objetivando compreender a construção da democracia através da consciência política, da participação popular e do governo petista, e ainda as contradições de um partido que se propõe a representar uma classe, mas precisa administrar para todos, optou-se por uma pesquisa qualitativa por entender que a mesma [...] se interessa

pela compreensão mais aprofundada dos fatos e das ações que podem delinear a dinâmica da sociedade, das organizações, dos grupos e dos indivíduos” (SALM et al, 2000, p. 2).

Devido ao farto material teórico produzido sobre o Partido dos Trabalhadores, a participação política do povo e a importância disto para a transformação, bem como a plena cidadania, será salutar filtrar a produção escrita que dará sustentação às ideias colocadas neste trabalho.

Existem inúmeros trabalhos publicados sobre a fundação e a trajetória do PT e também sobre experiências administrativas em prefeituras onde o partido esteve atuando no comando. Este material foi organizado com reunião de textos de intelectuais que dominam determinado assunto ligado a alguma área

Este estudo divide em três capítulos. O primeiro capítulo faz um levantamento a respeito do passado do município de Cachoeiro de Itapemirim, desde seu surgimento passando pelas etapas políticas até a emancipação. A história política, econômica, social e cultural foi observada através de autores que apresentaram ricas informações sobre o cotidiano, as fontes de riquezas, a importância política e cultural do município dentro do estado do Espírito Santo.

O segundo capítulo analisa o processo de fundação do PT, a partir da necessidade de um partido classista que atendesse os anseios e organizasse a classe trabalhadora no Brasil. Analisa ainda a organização do PT no município de Cachoeiro de Itapemirim, pontuando as dificuldades enfrentadas, as limitações das lideranças, as divergências no seio do partido. Além disso, analisa a experiência eleitoral do PT, bem como a eleição de 2008 e a vitória eleitoral no município, seguindo da composição política do governo petista e sua relação política com o Governo Federal, Governo Paulo Hartung e a Câmara de Vereadores.

Em relação aos conflitos internos do partido, há uma discussão muito acirrada sobre os rumos do PT enquanto partido. Questiona-se quanto à natureza ideológica e às ações do partido, se é revolucionário ou reformista. Referente ao tema, Oliveira

(2008), em sua dissertação sob o título “Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002”, escreve,

Quando o assunto é o Partido dos Trabalhadores, não se pode deixar de lado a ambiguidade verificada nas entranhas do próprio movimento esquerdista internacional desde os seus primórdios. Isto diz respeito às polêmicas em torno do debate sobre que caminho a esquerda no mundo deveria trilhar, o da reforma ou o da revolução. Essa análise é importante, porque o PT é parte integrante de tal debate como um partido que, embora se intitulando diferente dos tradicionais partidos, sempre refletiu, no seu interior, essas controvérsias [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 30-31).

Sobre as transformações do PT e os caminhos que a esquerda brasileira trilhou e trilha, desde a sua fundação, Demier (2003) reúne uma gama de posicionamentos e reflexões de vários intelectuais e militantes em de esquerda, em forma de entrevista, como João Batista Oliveira de Araújo (Babá), César Benjamin, Luciana Genro, Marcelo Badaró Mattos, Valério Arcary, Virgínia Fontes e Zé Maria. Essas personalidades políticas discutem com muita propriedade as ações do Governo Lula no que se refere à Política Econômica, Política Social, Política Internacional, Reforma Agrária e movimentos sociais. Analisam a democracia partidária, bem como o PT dentro do contexto do socialismo e as perspectivas em relação ao sistema socialista atual. Esses intelectuais fizeram considerações profundas sobre os temas acima expostos e se mostraram bastantes pessimistas em relação ao rumo político ideológico que o PT está trilhando e desanimado quanto ao retorno do PT às suas origens. Sobre isso, Demier (2003) pontua em sua apresentação do livro *“A transformação do PT e os rumos da esquerda no Brasil”*,

[...] o PT das greves e das lutas é visto senão como um adolescente rebelde e contestatário que inevitavelmente caminha para um amadurecimento responsável familiar-profissional, livrando-se enfim das aventuras e inconseqüências da jovialidade. O olhar para a “infância” petista nesse tipo de abordagem assemelha-se ao ato de um acadêmico ex-marxista que, ao olhar sorridente para sua antiga opção teórica e percebendo como “evoluiu” intelectualmente, a toma como pueril e rasteira, localizando-a como algo datado e que, portanto estava fadado a desaparecer (DEMIER, 2003, p. 8).

O posicionamento político do PT tem sido discutido diuturnamente não só por correligionários, mas também por políticos e intelectuais externos ao mesmo, isto porque, como disse o próprio Demier (2003, p. 9), “agora os rumos e as diretrizes do

Partido dos Trabalhadores não dizem respeito mais somente à militância da esquerda em geral, e sim ao conjunto da sociedade brasileira”.

No terceiro capítulo será apresentado um panorama geral sobre a vida urbana, os direitos fundamentais do cidadão e as condições de vida dos munícipes, principalmente nos bairros periféricos, onde as dificuldades em serem atendidos em suas necessidades básicas são maiores. Será analisado o resultado do processo de implantação do Orçamento Participativo e a proposta de participação popular nas prioridades dos investimentos e por fim, se houve execução de obras de infraestrutura nos bairros de periferia que melhorasse a vida dos moradores.

A experiência empírica em relação à história política do município exerceu grande influência. Foi motivador também a veleidade de pesquisar os fatos políticos que alimentaram a história do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, no campo da disputa eleitoral, das transformações sociais, do acesso aos serviços públicos essenciais e que depende do político no interesse da realização de levantamentos sobre este assunto, principalmente em relação às novas propostas de políticas públicas apresentadas pelo governo petista. Sobre a importância da política na vida da sociedade, Rémond (2003), em seu livro “Por uma história política” afirma,

[...] o historiador do político não reivindica como objeto de sua atenção preferencial essa hegemonia; não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social (RÉMOND, 2003, p. 447).

A participação da vida política, seja em escala municipal, estadual ou nacional, faz toda a diferença no resultado da aplicação das políticas públicas. Um povo, participativo politicamente, estará em melhores condições de reivindicar seus direitos e de apontar aos governantes suas necessidades. Se abster da política, como muitos fazem, é abrir mão do próprio destino, pois a política influencia a vida de todos. Sobre isso, René (2003) afirma,

[...] se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade

profissional ou se imiscui na sua vida privada (REMÓND, 2003, p. 442).

Ainda sobre a participação popular na política, Remónd (2003) atesta que sua longa experiência como historiador permitiu-lhe perceber que houve uma elevação progressiva por parte do público, quando se trata de compreensão dos fatos políticos e das exigências a respeito de informação política e se inserindo cada vez mais nesse processo afirma,

[...] os cidadãos se sentem mais membros de um corpo político, e consentem mais que nunca em participar de decisões que afetam a coletividade (REMÓND, 2003 p. 25).

Para que entendemos as ações atuais dos governantes e termos uma participação ativa na política, é preciso investigar o passado, que é imprescindível para a compreensão do presente que permeia este trabalho, em geral, “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente” (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p.15).

Quando se trata de política e do Partido dos Trabalhadores, considerado uma das maiores agremiações partidárias da história recente da política com seus 34 anos de existência, podemos verificar uma vasta produção escrita e que utilizaremos algumas delas neste trabalho. No entanto, para balizar este estudo, recorreremos aos textos de história política de vários historiadores, reunidos no livro “Por uma História Política”, organizado por Rémond (2003) e que auxilia a compreensão do todo social através da análise da participação da vida política, processo eleitoral, formação de partidos entre outros que são de cunho inteiramente político.

Enumerar trabalhos acadêmicos e obras sobre os assuntos em pauta se torna tarefa difícil pela quantidade existente, mas podemos destacar, além do baluarte da história política acima citado, obras como “As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil”, organizada pelo historiador Demier (2003), que analisa a partir de entrevista com fundadores e dissidentes do partido e intelectuais que analisam a chegada do PT ao poder e as conseqüências políticas e ideológicas deste feito,

política econômica e social, reforma agrária, movimentos sociais, socialismo, democracia partidária e as perspectivas da esquerda no Brasil.

Em “Consciência Política e Participação no Orçamento Participativo de Cachoeiro de Itapemirim-ES no período 2009-2012”, Souza (2012), analisa a implantação e os resultados do Orçamento Participativo no município como uma ferramenta utilizada, geralmente em administrações petistas, por tratar-se de um dos pilares do “Modo Petista de Governar”. O autor pontua as falhas e as lacunas da estrutura e da execução, a satisfação e a insatisfação dos agentes envolvidos e principalmente a formação da consciência política da população ao participar de ações políticas voltadas para a coletividade.

Outra obra que podemos destacar é “O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006), uma história revisitada”, organizada pelos professores Angelo e Villa (2009), que reúne textos sobre o surgimento, a trajetória e a institucionalização do partido, bem como a participação do PT em eleições para a Câmara de Deputados, as correntes internas do PT, a participação da sociedade civil no governo Lula entre outros que refletem a importância do surgimento do partido, sua trajetória e chegada ao poder, assim como as ações do governo petista, para a história política brasileira.

A necessidade de organização da sociedade a partir de movimentos urbanos para a construção do socialismo por via democrática e as demandas da população urbana, particularmente das periferias, no que tange aos serviços públicos e às prioridades de investimentos dos recursos públicos. Temas como democracia política, movimento cidadão e poder municipal são pontos importantes da obra de Castells (1980), sob o título “Cidade, democracia e socialismo”. Esta obra faz uma abordagem sobre o que o autor classifica como “movimento cidadão” ocorrido em Madrid (Espanha) e que foi responsável pela transformação social ocorrida no país, ainda que enfrentando o problema de ordem política e econômica do capitalismo avançado. O referido movimento, como o próprio autor afirma, além de fazer história, fez casas, equipou bairros, plantou árvores, abriu escolas, viajou em novas linhas de ônibus, dançou nas festas populares e avançou em outras conquistas para a população urbana. Castells (1980) nos dá embasamento para escrever sobre a

cidade como espaço do cidadão e inicia a obra apresentando as dificuldades e as recompensas da luta para a conquista da liberdade, democracia e dignidade do cidadão. De forma metafórica, traduz a luta e a esperança de uma vida melhor,

As grandes mudanças políticas são a expressão de profundos processos de transformação social. Como se a vida se formasse nas entranhas das sociedades e tivesse que percorrer leitões subterrâneos até que a força de sua corrente consiga infiltrar-se nas paredes das prisões e sair à luz do dia institucional (CASTELLS, 1980, p.13).

Além de Castells (1980) que aborda temas importantes no contexto social que diz respeito à democracia e o capitalismo, Casanova (1995), em sua obra “O Colonialismo Global e a Democracia”, disserta de maneira abrangente a questão da exploração capitalista de maneira global, dos países considerados grandes potências sobre os países periféricos, o chamado Terceiro Mundo, principalmente no que se refere ao endividamento do segundo em relação ao primeiro, e o que isso representa no aumento da pobreza para a classe trabalhadora e o comprometimento da democracia. Segundo Casanova (1995), os exploradores sequer querem que se fale da exploração,

[...] Os que se beneficiam da exploração não querem nem que se pense nela; os que, às vezes tentam denunciá-la, não conseguem; e aqueles que a denunciam fazem-no com uma conceitualização e uma base empírica tão frágil quanto suas forças políticas (CASANOVA, 1995, p. 41).

O objetivo desta pesquisa é facilitar a compreensão da história política do município de Cachoeiro de Itapemirim, principalmente a partir da fundação e da chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder local e a formulação das políticas públicas do governo petista, eleito pelo voto popular em 2008, com promessa de mudança na política e apresentando bandeiras sedutoras, principalmente para a classe menos favorecida, em geral moradores da periferia, como por exemplo, a inversão de prioridades, que consiste em começar a trabalhar as necessidades urgentes, da periferia para o centro, atendendo às necessidades prioritárias dos cidadãos que habitam este espaço.

Neste contexto, o município de Cachoeiro de Itapemirim-ES aponta muitas necessidades prioritárias, visivelmente no que concerne à infraestrutura urbana dos

bairros periféricos, que cresceram desordenadamente e sem o acompanhamento do Poder Público que os relegou por muito tempo. Outros serviços essenciais como moradia social, transporte público, iluminação pública e espaços de lazer ainda são reclamados pela população cachoeirense, evidenciando uma demanda reprimida desses serviços. Este trabalho não tem a pretensão de analisar todos os atos administrativos e resultados do governo petista em Cachoeiro de Itapemirim em seu primeiro mandato (2009-2012), mas se, enquanto proposta de mudança na política que se comprometeu a realizar, conseguiu colocar em prática os pilares do “Modo Petista de Governar”, baseado nos pilares já mencionado acima.

CAPÍTULO I

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – REVISITANDO A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

1 SURGIMENTO E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Mas eu a levarei para a beira do ribeirão, na sombra fria do bambual; ali pescarei piaus. Há rolinhas. Ou então ir descendo o rio numa canoa bem devagar e de repente dar um galope na correnteza, passando rente às pedras, como se a canoa fosse um cavalo solto...

Rubem Braga

O município de Cachoeiro de Itapemirim está localizado no sul do Estado do Espírito Santo, encravado entre as montanhas e às margens do rio Itapemirim, que atravessa a cidade de norte a sul, onde o grande cronista Rubem Braga quis que fossem jogadas as cinzas do seu corpo. No entanto, passou por várias etapas políticas até ganhar o título de município emancipado. Primeiro foi freguesia (1856), com o nome de Paróchia de S. Pedro das Cachoeiras de Itapemirim, depois foi vila (1867), posteriormente comarca (1876), e finalmente cidade, tendo como primeiro prefeito o Coronel Francisco de Carvalho Braga, de família portuguesa, da cidade de Braga e pai do poeta Newton Braga e do cronista Rubem Braga. A origem do município pode ser verificada na descrição de alguns historiadores, entre eles, Marins,

habitações ribeirinhas, disseminadas rio abaixo; às vezes rodeadas de palissadas protectoras, habitadas por caboclos e mestiços. Pequenas roças em volta, onde por igual se cultivava a mandioca as bananeiras e algumas touceiras de canna de assucar. A pesca e a caça provião fartamente á vida. Raizes e benzeduras, curavão os males do corpo (MARINS, 1919, p.135).

O nome do município é alvo de curiosidade devido à utilização do substantivo masculino “cachoeiro” ao invés de “cachoeira”, porém, na época, isso era uma maneira própria dos brasileiros, principalmente dos habitantes do Espírito Santo. Há também outras versões como: que veio da simplificação popular de encachoeirado,

que existia na margem esquerda do rio um cajueiro e os navegantes do rio o chamavam de “cajueiro do Itapemirim”etc. Passou a receber várias denominações até ser o que foi grafado definitivamente “Cachoeiro de Itapemirim”, no ato da instalação da comarca, em 1877, na regência da Princesa Isabel e também em 1884, quando a Câmara Municipal informou para o Dicionário Geográfico do Brasil que “A sede do município é Cachoeiro de Itapemirim”.

Como já exposto, a sede do município nasceu às margens do rio e é cercada por colinas que no passado eram lavouras de café. Depois, passaram a abrigar pequenas culturas que abasteciam a cidade e, posteriormente, foram loteadas para dar lugar aos bairros residenciais. Mais ao longe, a área é toda rodeada por uma cadeia de montanhas rochosas, destacando-se uma delas como símbolo do município, o Pico do Itabira ou Pedra do Itabira, tombada como patrimônio natural pelo Conselho Estadual de Cultura. Marins descreve de forma quase poética a cidade entre as montanhas,

Para além da zona urbana começam as grandes montanhas rochosas, que emergem de valles profundos, talhados em socacos e alcantis em cujas bases serpeam em rápidos declives e correm amortecidas nas planuras alagadas onde vicejam gramíneas densas, as águas dos inumeros ribeirões, que cruzam por todas as terras dos districtos, banhando-as fartamente. De toda cidade avista-se, como vedetta mudo das gerações que passam. A rocha Itabira de bizarra estructura (1), destacando-se no azul do firmamento (MARINS, 1919, p. 47).

Cachoeiro de Itapemirim é uma região privilegiada devido à sua localização geográfica, já que está próxima à várias rodovias federais, à capital Vitória-ES e ao Rio de Janeiro-RJ, que possuem importantes portos, o que facilita muito o avanço econômico do município. No passado, contou com o desenvolvimento do vale do Itapemirim foi fundamental para a formação do município de Cachoeiro de Itapemirim, que se tornou um importante pólo da economia da província do Espírito Santo. Sobre esta importância do cenário da região sul o

grande entusiasta do desenvolvimento do vale do Itapemirim, o governador Francisco Alberto Rubim falou da existência de um “caxoeiro” a seis léguas de distância (hoje Cachoeiro de Itapemirim), onde mandou estabelecer, para proteção e apoio ao desenvolvimento da região, dois quartéis, um na parte norte,

guarnecido por tropas da capitania do Espírito Santo, e outro no lado sul do rio, construído e guarnecido, estranhamente por soldados da Segunda Divisão de Minas Gerais. Esses quartéis, com a denominação de quartel da Barca, em homenagem ao conde da Barca, deram origem a Cachoeiro de Itapemirim e estavam situados próximos de onde é hoje o Cemitério Municipal (lado norte) e início do bairro Baiminas (lado sul) (OLIVEIRA, 2008, p. 527-528).

O município de Cachoeiro de Itapemirim, cortado pelo rio, possuía um serviço de transporte rudimentar – uma canoa – para fazer a travessia das pessoas de uma margem à outra, mediante o pagamento da passagem pelo usuário, sob um contrato firmado com a Câmara Municipal. Cada embarcação comportava oito passageiros e o valor da passagem era oitenta réis. O último contratante do serviço de transporte fluvial foi o negro Felipe da Silva Costa, em 1887. No mesmo ano, foi inaugurada a Ponte Municipal, inaugurada em 11 de junho de 1887, e a travessia era feita sob a cobrança de pedágio até o ano de 1920, quando as despesas com a construção foram totalmente pagas e então foi liberada a passagem gratuita. Até então, a Câmara alugava a um particular para explorá-la. O valor da passagem baseava-se numa tabela de preços que adotava critérios como: pessoa calçada, carro com carga ou sem carga, café ou outro produto transportado por pedestres era cobrado por quilo, litro ou fracionado etc. A cobrança era efetuada de um lado e do outro da ponte (BRAGA, 1986, p. 35).

O lugarejo foi se desenvolvendo às margens do Itapemirim, com a colonização vindo rio acima e as embarcações sendo obrigadas a parar, devido às corredeiras que dificultavam a navegação, na altura do Baiminas e do lado norte, em frente, onde depois seria, a Fábrica de Cimento, atualmente desativada. Nesta região, foram construídas as primeiras casas do município e, posteriormente, tornou-se importante polo econômico, principalmente pela utilização do rio Itapemirim como transporte fluvial para passageiros e escoamento de produtos como madeira, café, cana-de-açúcar, que eram transportados até o porto da Barra.

Grandes extensões de terras foram dominadas por plantadores de café formando os latifúndios na região, quando as amplas negociações comerciais no século XIX eram realizadas pela elite cafeeira. Em 1856, viviam em Cachoeiro e nas grandes fazendas ao redor, 3.561 pessoas, sendo 2.141 escravas (BRAGA, 1986, p.

25), havendo, desta forma, mais escravos que pessoas livres. Com a abolição da escravatura, em 1888, os libertos foram entregues à própria sorte. Segundo Bittencourt, (2006, p. 548), em Cachoeiro, concentrava-se o número de 6.965 dos 13.403 escravos que havia no estado no dia da abolição, considerado o maior contingente do Império. Dá-se o início à favelização e, por conseguinte, à desigualdade social no Brasil, refletida até nos dias atuais, processo que foi agravado ainda mais com o desenvolvimento industrial nos grandes centros urbanos e pela desvalorização do trabalhador rural nesse período. As habitações foram sendo construídas à margem dos centros urbanos sem nenhum acompanhamento técnico profissional, sem infraestrutura e sem o olhar criterioso do Poder Público. Sobre o tema, Gabriel Bittencourt discorre,

A industrialização engendra um efeito social bastante adverso, sobretudo em países de grandes desigualdades sociais e em vias de desenvolvimento. Ela eleva os índices de favelização nas áreas urbanas, atrai trabalhadores das regiões vizinhas e eleva o preço da terra urbana, desorganizando o seu espaço. Enfim, promove a poluição urbana, degradando o nível de vida nas grandes cidades [...] (BITTENCOURT, 2006, p. 426).

Por causa da alta demanda de transporte de café, o rio Itapemirim passou a ser insuficiente nessa função, e para atender a essa necessidade, foram construídas as ferrovias Caravelas (1887), Leopoldina Railway (1903) e Estrada de Ferro Itapemirim (1926), transformando a paisagem natural do município,

(...) mesmo a zona cafeeira de Cachoeiro de Itapemirim era considerada mal servida de meios de transportes. Até a chegada dos trilhos da Leopoldina Railway (1903). O sistema integrado pela Estrada de Ferro Caravelas (inaugurada em 1887), era tido como insuficiente: uma ferrovia acanhada, mal construída e encravada num porto fluvial sem boas condições à navegabilidade. Daí a criação posteriormente, da Estrada de Ferro de Itapemirim (1926), cujo leito acompanhava parte do curso do rio do mesmo nome e visava beneficiar a produção do baixo Itapemirim, particularmente da Usina Paineiras (BITTENCOURT, 2006, p. 306).

A construção das ferrovias foi de grande importância para o desenvolvimento econômico do município que, geograficamente, posicionava-se em local estratégico e isso facilitava o escoamento da produção de café e a articulação econômica entre os municípios limítrofes,

Cachoeiro de Itapemirim constituía um entroncamento ferroviário; além das linhas para o Rio de Janeiro e para Vitória, possuía outras para o litoral (até Barra do Itapemirim e Marataízes, ferrovia construídas nos anos 1920 pelo governo estadual), para Castelo e uma ainda que, passando por Alegre e Guaçuí, chegava a Carangola, já em Minas Gerais (ACHIAMÉ, 2010, p. 58).

Embora a principal atividade econômica fosse a lavoura de café, outras vocações econômicas foram surgindo, e com o fornecimento de energia elétrica e de cursos de água que possibilitavam sua geração (Cachoeiro foi a décima cidade do país e a primeira do estado a adquirir luz elétrica), o município passou a ser atrativo para investimentos dos governantes estaduais e empreendedores particulares que traziam divisas e desenvolvimento para o município,

Fábricas de tecidos, de cimento, de óleos, serrarias, usinas de açúcar e novas unidades de produção de energia elétrica, dentre outras atividades, passaram a se instalar na região. Empregos surgiram, e com isso o comércio ampliou seu mercado consumidor, tornando-se também uma atividade econômica importante para o município (COSTA; SALDANHA, 2011, p. 170).

Em relação à importância política do município, Cachoeiro de Itapemirim foi berço de quatro presidentes do Estado: Jerônimo de Sousa Monteiro (1908-1912), Marcondes Alves de Souza (1912-1916), Bernardino de Sousa (1916-1920) e Florentino Avidos (1924-1928). No que tange à cultura, o teatro remonta à segunda metade do século XIX, precisamente em 1866, quando surgiu o “S.P. Ensaio Dramáticos”. Posteriormente, foi fundada a Sociedade de Recreio Dramático Cachoeirense, que apresentava peças e atraía muitas pessoas para os espetáculos. No início do século XX, as apresentações aconteciam no Caçadores Carnavalesco Clube e depois no Cine Teatro Central. Havia ainda o Cine Teatro Santo Antônio e o Cine Guandu. A música também se fez presente por meio da Escola de Música de Cachoeiro de Itapemirim, criada em 1930 pelo professor Alfredo Herkenhoff, que oferecia aulas de solfejo, violino, piano, violoncelo, cornet, trombone, flauta, saxofone e canto, e no que se refere à bandas de música, ainda é mais longínquo o registro, pois datam de 1880, 1900, 1917, 1922 e 1931, entre elas, duas mantêm suas atividades, a banda Lira de Ouro (1922) e a banda 26 de julho (1931). Outras ações culturais aconteciam, como festejos carnavalescos, temporadas de jantares dançantes no Hotel Itabira, concurso promovido pela loja Nova Síria sobre

conhecimentos gerais, com prêmios que iam desde boneca a caminhão, construções de coretos em praças públicas, em geral utilizado pelas bandas musicais que atraíam tanto o público infantil como o adulto. No campo das letras, também havia bons atrativos como os poetas Dr. Frederico Codeceira e Newton Braga, o cronista Rubem Braga que em 1936 escreveu e publicou “O Conde e o Passarinho” e bateu recorde de vendas na cidade. A venda de livros em Cachoeiro era considerada um bom negócio entre os exploradores do ramo, uma vez que os cachoeirenses mostravam-se ávidos por leitura de todo o tipo. O gosto literário variava de autores estrangeiros como Eça de Queiroz, Dely e Ardel a autores nacionais como José de Alencar, Castro Alves, Casimiro de Abreu e outros.

O município de Cachoeiro de Itapemirim foi palco de muitas atividades culturais e a vida social se enchia de encantos. Houve tempos de glória não só no campo econômico, mas também no político e cultural,¹

Nós estamos falando com os olhos do passado, quando Cachoeiro subiu, elevou-se e ocupou a posição de capital da indústria do Estado, conceito que, aliás, também chegou a alcançar na área concernente à política, bem como, no espaço cultural [...] (MACIEL, 2003, p. 37-38).

Nessa época, Cachoeiro de Itapemirim exercia forte atração sobre políticos influentes, investidores, empresários da indústria e do comércio e trabalhadores de outros lugares para se estabelecerem na sede do município. Apenas os artistas, cantores e escritores continuavam migrando, principalmente para o Rio de Janeiro, como Dora Vivácqua (Luz Del Fuego), Carlos Imperial, Jeca Valadão, Roberto Carlos, Rubem Braga, entre outros

Em Cachoeiro de Itapemirim -ES, assim como em todo centro urbano brasileiro, os trabalhadores foram chegando em grande número, vindos do campo para vender sua força de trabalho nas indústrias que se instalavam no município. Sem opção de moradia no centro, foram construindo seus barracos nas áreas periféricas da cidade. Veiga sustenta que os fenômenos de aglomeração e de

¹ Ver Maciel, 2003.

congestão urbana são obviamente inseparáveis da debilitação de certas regiões e do êxodo rural (VEIGA, 2002, p. 281).

No centro da cidade, precisamente nas ruas 25 de Março, Moreira, Dona Joana, Costa Pereira, Cel. Francisco Braga, Prof. Quintiliano, Bernardo Horta, Praça Jerônimo Monteiro, assim como na Rua Moreira, do outro lado do rio, além de outras vias centrais, foram construídos os prédios ou casas para os moradores das famílias mais tradicionais, e no entorno foram surgindo empreendimentos como o Mercado Municipal, Palácio Bernardino Monteiro, que posteriormente se transformou em colégio, Igreja Nosso Senhor dos Passos, Centro Operário e Proteção Mútua, a Escola Gracia Guardia, Catedral de São Pedro, o Iate Clube, a Escola Liceu Muniz Freire, o Fórum, a Escola de Comércio, o Mercado da Pedra, a Agência dos Correios, agências bancárias, cartórios e, posteriormente, hotéis, restaurantes, livrarias, clubes, teatros, cinemas, lojas comerciais, fábricas, supermercados, farmácias, entre outras atividades necessárias à população cachoeirense.

1.1 A capital do mármore e granito

Antes de se estabelecer com potencial explorador do mármore e do granito, Cachoeiro de Itapemirim percorreu outros caminhos econômicos, como a exploração do calcário, fabrico de cal, tijolos e telhas, fabrico de cimento e posteriormente, a extração mineral das rochas encravadas nas regiões de Itaoca, Gironda, Soturno, Santana e tantas outras das proximidades que foram sendo descobertas.

Existem diferenças entre as rochas do mármore e o granito, no entanto, a principal está na gênese e na sua composição mineralógica, que sofre influência pelas condições da formação das rochas. Os mármore são rochas constituídas em grande parte por calcita e dolomita, com acréscimo de alguns minerais, tais como mica, clorita e etc, enquanto os granitos tem sua formação predominantemente por quartzo, feldspato, biotita ou muscovita e anfibólios, o que garante a coloração diferente e diversificada, de acordo com sua formação.

Segundo Maciel (2003), a primeira marmoraria era a do Sr. Waldemar Alves Tavares, instalada na região central da cidade, na Rua 25 de Março, e consta de junho de 1919, com o nome de Marmoraria Itabira. Por muitos anos, era a única marmoraria existente e trabalhava com a construção de mausoléus, lápides, catacumbas, estatuetas de mármore, mesas, lavatórios e outros objetos de utilidade doméstica.

Apesar da importância econômica, com atividades em vários ramos, o setor de extração e serragem de mármore e granito começou a se destacar em Cachoeiro de Itapemirim. Em 1977, das 44 empresas de beneficiamento de mármore do Estado, 32 estavam instaladas no município, o que corresponde a 73% do total. No entanto, as mesmas enfrentavam dificuldades no transporte da produção, já que as vias de acesso se encontravam em situação precária e pela falta de investimento e incentivos por parte do governo e ainda porque os grupos mineradores tinham interesse apenas na exploração e aproveitamento do calcário,

Os grandes grupos mineradores, em poder dos quais estavam as reservas minerais do Estado, só se interessavam pela exploração e

aproveitamento do calcário, dificultando o acesso das empresas voltadas para o beneficiamento do granito e do mármore, assim como também, a precariedade das vias de acesso encarecia sensivelmente o preço do frete[.] O mármore nacional, segundo seus produtores, só se tornava inviável devido ao fator frete. Sua qualidade era tida como sem competidor no mercado internacional (BITTENCOURT, 2006, p. 405-406).

Com o passar dos anos, ocorreram diversas transformações no espaço geográfico. Em 1995, houve a retirada dos trilhos do centro da cidade para dar lugar à construção de uma das principais vias, a Linha Vermelha. A cidade perdeu o título de polo econômico, em razão de fechamentos ou transferências de indústrias para outros lugares, em consequência dos altos impostos e da guerra fiscal, agregados à falta de capacitação profissional e de investimentos e o não acompanhamento da modernização dos equipamentos. No entanto, com a descoberta das jazidas minerais na região, os investimentos migraram para a exploração do setor de mármore, granito e rochas ornamentais. Segundo Maciel (2003), em 1990 acontecia a 2ª Exposição de Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim e a beleza e alta qualidade e variedade das amostras seria motivo de

atração irresistível aos antigos gregos, egípcios e romanos que ornamentavam suas construções com mármore raríssimos- os palácios, os templos, as mansões e os teatros; fascinaria aos orgulhosos faraós, que irigiam enormes construções, ornamentando-as com mármore especiais dificilmente encontrados; causaria deslumbramento ao rei Artaxerxes da Pérsia, que pavimentava seus palácios com os preciosíssimos mármore de Paros. Superaria as belezas dos palácios Assírios-Babilônicos, as enormes construções consagradas ao culto da divindade, o templo da “Fortuna Viril. O famoso templo de Jerusalém. Tudo edificado de mármore esmeraldino. E, pode-se dizer, os blocos marmóreos expostos nesta exposição, procedentes de Gironde, Itaóca, Prosperidade, Vargem Alta etc... causaria superioridade às cavas da Ilha de Paros, na Grécia, às cavas do Lácio, às massas de Carrara, na Itália, aos mármore Porfiro rubro do Egito, ao Altíssimo, o Corchia, o Monte Costa, o Estatuário, o Porraci e o Branco Altíssimo, antigamente muito famosos (MACIEL, 2003, p. 396-397).

Em junho de 1982, uma caravana de empresários do setor do mármore e do granito participa pela primeira da Feira de Mármore e Máquinas, em Carrara, na Itália. Esse fato foi importante para estabelecer o contato com compradores internacionais e para apresentar os produtos brasileiros, que foram expostos no

evento. Além disso, os empresários brasileiros puderam conhecer novidades no ramo a partir de visitas às empresas italianas.

Entretanto, o mármore de Cachoeiro de Itapemirim-ES, somente foi reconhecido por sua variedade e qualidade no final da segunda metade do século XX, pois, até então, a exploração desses minerais era duvidosa. Ainda que alguns geólogos atestassem sua existência no Brasil, raramente eram encontrados e, ainda assim, apresentavam qualidade muito abaixo da expectativa. A preferência era pelo mármore da França, Alemanha, Holanda, Grécia e de outros países de onde eram importados para cá. Um dos mais famosos era o mármore de Carrara, da Itália, cobiçado pelo mundo todo. Atualmente, o município de Cachoeiro de Itapemirim promove a Feira Internacional do Mármore e Granito, que está na 25ª edição e atrai pessoas de todo o mundo interessadas no negócio das rochas ornamentais.

O município, após o investimento no setor do mármore e granito, deu um salto na modernização e passou a ser destaque no ramo no sul do estado do Espírito Santo, tornando-se responsável pelo fornecimento de 80% do mercado brasileiro de mármore, sendo o maior pólo de beneficiamento de rochas e fabricação de máquinas e equipamentos para o setor de rochas das Américas.

No entanto, para chegar a essas riquezas nas profundezas da terra, as empresas do setor deixaram profundas cicatrizes no meio ambiente, em um rastro de destruição inimaginável por onde passaram explorando. Também é verdade que a legislação ambiental não era tão rigorosa como atualmente o são. O produto seguia em direção ao exterior, que muitas vezes comprava a matéria-prima bruta e nos vendia por alto preço, já trabalhada.

Com o setor cada vez mais em ascensão, foi inevitável à organização da classe trabalhadora em associação e posteriormente em Sindicato. Em 1989, um grupo de trabalhadores liderados por parte da igreja católica do município de Vargem Alta-ES, participou da “Caminhada dos Mártires”, que começou na localidade de Alto Moledo. Essa caminhada teve o objetivo de denunciar o grande número de acidentes que acontecia com os operários nas jazidas de extração de mármore e granito e nas serrarias daquela região. A partir deste ato, foi fortalecida a

ideia de se formar o Sindicato dos Trabalhadores do Mármore e Granito, que atualmente atua em todo o estado do Espírito Santo.

O Sindicato dos Trabalhadores do Mármore e Granito se fortaleceu com o apoio do Partido dos Trabalhadores, que posteriormente ganhou musculatura política devido ao grande número de trabalhadores do setor que incorporou à militância do partido. A representatividade de classe deste sindicato foi tanta que, em 1999, o ex-Presidente Lula, que à época ainda não estava neste cargo, veio a Cachoeiro de Itapemirim –ES para visitar o distrito de Itaoca “Pedra”, devido ao volume de denúncias de acidentes de trabalho, e ficou conhecido como lugar de viúvas e mutilados. A influência política do órgão de classe no município foi relevante, pois em 2008 teve um de seus dirigentes, Gildo Abreu, que era suplente, assumido a vaga de vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Essa revisita à História do município de Cachoeiro de Itapemirim é uma tentativa de lançar um pouco de luz sobre o presente, para melhor compreensão do processo político que vivenciamos, a partir do levantamento dos fatos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Para entender a história do tempo presente, é necessário revirmos o passado.

CAPÍTULO II

2 O PT É FUNDADO EM SÃO PAULO-SP

O marxismo não está morto, porque só seria possível matar o marxismo se acabassem com o problema que lhe dá origem. O marxismo não é uma simples resposta aos problemas postos pelo capitalismo, o marxismo é a reformulação de um campo de reflexão e a exigência de uma forma de pensar...

Virgínia Fontes

Quando se pensa uma organização partidária, o grupo fundador leva em consideração a afinidade ideológica que dará sustentação aos planos, às ações e principalmente à longevidade da vida do partido. Os objetivos se alinham, ainda que haja divergências internas sobre a tática e o pensamento converge para os mesmos ideais. Os indivíduos conseguem se identificar através de símbolos, códigos, palavras, gestos e outras formas de identificação e se agrupam de acordo com estes interesses comuns. Sobre isso Berstein (2003) afirma,

Na realidade, dirigentes políticos e eleitos, militantes e eleitores simpatizantes vivem num certo clima cultural que faz com que as próprias palavras que empregam sejam uma referência implícita à doutrina sem que seja necessário exprimi-la, pois algumas fórmulas são de algum modo codificadas e têm para aqueles que as ouvem uma ressonância que supera singularmente de primeiro grau, remetendo a toda uma tradição alimentada de lembranças, acontecimentos precisos, datas chaves[...] (BERSTEIN, 2003, p. 87-88).

Podemos usar como exemplo desta linguagem codificada as palavras “camarada”, utilizada pelos membros do partido comunista e “companheiros”, utilizada pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil, assim como os símbolos utilizados como a foice e o machado pelo primeiro e a estrela pelo segundo, permitem a identificação e a compreensão dos membros do grupo.

Sob essa ótica, nasceu o Partido dos Trabalhadores no Brasil e em 10 de fevereiro de 1980 foi aprovado pelo movimento pró-PT, no Colégio Sion, em São Paulo-SP, o Manifesto Partido dos Trabalhadores, publicado no Diário Oficial da União, em 21 de outubro de 1980. De acordo com o documento, o Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. Havia grande ânsia de liberdade e democracia por parte do povo brasileiro, que vivia os derradeiros momentos da ditadura militar, ainda sob forte temor. Por isso, talvez, a urgência em construir um novo caminho político para trilhar. O momento era propício² e fértil para a formação de um partido que tinha como proposta a inclusão das massas nas decisões internas e ainda na defesa dos direitos dos trabalhadores e a participação nas disputas eleitorais seria uma das ferramentas a ser utilizada para a mobilização social e formação da consciência política da classe trabalhadora. A respeito disso Silva (2009), em seu texto “Nem reforma nem revolução: a estrela é branca”, afirma,

O Partido dos Trabalhadores nasceu enquanto crítica contundente à política eleitoral e manipuladora das massas, própria dos partidos burgueses e populistas. Gestado dentro da ordem, o PT manifestou o objetivo de priorizar a organização autônoma dos trabalhadores. A participação do jogo eleitoral e parlamentar pautava-se pela perspectiva da luta pela organização e pela elevação da consciência política da classe trabalhadora contra a ordem social vigente (SILVA, 2009, p.18).

No seio da organização do Partido dos Trabalhadores, segundo o documento de fundação, havia lugar para todos que montaram uma dura resistência democrática, incluindo operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outras minorias exploradas pelo capitalismo, que imbuídos de um mesmo objetivo formaram o que alguns historiadores classificam de “família política”, como Berstein (2003) afirma,

[...] Essa cultura difusa se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados,

² O período anterior ao citado, foram os anos de Ditadura Militar no Brasil. O momento se torna propício, pois a democracia é restabelecida após o fim do regime, em 1985.

documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulários de palavras codificadas etc, [...] (BERSTEIN, 2003, p. 88-89).

No mesmo sentido, segue discorrendo sobre a afinidade ideológica e por que não dizer da empatia entre os membros da família política, por razão de vivenciarem as mesmas questões ou não se conformarem com determinadas situações, formando esta família política,

[...] Assim a cultura política aparece, em suas diversas manifestações, como a linguagem comum simplificada (da qual o rito é a forma mais sumária) dos membros de uma formação, que desse modo fazem profissão de ideologia sem precisar necessariamente exprimi-la explicitamente, mas com a certeza de serem facilmente compreendidos por todos os membros do grupo [...] (BERSTEIN, 2003, p. 89).

Esse grupo traça planos, idealiza projetos, monta estratégias, organiza discursos, promove debates, formula ideias, defende concepções, levanta bandeira da causa que acredita, recruta aliados, desenvolve táticas, estuda teorias, faz enfrentamentos no campo ideológico, etc., e para tanto, se faz necessário saber quem são e onde estão as forças externas que podem fortalecer a organização. Se faz necessário também que esse grupo tenha uma liderança para ter como referência, para direcionar suas ações na luta política para conquistar seus objetivos. Nesse caso, de acordo com Arcary e Fontes (2003), Luiz Ignácio Lula da Silva se despontou como tal e teve sua liderança potencializada devido ao vácuo que existia no topo político da esquerda,

[...] Lula surgiu como um grande líder operário, todavia a construção do PT foi potencializada pelo fato importantíssimo de que aqui quase não havia competição no campo da esquerda. A esquerda brasileira tinha sido destruída. Por isso, Lula é um líder operário que praticamente não precisou competir com ninguém, porque o velho PCB tinha se desmantelado e a esquerda dele (já rompida com o partido) tinha sido fracionada e se envolvido numa aventura militarista- o heroísmo dos que lutaram contra a ditadura merece respeito, evidentemente. A esquerda, fisicamente destruída e desmantelada, deixou uma lacuna enorme, e é nesse momento que o PT surge e ocupa rapidamente esse vazio.[...] (ARCARY; FONTES, 2003, p. 96).

Neste caso, de acordo com o Manifesto, para que o PT pudesse desenvolver sua estratégia, seria necessária uma relação permanente com os movimentos sindicais e populares que lhe deram origem. Isso revela a dependência inicial do PT dessas organizações, que foram frentes de luta e resistência contra a opressão a que durante longo tempo foi submetido o povo brasileiro³. Como afirma Braga (2009) sobre o surgimento do partido, o PT surge em um período da história brasileira em que a assimetria entre a ordem social e a ordem política é agudamente questionada, traduzindo-se na crise em torno da democratização do sistema político.

O manifesto afirma ainda que o partido é diferente por ser democrático amplo e aberto e que são as bases que mandam. Ele se faria presente em todas as lutas do movimento popular, a fim de respeitar e defender a autonomia das organizações populares e também por seu objetivo político: lutar pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país. A esse respeito Berstein (2003) disserta,

[...] num partido de tradição democrática onde os membros constituem uma realidade, é a opinião deles que em última análise prevalece, apesar das tendências oligárquicas reais, que conseguem retardar ou nuançar as tendências dominantes da base, mas jamais anulá-las (BERSTEIN, 2003, p. 86).

Para Oliveira (2008), é importante discutir sob qual ideologia foi fundado o Partido dos Trabalhadores para melhor compreensão das teorias e das práticas defendidas pelos seus idealizadores. Em que proposta para a política brasileira o partido se ancora e se apresenta para o povo. Sobre o assunto, coloca em seu trabalho de dissertação,

Essa menção acerca da ideologia é importante, porque nos documentos do PT é comum a apresentação de suas propostas políticas como as mais vantajosas, em detrimento de tudo aquilo que existia na política brasileira, ou seja, o partido colocava-se como aquele verdadeiramente defensor da ética e da moral da política. As demais agremiações existentes no Brasil eram colocadas como imorais e demagógicas. Essa demonstração de vantagens de uma proposta sobre outra marca o caráter de seu discurso, no nível mais simples (OLIVEIRA, 2008, p. 39).

³ Manifesto do Partido dos Trabalhadores de 1980, escrito em 1980 após a consolidação do partido no cenário político.

A democracia interna do partido sempre foi motivo de orgulho para os militantes do PT, uma vez que permite a formulação e a defesa de ideias divergentes. A formação de correntes no interior do partido é legítima e reconhecida pela direção nacional. Essas tendências disputam o poder, divergem sobre concepções e práticas e até se contradizem, sendo considerado por alguns como salutar à identidade partidária e como fragilidade por outros.

No entanto, com a vitória do Partido dos Trabalhadores em 2002 para Presidência da República, foram aparecendo as divergências internas e militantes históricos foram expondo suas insatisfações, tecendo as críticas a um PT que estava fugindo ao propósito de sua criação. Um deles foi o, então deputado estadual pelo Pará, Babá⁴, que ao ser entrevistado pelo historiador Demier (2003), afirma,

[...] As lideranças foram cerceando os espaços democráticos para poder, cada vez mais, fazer com que a base deixasse de participar das decisões do partido. Antes era muito fácil ir para qualquer encontro, nos quais assistíamos a debates de todas as forças políticas. A direção do partido foi cerceando sistematicamente esses debates; ao mesmo tempo que reduziam - o que era um dos trunfos do PT - a questão da democracia interna, com o intuito de castrar qualquer pensamento diferenciado dentro do PT[...] (DEMIER, 2003, p. 24).

Outros militantes de esquerda e simpatizantes do PT também se posicionaram contrariamente aos rumos ideológicos que o partido estava tomando sob a direção nacional, afirmando que o mesmo estava deixando de ser um movimento de base para ser meramente eleitoral. Em entrevista ao historiador Felipe Demier, a professora de História, Virgínia Fontes⁵ afirma,

[...] se um partido existe unicamente para conquistar cargos no executivo, sua função é simplesmente um jogo do mercado eleitoral, e não a organização das vontades, que é a articulação orgânica entre essa organização e a formação das consciências, no sentido

⁴ João Batista Oliveira de Araújo, Babá, nascido em Faro (PA) engenheiro mecânico, fundador do PT e da CUT, militante histórico, passando por vários cargos eletivos, desde vereador em Belém (PA), 4 mandatos de Deputado Estadual e Deputado Federal. Destacou-se pela severidade das críticas à política econômica do governo Lula, defendendo o rompimento com a política de subserviência aos banqueiros e a Alca. Fez o enfrentamento à chamada “cúpula do PT” acusando Lula, José Dirceu, José Genoíno e os demais, de descumprimento das resoluções do Partido. Sofreu processo de expulsão do PT por se recusar a votar a favor da Reforma da Previdência.

⁵ Virgínia Maria Gomes Fontes, professora de História na Universidade Federal Fluminense, militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) durante a ditadura militar.

de uma formação conjunta do partido com o movimento de base [...] (ARAÚJO; FONTES; MATOS, 2003, p. 21).

Desde a sua fundação até a chegada ao poder em 2002 e após assumir o governo em 2003, muitas foram as transformações sofridas pelo PT, causando rupturas e, conseqüentemente a retirada de muitos militantes, voluntariamente ou não. Muitos militantes, mesmo permanecendo filiados, afirmam desiludidos com o rumo político partido adotou e não se faz mais política como antes. Evidente que todo processo sofre evolução e em muitos casos o PT precisou se adequar à realidade, mas é verdade também que houve um recuo no enfrentamento mercado financeiro internacional, o que contrariou as expectativas de muitos militantes. Muitas bandeiras da luta social que foram levantadas pelo PT foram deixadas de lado para cumprir os compromissos firmados com os aliados para ganhar as eleições.

No Espírito Santo, assim como nos outros estados e municípios do país, a formação do PT seguiu os passos do PT nacional, com o mesmo perfil de dirigentes e filiados, orientados pela mesma proposta de construção de democracia, direito à cidadania e que o povo pudesse atuar como dono do poder. Com correntes de pensamentos diferentes, que divergiam entre si, mas que convergiam quando se tratava de mudança na política do país, de maneira que os trabalhadores fossem os beneficiados, o PT capixaba foi se consolidando e se organizando a partir do apoio popular e das lideranças que foram surgindo,

do meio sindical, despontaram duas grandes figuras na fundação do PT no Espírito Santo: o médico Vítor Buaiz, cuja candidatura ao governo do Estado no início das conversas parecia certa, e o jornalista Rogério Medeiros. Dos movimentos populares e da Igreja progressista, despontou Cláudio Vereza, e dos movimentos de resistência armada apareceu Perly Cipriano. Por ocasião da importante posição política que ocupavam nas suas entidades sindicais e movimentos sociais, essas quatro lideranças acabaram tomando a dianteira no processo de fundação do partido aqui no Espírito Santo [...] (OLIVEIRA, 2011, p. 85-85)

O PT capixaba, seguindo as diretrizes do diretório nacional, lançou candidatura própria na primeira eleição pós-ditadura militar, com o nome de Perly Cipriano para candidato a governador e tinha sua plataforma alicerçada no moralismo, na anticorrupção e na mobilização das massas. Utilizou-se da campanha

eleitoral como meio de organizar a classe trabalhadora na luta por mais liberdade, melhores condições de vida e combate ao poder econômico.

2.1 A organização do PT em Cachoeiro de Itapemirim-ES

A abertura política no município de Cachoeiro de Itapemirim acompanhou a redemocratização do país e os partidos que se encontravam na clandestinidade voltaram a se organizar. No entanto, assim como em São Paulo-SP, um partido de esquerda estava surgindo como uma novidade. O Partido dos Trabalhadores demandou grande empenho das forças de esquerda para ser fundado no município. Um grupo de pessoas com afinidade política de esquerda, composto por Pedro Correia Reis, José Paradella Netto, Lúcio Pinto, Mauricio Luiz Daltio e outros, trabalharam em prol de filiações de seus familiares e de simpatizantes, com o fim de atingir o número mínimo exigido pelo Cartório Eleitoral para Registro de partido, como afirma Berstein (2003, p. 72), “Um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum [...]” e Silva (2009, p. 32) pontua “O PT é fruto do esforço prático e teórico de homens e mulheres.” Assim como no Brasil e no Espírito Santo, a legenda partidária no município contou com o empenho de pessoas que apostavam na transformação social a partir da organização da classe trabalhadora.

Era um período muito difícil para agregar adeptos, pois a lembrança da ditadura militar estava ainda latente na memória das pessoas, o que intimidava a participação ativa do cidadão na vida política devido ao medo das represálias por parte de quem detinha o poder, seja político, militar ou econômico. Os trabalhadores temiam, principalmente, as demissões, que ocorriam quando os patrões descobriam o envolvimento dos empregados com a política dos partidos de esquerda.

O número de filiados fora suficiente para o registro do Partido dos Trabalhadores. Muitas eram as dificuldades a serem vencidas. Além das burocráticas, havia as de cunho financeiro e de formação ideológica. Ser membro de partido de esquerda naquele momento era arriscar o emprego, as relações sociais e às vezes, a própria pele. Numa sociedade conservadora, era comum, naquele momento, rotular como baderneiro, anarquista e comunista aquele que optava por uma ideologia diferente da “convencional”.

A primeira diretoria do PT foi empossada no dia 19 de julho de 1981⁶, durante a convenção municipal, nas dependências da Câmara de Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, presidida pelo senhor Pedro Correia Reis. A eleição contava com uma única chapa para concorrer ao diretório municipal, formada por: Pedro Correia Reis, José Paradella Netto, Maurício Luiz Daltio, Rogério Tavares da Assumpção, Ronaldo Santana, Tissiani Ferreira Góes Cavalcanti, Saulo Tavares Severo e Jacy do Nascimento, além dos suplentes Paulo Antônio de Alvarenga Moura, Carlos Gambôa de Paz e Valdemir Silva Motta. Compareceram 87 filiados na convenção, contabilizando 85 votos a favor da chapa única, um voto em branco e outro nulo.

Desse diretório, a primeira Comissão Executiva do PT ficou assim constituída: presidente: Pedro Correia Reis; vice-presidente: José Paradella Netto; secretário: Maurício Luiz Daltio; tesoureiro: Rogério Tavares da Assumpção; 1º suplente: Saulo Tavares Severo e 2º suplente: Jacy do Nascimento. Todas as convenções e eleição de diretório eram acompanhadas por um observador da Justiça Eleitoral, designado pelo Juiz Eleitoral da Zona, que assinava o livro de ata por último. Nesta convenção, especificamente, não foi possível identificar o nome do representante da Justiça Eleitoral, por causa da assinatura ilegível.

No ano de 1982, o Partido dos Trabalhadores, recentemente fundado, apresentou chapa completa para disputar as eleições. O candidato escolhido pelo PT para concorrer à eleição de prefeito foi Pedro Correia Reis, tendo como vice-prefeito foi Carlos Gambôa de Paz. A disputa foi com Roberto Almockadice Valadão, vice Ilo Coelho pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e Alicio Franco, com vice João Atayde pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), saindo vitorioso Roberto Almockadice Valadão, que tinha um histórico no movimento estudantil e na resistência contra a ditadura militar, em Cachoeiro de Itapemirim. A votação do candidato pelo Partido dos Trabalhadores foi irrisória, porém importante para marcar presença no processo eleitoral no município. Além disso, as condições para participar da disputa eram precárias: inexperiência eleitoral, dificuldade financeira, poucos militantes conscientes da importância do momento, já que a maioria dos

⁶ Fonte: Livro de Ata, páginas 2 e 3, do Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim.

filiados foi para cumprir a exigência quantitativa da legislação eleitoral. Em reunião da Executiva, o tema é amplamente discutido,

o tesoureiro Paradella abriu os trabalhos colocando as pautas: cartaz, plástico, pixação e a carta dos candidatos aos eleitores. Assim a palavra foi passada a companheira Lurdinha que disse que foram encomendados 5000 cartazes na Frangaf, ficando o orçamento em CR\$ 2.250 [...] Antes de passar para o assunto de pixação falaram Saint Clair e Paradella falando que ajudariam no pagamento do cartaz. Sobre a pixação falou Fernando que a mesma não deve ser feita indiscriminadamente e também mal feita pois se tornaria “poluição visual”, deu a ideia de uma placinha para se pixar, usou a palavra Nevton falando que a pixação é importante para botar os nomes na rua, para que todos saibam dos candidatos do PT e sugeriu seu nome para pixar. Foi decidido, então que se criasse um comitê de pixação com Saulo, Nevton, Mizoca e Joaquim Neiva Junior [...] ⁷

As dificuldades eram grandes, inclusive na organização dos documentos, já que os livros de atas não eram organizados em sequência numeral, precisando buscar a ordem dos acontecimentos de acordo com as datas das reuniões. Os membros do diretório exerciam os cargos que lhe eram confiados mesmo com as limitações de cada um, por isso, às vezes, o pesquisador se depara com dificuldades na investigação.

Em 1984, o PT realizou nova convenção, em 08 de janeiro, às 18 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com a presença do observador da Justiça Eleitoral Tarcísio Rabelo Cabral⁸, desta vez com a participação de 81 filiados que votaram na única chapa apresentada, sem registro de voto branco e nulo. A nova Executiva para o exercício do mandato ficou assim composta: presidente: Pedro Correia Reis; vice-presidente: Octacilino Nunes dos Santos; secretário: Saulo Tavares Severo; tesoureiro: Nelson Luiz dos Santos e suplentes José Paradella Netto e Ailton Antonio Sabino.

⁷ Extraído do Livro Ata, páginas 19 e 20, da reunião realizada na sede provisória do PT, instalada no Sindicato dos Ferroviários, em 17/05/1986.

⁸ Fonte: Livro Ata, página 11, do Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim.

Em 1986, foi realizada nova convenção partidária, no dia 13 de abril, na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, às 09:00 horas⁹, acompanhada pelo observador da Justiça Eleitoral Waldeir Garrute, desta vez com a participação de 101 filiados, sem nenhum registro de voto branco e nulo e 01 voto contra a chapa apresentada, que ficou assim composta: presidente: Pedro Correia Reis; vice-presidente: Valdemir Silva Motta; secretário: Luis Fernando Novoa Garzáu; tesoureiro: José Paradella Netto e vogais: Saint Clair Lopes e Cedecias Gonçalves Pereira.

No início de 1987, o presidente Pedro Correia Reis pediu para se afastar da presidência do PT por motivos de saúde¹⁰ e foi instituída uma Comissão Provisória que teve como presidente Maria de Lourdes Savignon, em um mandato tampão até setembro, quando foi realizada nova convenção, em 27 do mesmo mês, na Câmara Municipal de Vereadores e acompanhada pelo observador Eleitoral Fernando dos Santos Ayub, em que foi eleita uma chapa de diretório. Conforme ata de reunião do partido, página 16 e página 19 (verso) entende-se que o cargo de presidência foi ocupado por Maria de Lourdes Savignon, embora não esteja explícita esta informação.

De acordo com registro em ata, de uma reunião ocorrida em nove de março de 1987, o PT enfrentava problemas com um de seus fundadores, Rogério Medeiros, que fazia críticas ao partido através da imprensa e em carta dirigida à Executiva Regional, que a respondeu. Por sua vez, a Executiva Municipal criticava Rogério Medeiros por ter confeccionado panfleto junto com Gerson Camata, o que demonstrava ato falho por parte do membro, pois Camata não estava na Coligação com o PT. Divergências internas já eram muito comuns dentro do PT, quando a então deputada federal Maria de Lourdes Savignon (“Lurdinha”) denunciou o filiado e militante Fernando Netto por ter declarado no programa de rádio “Momento Político” na Rádio Cachoeiro que,

a população deveria prevenir-se contra os políticos profissionais que se recandidariam este ano, inclusive a deputada Lurdinha que havia

⁹ Fonte: Livro da Ata, páginas 13 e 14, do Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim.

¹⁰ Informação obtida do filiado e militante Antônio Carlos de Oliveira.

faltado a votações essenciais no Congresso no ano passado, especialmente a do orçamento federal¹¹

Os conflitos internos eram levados para conhecimento e deliberação das instâncias partidárias que abriam discussões sobre o assunto para solucionar o problema. No caso acima citado, a deliberação culminou na ida do presidente do PT local à Rádio para esclarecer a situação, além de gerar uma representação ao Diretório Regional para ver se o caso seria passível de ser submetido à Comissão de Ética, já que o comportamento do filiado, na concepção unânime dos presentes à reunião, foi de despeito às normas partidárias, caracterizando uma difamação injustificada à imagem do partido. As divergências internas não se tratavam apenas de discordâncias de opiniões, as candidaturas individualista e defesa de interesses próprios sempre apareciam nos debates e eram discutidas fervorosamente entre os filiados e devidamente documentadas em livro de ata.

¹¹ Fonte: Ata de reunião da Comissão Executiva Provisória, em 06/02/1990, página 05, Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim.

2.2 A participação do PT de Cachoeiro de Itapemirim-ES (1988-1998)

Em 1988, aconteceu a Convenção Municipal do PT para escolher a chapa de candidatos a prefeito, vice-prefeitos e vereadores. O evento ocorreu no dia 29 de julho de 1988, na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e ali decidiu-se que o partido mais uma vez lançaria chapa completa, do majoritário (Prefeito e Vice-Prefeito) e também para Legislativo (vereadores), com o objetivo de fortalecer as bases eleitorais. Para representar o PT como candidato a prefeito, foi escolhido Elieser Rabello e o vice-prefeito José Irineu de Oliveira. O partido teve também chapa completa de candidatos a vereadores.

Nesta eleição foram eleitos dois vereadores, Álvaro Scalabrin, professor e atuante na Igreja Católica, com apoio da CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), conforme declaração do militante Mizoca em ata da reunião da Executiva Municipal do dia 13 de abril de 1986, e Luiz Carlos Poloni, que era locutor de programa local de rádio e ganhou popularidade com a tradicional oração da Ave Maria, às 18 horas. A candidatura majoritária municipal, embora tenha marcado espaço, não logrou êxito. Todas essas pessoas se agruparam em torno de um objetivo: mudanças na política local. Maria de Lourdes Savignon explana sobre as dificuldades do processo de transformação da sociedade, a qual o PT almejava naquele momento através da participação popular, e cita as bandeiras políticas do partido no parâmetro nacional: jornada de trabalho de 40 horas semanais, salário mínimo compatível com as necessidades de sobrevivência do trabalhador, estabilidade de emprego, reforma agrária, reforma tributária, ensino público e gratuito, não pagamento da dívida externa, contra a fome, miséria e inflação¹².

Os dirigentes do partido queriam a reversão do quadro político, social e econômico do país e a transformação da sociedade, com base na máxima "sociedade justa e igualitária". Com apoio de parte da Igreja Católica, sindicatos e orientados por intelectuais da esquerda, os militantes organizaram passeatas contra o capitalismo e um dos alvos foi o monopólio da empresa de transporte coletivo. Além disso, havia forte movimento para uma transformação interna por maior

¹² Fonte: Livro da Ata, página 33, sobre a Pré-convenção do PT em 30 de agosto de 1987.

envolvimento dos filiados, visando melhor organização em torno do objetivo da mudança. Para tanto, o debate de uma das reuniões teve como foco principal a apresentação de um plano de ação,

para organização de, nosso partido (almejamos e) apresentamos o seguinte plano de ação, dividido em duas partes; apresentaremos nossa proposta para debate com o grupo aqui presente e na Convenção Oficial: A) Nível Interno: - instalação da sede dentro dos próximos 60 dias, reorganização das fichas dos filiados- atualização de endereços; trabalhar p/ a organização e construção do partido- participação ampla dos filiados- trabalho nos bairros; prioridade na condução do partido; criação da comissão de finanças; criação da comissão de organização; criação de Secretarias de Movimento Popular e Sindical; criação de Secretaria de Formação e Informação Política, preparação dos militantes a respeito das políticas sociais; criação de comissão de informação; criação de comissão para levantamento da situação político-econômica e social de Cachoeiro; estabelecer atividades do partido a cada três meses.¹³

O PT de Cachoeiro de Itapemirim-ES iniciou o ano de 1989 com dois vereadores eleitos e uma deputada federal, já que Maria de Lourdes Savignon (Lurdinha) como primeira suplente, tinha ocupado a vaga de Vitor Buaiz, que havia sido eleito para a Prefeitura de Vitória. O Partido no município, portanto, estava com uma grande responsabilidade, já que haveria eleição para presidente da República, pela primeira vez pelo voto direto depois da redemocratização do país, e o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva, que disputaria com grandes chances de vencer, abalava as estruturas do poder vigente, ou seja, das forças políticas de direita que há anos se revezavam no comando político e econômico do país.

[...] É fora de dúvidas, porém, que vieram a revelar-se particularmente danosas entre os veículos de comunicação a partir da campanha, para a presidência da República de Fernando Collor – cuja imagem de herói moço, caçador de marajás, foi, em grande parte, uma criação irresponsável da mídia, com destaque para a Rede Globo- e também uma construção ideológica. Afinal, a administração jornalística do crescimento de Collor foi um recurso para barrar, na época, a ascensão de Lula, cujos índices de aceitação na opinião pública atemorizava o “status quo”[...] (GOMES, 2001, p. 598-599).

¹³ Fonte: Livro da Ata, página 30-31, Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim.

Para tentar minimizar os danos do massacre midiático, a Executiva Municipal organizava “arrastão”¹⁴ no centro da cidade para entrega de panfletos, formação política com o objetivo de preparar os militantes para o discurso de pedir o voto, realização de feijoadas para arrecadar recursos financeiros para a FBP (Frente Brasil Popular), carta para os filiados explicando “Porque votar em Lula”, a fim de facilitar os argumentos para a campanha, e outras ações que visava fortalecer a candidatura petista. O desfecho desta campanha eleitoral, a maioria do povo brasileiro conhece: a eleição foi para o segundo turno e Fernando Collor ganhou a eleição para presidente da República.

Em 1990, a Comissão Executiva Provisória se reuniu mais vezes, pois muita ação política estava em pauta. Lula havia perdido a eleição para Fernando Collor de Melo, governador do Alagoas, que havia ganhado popularidade com a bandeira de “Caçador de Marajá”, que consistia em exonerar os servidores públicos que ocupavam cargos de altos salários. O PT de Cachoeiro mantinha dois vereadores e uma deputada federal e organizava a política partidária e a oposição ao, então, prefeito Theodorico de Assis Ferraço. Os vereadores se revezavam na liderança da bancada petista na Câmara de Vereadores.

Em 1991, o PT de Cachoeiro discutia a criação de uma Frente Progressista, a abertura da imprensa local ao PT e a formação de uma comissão para discutir e elaborar um programa de governo para a prefeitura, tendo como tarefa inicial um estudo sobre a realidade do município para embasar a proposta. Ainda no mesmo ano, o PT discutia em suas reuniões de diretório a oposição ao governo Collor – e seus aliados no Espírito Santo, a oposição ao governo Ferraço; uma administração popular como mecanismo de democracia participativa; prioridade para as áreas sociais; moralidade e legalidade com a coisa pública; defesa das conquistas e dos direitos dos trabalhadores. O PT reunia o diretório em reunião ampliada (aberta aos filiados sem cargo de dirigentes) para assistir ao Programa Nacional do PT na televisão, planejava a tradicional alvorada dos trabalhadores para o 1º de maio e iniciava uma crise com o vereador Álvaro Scalabrin devido às suas ausências nas

¹⁴Caminhada dos militantes pelo centro da cidade distribuindo materiais de campanha eleitoral.

reuniões do partido e à falta da contribuição partidária, de ordem estatutária no PT.¹⁵ Neste ano, conforme registro no livro de Ata de 1989 a 1994, as reuniões foram mais intensas, extensas e frequentes, às vezes com 03 (três) reuniões no mesmo mês, como no caso de outubro e novembro. Os assuntos de pauta demonstravam a preocupação dos dirigentes com uma formação política permanente para os filiados para que cada um fosse um militante, e para isso seria formada uma comissão de nucleação. Havia ainda a preocupação do partido em intervir organizadamente no movimento social por meio de comissões sindicais e de movimento popular.

Em 1992, o PT investiu no fortalecimento do partido através da participação das bases, inclusive em outros municípios, intervindo na eleição de chapas de sindicatos, organização partidária, realização de encontros, e também enfrentou crises internas como dificuldades financeiras para manter as ações do partido, caso dos vereadores acusados de destoarem da linha partidária nos discursos na tribuna da Câmara e de não contribuírem financeiramente (com ameaças de encaminhamento para a Conselho de Ética Interna do partido, o que resultou no pedido de afastamento do vereador reeleito Álvaro Scalabrin do quadro de filiados do PT), denúncias internas entre chapas que disputavam direção de sindicatos, denúncia de irregularidades na administração de sindicatos(Comércio e Saúde) conduzido por filiados do partido, e outras divergências entre membros da direção partidária. Neste ano o partido teve como candidato a prefeito o médico cirurgião Fernando Antônio Ferreira Netto e como vice Maria de Lourdes Savignon. O prefeito Theodorico de Assis Ferraço apoiou para sucedê-lo, o candidato José Tasso de Andrade, que foi eleito para o mandato 1993/1996 em Cachoeiro de Itapemirim.

Em 1994, o partido não tinha representante no parlamento local e precisava articular a candidatura de Vitor Buaiz para governador e a de Lula para presidente. Animados pelos bons ventos que sopravam no cenário político estadual, com o candidato ao governo com grandes chances de vencer, já que teve a sua administração como prefeito aprovada pela população da capital, e no cenário nacional Lula liderava as intenções de voto após a decepção popular com o impeachment de Fernando Collor de Mello, ocorrido em 29 de setembro de 1992,

¹⁵Fonte: Livro da Ata 21/03/1991, 01/04/1991 e 18/04/1991, Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim.

após escândalo revelado pelo seu irmão Pedro Collor de Mello, o PT se organizava para o processo eleitoral. O candidato petista Vitor Buaiz foi eleito para o governo do estado e Lula novamente perdeu a eleição, desta vez para Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda de Itamar Franco, que lançou a moeda real e prometeu controlar a inflação, o grande pesadelo do povo brasileiro naquela época.

A militância decepcionou-se com a derrota de Lula, mas manteve a esperança de uma nova política para o estado com a vitória do candidato ao governado pelo partido. No entanto, correntes internas do partido passaram a discordar do posicionamento político de Vitor Buaiz diante da conjuntura política nacional,

[...] Carlos diz que o governador está contrariando todos os nossos princípios e também o modo petista de governar, e isto está tendo repercussão nacional negativa. A gota d'água foi as demissões no Banestes¹⁶ sem nenhum critério. O tribunal de Contas rejeitou as contas do governador. Infelizmente as práticas de Vitor Buaiz estão indo de¹⁷ encontro a política neoliberal de FHC¹⁸, partindo da entrevista concedida a revista "Veja"¹⁹ nas páginas amarelas, em que declara apoio a reeleição de FHC, e elogia politicamente Paulo Maluf e critica Erundina [...] ²⁰

Em Cachoeiro, 1996, o PT estava sem representação no Legislativo, considerando que o vereador reeleito Álvaro Scalabrin havia saído do partido e Luiz Carlos Poloni saiu antes, foi para o PPS, mas não se reelegeu. Nessa eleição, o partido fez coligação com o PSB (Partido Socialista Brasileiro), com o nome de José Irineu de Oliveira (PT) para candidato a prefeito e Carlos Quintino (PSB) como vice-prefeito. Essa chapa disputou com Nasser Yussef (PMDB) e Theodorico de Assis Ferraço (PTB), que venceu a eleição. Por exigência do PSB, a coligação para a chapa proporcional (vereadores) excluiu o PCdoB (Partido Comunista do Brasil). O PSB elegeu dois vereadores e o PT não conseguiu eleger nenhum, ficando mais uma vez sem representação na Câmara de Vereadores. Assim, as dificuldades políticas e financeiras eram grandes, ficando o partido dependente do empenho da

¹⁶ Banco do Estado do Espírito Santo S/A

¹⁷ Supões-se que seja "ao" encontro e não "de" encontro.

¹⁸ Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil (1995-1998 e 1998-2002)

¹⁹ Editora Abril, Revista Veja, Edição 1467, p. 9-11, 23 de outubro de 1996.

²⁰ Fonte livro de Ata de 05/11/1996.

militância, que mantinha uma pequena sala alugada, desprovida de banheiro, de assoalho de madeira, no prédio do antigo Cine Broadway, no centro da cidade, na tradicional “Praça Vermelho”. O PT estava carente de uma liderança forte que o conduzisse no rumo ideológico para o qual havia sido criado, pois, embora com todo esforço de alguns em fazer valer o propósito da organização da classe trabalhadora, o partido estava trilhando um caminho com foco eleitoral. A respeito das lideranças da classe trabalhadora, Valério Arcary²¹ afirma,

[...] as classes sociais têm de usar o material humano que está disponível e, nesse sentido, em grande medida, a classe trabalhadora improvisa lideranças, porque é muito mais difícil para ela construí-las do que para a burguesia. Para a classe dominante é mais fácil porque ela tem muito mais material humano disponível, ela pode fazer um processo de seleção sobre uma base muito grande. Já para a classe trabalhadora é muito mais difícil, porque, em qualquer sociedade capitalista, a maior parte das lideranças que surgem será corrompida pela burguesia; o processo é brutal, porque temos uma luta entre desiguais [...] (ARCARY; FONTES, 2003, p. 95).

O PT, principalmente o de Cachoeiro de Itapemirim – ES, estava em rota de colisão com o Governo Estadual (PT), pois este construía em nome da “governabilidade”²² alianças com adversários políticos como Ricardo Ferraço, deputado estadual e presidente da Assembléia, e o pai Theodorico de Assis Ferraço, então deputado federal e pretendo candidato à prefeitura em 1996. Esse episódio deixava o PT de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em situação de constrangimento e fragilidade, pois se via obrigado a defender o governador diante das críticas da oposição, enquanto ele mesmo não fazia segredo de sua aproximação com os adversários locais.

Em 1998, mais uma vez o PT se organizou para ir às ruas em busca de votos para Lula. Havia uma esperança por parte da militância de uma virada na eleição presidencial. Não foi ainda desta vez. Novamente Fernando Henrique Cardoso

²¹ Valério Arcary é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), em São Paulo. Nascido no Rio de Janeiro, iniciou em Portugal sua militância política, no ano de 1973, integrando o movimento estudantil que a ditadura de Marcelo Caetano, que sucedera Salazar no comando do Estado português. Foi um dos fundadores do PT, participou do movimento da reconstrução da UNE e fez parte da primeira Executiva Regional da CUT, em São Paulo. Foi expulso do PT em 1992 e fundador do PSTU em 1994.

²² Governabilidade – argumento utilizado pelo governador para propor e fechar alianças com adversários políticos.

ganhou a eleição no 1º turno. No entanto, essa jornada Brasil afora rendeu frutos para o fortalecimento do partido em colégios eleitorais importantes, como São Paulo (FRIZZO, 2012). Além disso, as Caravanas da Cidadania, em que Lula percorreu 359 cidades brasileiras, entre 1993 a 1996, contribuíram para a aproximação entre o povo, Lula e, conseqüentemente, o PT, pois a imagem de um era vinculada a do outro.

Sobre o comportamento do PT e a participação nos pleitos eleitorais, enquanto partido que nasceu criticando a política eleitoreira e manipuladora das massas e, se apresentava como *novidade* em detrimento do *velho*, que representava o conservadorismo, muitos militantes e intelectuais de esquerda discordaram e criticaram esta postura, pois queriam que o PT fosse um instrumento de organização e consciência política da classe trabalhadora contra a ordem social vigente como havia se comprometido ser. Sobre o caso, Silva afirma em seu texto “*Nem reforma nem revolução: a estrela*”,

O PT apresenta dificuldade cada vez maior em se diferenciar dos partidos e políticos que criticava antes, sendo que muitos deles se tornaram aliados. Sua política é, portanto, também pautada por estas alianças. [...] Em vez de assimilar a crítica e mudar o rumo da sua política, não só insistiu como aprofundou o caminho eleitoral delineado nestes anos [...] (SILVA, 2009, p. 29).

A corrida na disputa eleitoral e a determinação do PT de ocupar o Estado brasileiro a qualquer preço, ainda que fosse ampliando o leque de alianças, trazendo adversários políticos para perto, e negando seus princípios políticos- ideológicos, desagradou deveras os militantes que não abriram mão de suas convicções. Estes foram se distanciando do partido, deixando uma lacuna que foi sendo ocupada, muitas vezes, por pessoas que nunca tiveram compromisso com a ideologia partidária.

Em terras capixabas, o PT vivia a angustiante tentativa de se reerguer, depois de quatro anos de governo petista de Vitor Buaiz, que não correspondeu às expectativas do povo e da militância, em parte por causa da conjuntura política e econômica, pois Fernando Henrique Cardoso era o Presidente do PSDB, antagônico ao PT, e em parte por conflitos internos com os correligionários pelos mais diversos

motivos. Vale lembrar que Vitor Buaz tinha sido prefeito de Vitória e conquistou a população da capital com o modo petista de governar. Os problemas administrativos e políticos no governo resultaram no encolhimento da bancada na Assembléia Legislativa, com a reeleição de apenas um deputado estadual (Cláudio Vereza), dos cinco que o partido possuía.

No município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, a situação também era muito difícil. Não havia representatividade no Legislativo e vivia-se uma profunda crise interna por conta das constantes disputas entre as duas “tendências”, a Articulação do A, ligada a Vitor Buaz, Perly Cipriano e Rogério Medeiros e chamada internamente de maneira pejorativa por “turma do im”, por abrigar as lideranças em Cachoeiro que eram tratadas pelo diminutivo, como “Joaquim”(Joaquim Neiva) “Chiquim”(Francisco Temporim)”, “Tonim”, (Antonio Carlos de Oliveira) “Nevim”(Nevton Ornellas Passos), e a Articulação do B, ligada a lideranças estaduais como Cláudio Vereza, Iriny Lopes, José Otávio Baioco e João Carlos Coser, e em Cachoeiro representada por José Irineu de Oliveira, Mauricio Daltio, Carlos Castegione, Lurdinha Savignon, Augusto Cesar Fonseca e outros. Este grupo, por sua vez, era chamado de forma pejorativa de “igrejeiros”, pela ligação que mantinha com as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Sobre as correntes do PT, Virgínia Fontes afirma,

[...] o PT sempre foi um partido de correntes, de tendências, portanto, o próprio PT – agora está tentando ter – uma maneira única de atuar. Nesse partido havia uma série de tendências diferentes que eram exatamente o que constituía sua grande riqueza, a partir dos debates entre esses setores distintos [...] (FONTES, 2003, p. 33).

Ainda sobre a organização das correntes no interior do partido, percebe-se uma divisão ideológica a partir dos motivos pelos quais os militantes se agregam e passam a defender suas ideias. Neste ponto Angelo (2009), no texto “O PT visto de dentro: as correntes trotkistas” destaca,

Quanto à dimensão motivacional, as correntes podem se distinguir entre tendências de interesse e de princípios. Para as primeiras, o objetivo principal de sua existência é a obtenção de vantagens para os grupos ou militantes que lhe dão sustentação, como cargos na hierarquia partidária ou poder dentro da legenda. Já no caso das correntes de princípios, suas ações não se orientam pelo interesse

material ou simbólico, mas pelas ideias que defende [...] (ANGELO, 2009, p. 92).

Em alguns casos, quando a democracia interna não é fortalecida, a organização partidária é atingida e o partido se torna vulnerável em suas ações. Foi o que aconteceu com o PT de Cachoeiro, que embora fragilizado politicamente e sem estrutura para disputar eleição, ainda assim o partido ousou lançar o nome do advogado e dirigente partidário José Irineu de Oliveira para disputar uma vaga de Deputado Estadual. Diante do quadro de desgaste de identidade partidária, muitos militantes optaram por assumir outras candidaturas em outros partidos. Foi uma campanha cansativa e desgastante, em todo o sul do estado, pois a hostilidade dos eleitores era visível. O saldo de votos para o candidato José Irineu foi irrisório, mas contribuiu para reeleger Cláudio Vereza para a Assembleia Legislativa Estadual, que foi única voz de oposição ao governo de José Ignácio Ferreira, que mergulhou o estado em um caos econômico, social e moral, devido ao elevado grau de corrupção dentro do seu governo, provocando o descrédito na população.

2.3 A experiência eleitoral do PT no Brasil

O PT, que nasceu nos braços do movimento operário do ABCD²³ paulista, sob a tutela das lideranças sindicais, intelectuais da esquerda que militavam em organizações partidárias clandestinas, alas da igreja católica progressistas, como as pastorais como Pastoral Operária, Pastoral Universitária, Pastoral da Terra, Pastoral Carcerária e outras organizações dentro da mesma igreja como a Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), além de lideranças do Movimento Estudantil e dos Direitos Humanos, passou a disputar as eleições cada vez mais em todo país. Como já vimos anteriormente, houve choques de ideias e até dissidências devido aos conflitos em torno das mudanças de objetivos que ocorreram ao longo da história do partido. Para alguns o partido se tornava cada vez mais eleitoral e não conseguia cumprir o propósito para o qual foi fundado, que era a organização da classe trabalhadora. Para outros, o partido não soube se conduzir dentro do processo eleitoral, que poderia ser uma ferramenta de formação da classe trabalhadora e se deixou seduzir pelo jogo eleitoral, entrando na onda do “vale tudo” para ganhar as eleições,

De qualquer forma, as primeiras participações do PT em eleições contagiaram a jovem militância, o que gerou um clima de entusiasmo diante das multidões que acorriam aos comícios. Para muitos, a eleição foi a porta de entrada para a participação política. Aliado à tendência à burocratização da *velha geração*, isto também contribuiria para a mudança do perfil social do PT. As condições tornaram mais propícias ao jogo inescrupuloso do vale-tudo para garantir a vitória eleitoral (SILVA, 2009, p. 20).

Neste mesmo sentido, outras lideranças de esquerda, ex-lideranças petistas e mesmo militantes do partido, criticam a forma de participação nas eleições, acusando-o de se submeter à ordem vigente para garantir vitórias eleitorais e de assim perder as principais características do partido, desviando-se dos objetivos para o qual foi organizado, tendo em vista apenas o pleito eleitoral, não se diferenciando, atualmente, dos métodos utilizados pela burguesia,

²³ Referência às quatro cidades industriais localizadas no sudeste da Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de Santo André; São Bernardo; São Caetano e Diadema.

[...] o PT perdeu muito da militância de 1989. Hoje, o PT paga militância para distribuir panfletos, para fazer campanha de rua, utiliza esses métodos que a burguesia sempre utilizou, isso também é um aspecto importante para analisarmos as transformações ocorridas no partido de 1989 até agora (ARAÚJO; FONTES; MATOS, 2003, p. 25).

Entre críticas e aplausos sobre sua postura diante do jogo eleitoral, o fato é que o PT passou a ganhar prefeituras, ampliar o número de quadro legislativo em todas as esferas do poder, governos estaduais e em 2002, o posto maior do país: a Presidência da República, com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que já havia disputado e perdido em 1989, para Fernando Collor de Mello e em 1994 e 1998 para Fernando Henrique Cardoso, no primeiro turno das eleições. Esse crescimento na base eleitoral do partido, que ocorreu a partir das eleições de 1988, contribuiu para que saísse fortalecido para a corrida eleitoral para a Presidência. Na dissertação de Ueber José de Oliveira, podemos verificar a afirmação,

Em relação às eleições municipais que ocorreram em 1988, os resultados foram animadores para o Partido dos Trabalhadores, pois ele conseguiu eleger 38 prefeituras em todo o Brasil, sendo três de importantes capitais, São Paulo, Porto Alegre e Vitória, a última com Vitor Buaiz, um resultado bem melhor do que nas eleições de 1982, quando os petistas fizeram apenas dois prefeitos em todo o Brasil. No âmbito do legislativo municipal, no plano nacional, o PT também logrou êxitos, pois elegeu aproximadamente 1007 vereadores em todo o Brasil [...] A vitória do PT em 1988 foi muito importante para a campanha presidencial de 1989, mas também chamou a atenção para o fato de que o PT agora se inseria de maneira mais efetiva nos meandros institucionais [...] (OLIVEIRA, 2008, p.105).

Muitos petistas afirmam que por essas vitórias foi pago um preço alto, já que teve que abrir mão de seus princípios e outros são ainda mais duros, pois acusam o partido de se adequar à ordem social e se afastar de suas bases a partir do momento que opta pela prioridade no jogo eleitoral para se inserir nos meandros institucionais. Esta posição é sustentada por Silva (2009), quando afirma,

Fecha-se o ciclo: o partido se integra despidoradamente à ordem que contestava em sua prática política dos primeiros anos e na retórica de seus documentos oficiais. Em vez de conquistar o Estado, é conquistado por este. [...] (SILVA, 2009, p. 29)

A afirmação de Silva (2009), em seu texto “A estrela é branca”, pressupõe um partido totalmente entregue ao poder do Estado, sendo dominado pela máquina devoradora do sistema. No entanto, no texto “Partido dos Trabalhadores: condições de origem e variações estaduais”, Braga (2009), embora concordando com as transformações ideológicas do partido, coloca outra situação,

Nesse sentido, portanto, como os primeiros partidos socialistas, o PT brasileiro, ao decidir participar da dinâmica eleitoral organizando-se para se tornar competitivo, acabou contendo e limitando o alcance dos objetivos e das lutas políticas iniciais, perdendo a autonomia estratégica que um partido de massas e socialistas requer. Em contrapartida, inseriu nas arenas político-institucional e público-administrativa segmentos até então ausentes na sociedade política brasileira, revelando-se um ator político imprescindível ao regime democrático recente ao canalizar e defender os interesses de parte significativa da população (BRAGA, 2009, p. 82-83).

Se por um lado havia críticas, também houve quem defendesse que a legenda deveria ocupar os espaços para realizar as transformações sociais que desejadas e que sem a posse do Estado não haveria como aplicar as políticas públicas voltadas para as minorias defendidas pelo partido. Houve ainda quem fizesse a defesa do Governo Lula, contestando os críticos, principalmente em relação à inversão de prioridades e da melhoria na vida da população mais pobre e, conseqüentemente, a diminuição da desigualdade social. Sobre isso, Samuels, no texto “A democracia brasileira sob o governo de Lula e do PT” coloca,

No entanto, os críticos à esquerda se esqueceram de um ponto importante. Aqueles que afirmam que o governo Lula não foi capaz de concretizar uma inversão das prioridades governamentais ignoram os indícios concretos de que esse governo beneficiou o Brasil pobre e melhorou as condições de vida de sua população, incluindo um crescimento real bastante significativo do salário mínimo, o que aumentou o poder de compra dos cidadãos mais pobres do país. Há muito tempo, o Brasil tem sido uma das sociedades mais desiguais do mundo; porém, sob o governo Lula, os índices de desigualdade diminuíram, atingindo seu ponto mais baixo desde 1981 (SAMUELS, 2009, p. 247).

Podemos verificar que o Governo Lula do Partido dos Trabalhadores é base para discussão bastante controvertida em todos os seus aspectos. Seja no campo ideológico, econômico, sociológico, filosófico e outros seu governo e seu partido motivam estudos e debates devido às transformações na história política do país. A

direita apostava em um governo desastroso, vendendo a figura de um Presidente despreparado para governar. Parte da esquerda esperava um governo de ruptura com o projeto neoliberal e exigia um governo revolucionário. O fato é que Lula surpreendeu a direita, se reelegendo em 2006 e ainda elegendo sua sucessora em 2010, Dilma Roussef e se destacando na economia mundial, entre outras políticas e decepcionou aqueles que pensavam um governo mais à esquerda, que acabaram se afastando do partido e buscando outros caminhos, mais à esquerda.

Outro ponto crítico que foi motivo de pauta dentro e fora do PT, na direita e na esquerda e em todos os demais partidos fora dessa classificação, foi o escândalo no terceiro ano de mandato (2005), quando Roberto Jefferson delatou o esquema de propina em que o governo petista comprava sua base no Congresso Nacional e que foi chamado de *mensalão*. Esta denúncia envolvia nomes do núcleo do governo e do PT, como José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares, entre outros. Este fato atingiu a dignidade da militância, que sempre se orgulhou do partido que surgiu no cenário político empunhando a bandeira da ética. Sobre o comportamento dos eleitores e dos militantes petistas, Samuels (2009), afirma,

Mesmo que alguns petistas tenham abandonado o partido por causa dos escândalos, a percepção de que existe corrupção num partido não necessariamente leva os eleitores a votarem em outras legendas, mas, ao contrário, a abandonar totalmente a política. Além disso, a ideia de que o PT não é melhor ou pior que qualquer outro partido brasileiro poderia prejudicar seriamente suas perspectivas de longo prazo, já que a participação política é o que, literalmente, define para muitos de seus militantes o que é ser petista [...] (SAMUELS, 2009, p. 268).

De qualquer forma, como já foi colocado acima, o PT reelegeu o presidente Lula em 2006, a sucessora Dilma Roussef em 2010 e reelegeu em 2014 e continua, numericamente dizendo, fortalecido com suas bancadas nos Legislativos (nacional, estadual, municipal), no Executivo estadual e municipal. É, portanto, um fenômeno a ser estudado por muito tempo ainda, para entender a dinâmica da política brasileira dentro de uma sociedade plural e uma democracia em consolidação. O grande desafio é governar para esta sociedade dividida por classes sociais, com interesses tão diversos, em um país continental, com cinco regiões que variam a economia, a cultura, a política, a história, a geografia entre outras diferenças.

2.4 Eleições 2008 e a vitória do PT em Cachoeiro de Itapemirim

O candidato a prefeito petista, Casteglione, inserido na militância através da igreja católica, especificamente nas Comunidades Eclesiais de Bases, desde a juventude, com apoio de autoridades religiosas como os padres Ribot, Nazareno e Rômulo Zagotto, entre outros, passou a se despontar no cenário político municipal quando, em um encontro do partido, os militantes decidiram que teria candidatura própria. Desde a sua fundação, o PT de Cachoeiro de Itapemirim manteve a tradição de ter candidatura majoritária, tendo como primeiro candidato, o pedreiro e sindicalista Pedro Correia Reis, em 1982. Desde então, não abriu mão de lançar candidatura própria.

No ano de 2000, o PT de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em seu II Encontro Municipal, realizado no dia 16 de junho de 2000, recebeu o professor Juracy Magalhães, então presidente municipal do PPS (Partido Progressista Social), e o ex-deputado estadual Nasser Yussef, candidato a prefeito. As forças políticas de oposição tentavam uma coligação para derrotar o “ferracismo”²⁴, todavia, não houve entendimento, haja vista que PMDB e PPS ofereciam a vaga de vice da chapa para o PT, mas ninguém abria mão da “cabeça de chapa”, candidatura majoritária, inclusive o PT. O resultado foi 04 candidatos a prefeito: Theodorico de Assis Ferraço (PTB), Roberto Almockadice Valadão (PMDB), Nasser Yussef (PPS) e Carlos Roberto Casteglione Dias, com a vice Arlete Thomaz de Oliveira. Com a oposição dividida, Ferraço foi reeleito para o mandato 2000/2004. Posteriormente, houve quem responsabilizasse o PT pela reeleição de Ferraço e a derrota de Nasser e Valadão, já que ficou com uma quantidade de votos que poderia ter somado a um deles e derrotado o “ferracismo” no município. No entanto, para o PT, foi uma experiência animadora, já que saiu das urnas com mais de treze mil votos e um vereador eleito.

A campanha aconteceu como todas as demais, com muita dificuldade financeira, com a militância tendo que conciliar o trabalho com a campanha, com a

²⁴ Termo utilizado no meio político do município, principalmente pela oposição, para designar os adeptos e admiradores do Prefeito Theodorico de Assis Ferraço, político de muitos mandatos, incluindo de deputado estadual, deputado federal e quatro mandatos de prefeito do município de Cachoeiro de Itapemirim. Atualmente Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

insegurança do eleitor e com o isolamento político. O PT lança candidato a prefeito, tendo como vice a militante do próprio partido, Arlete Thomas de Oliveira. A estratégia era priorizar as candidaturas dos vereadores, tentar ocupar 03 vagas das 19, no Poder Legislativo, fortalecer o partido para a disputa de 2004. O diferencial foi o debate na televisão, o qual o candidato petista se destacou pelas propostas que apresentava através do programa de governo intitulado “A Cachoeiro que quer o PT”, elaborado por grupos temáticos do partido, e que lhe dava segurança e firmeza diante dos adversários.

A direção municipal do PT os militantes e simpatizantes por grupos temáticos para elaborar um plano de governo ao qual deu o título de “A Cachoeiro que quer o PT” e com o slogan “Nossa cidade merece essa estrela”, num jogo atrativo de marketing para conquistar a simpatia e confiança dos eleitores e convencê-los de que o partido teria a melhor proposta para o município. Esse plano foi dividido em três categorias: I – Eixos Centrais (Desenvolvimento Econômico Sustentado com Geração de Emprego e Renda; Qualidade, Eficiência e Modernização Administrativa; Participação Popular; Educação e Cidade Agradável). II – Políticas Urbanas (Habitação; Meio Ambiente; Saneamento e transporte Público). III- Cidadania e Direitos Sociais (Saúde; Criança e Adolescente; Gênero; Idosos; Juventude; Portadores de Deficiências; Segurança e Abastecimento). O documento foi elaborado ancorado no chamado “Modo Petista de Governar”, que se baseia em três pilares: a participação popular, a inversão de prioridades e a ética e transparência governamental e aproveitando as experiências exitosas de administrações petistas em cidades e estados do Brasil. Para cada tema foram apresentadas as diretrizes básicas e propostas de ação. Nesse mesmo documento é apresentado o compromisso do PT para com o povo de Cachoeiro, que afirma,

cada partido e cada candidato representam uma proposta de atuação diante dos interesses contraditórios que se defrontam no cotidiano da política local, regional e nacional. Nosso programa expressa uma proposta para o Município e para a Região fundamentada em nosso projeto de uma sociedade radicalmente democrática. Uma sociedade em que todos tenham acesso aos bens sociais e aos serviços públicos e participem de sua gestão. Uma sociedade em que a amplitude, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos garantam uma vida melhor para as mais amplas camadas da população, para

os trabalhadores, os excluídos, as classes médias empobrecidas. Uma sociedade em que o Estado não seja nem mínimo nem máximo, mas tenha capacidade adequada para devolver aos cidadãos, em serviços eficientes e de boa qualidade, a contrapartida dos impostos e taxas pagos, por meio de políticas públicas que incentivem a geração de emprego e de renda.²⁵

O documento foi um instrumento importante para fortalecer as argumentações do candidato a prefeito ao apresentar as propostas para a população, principalmente no debate de televisão. O PT possuía um plano de governo, elaborado em conjunto, com argumentos que falavam diretamente ao povo, numa linguagem política, mas ao mesmo tempo acessível, e isso, certamente, contribuiu para seduzir os mais de treze mil eleitores. O PT não venceu as eleições, no entanto, ganhou um capital político que o fortaleceu. No decorrer do ano de 2001, o vereador eleito com 753 votos, José Maria Nunes, militante da Igreja Católica, renunciou ao mandato e o suplente Sebastião Fonseca Leal, também ligado à Igreja Católica, assumiu a vaga no Legislativo. Foi um mandato turbulento pelas divergências existentes entre os dirigentes e o mandatário, já que os primeiros queriam uma posição mais agressiva do vereador com o Executivo, e Sebastião Leal, por sua vez, não possuía esse perfil e não era dono de uma boa oratória. Leal era homem simples, que trabalhava em sua própria borracharia em um bairro periférico, pobre e o mais populoso da cidade, o Zumbi. Morava e atuava na comunidade, portanto, uma liderança improvisada que não conseguiu se sustentar nos enfrentamentos à política implantada no município que o seu partido combatia. Tal situação causou muitos debates e desentendimentos no núcleo dirigente do partido, mas isso ficou no plano interno e não chegou a desgastar a imagem do PT perante a população.

Ainda que sem chances reais de eleição majoritária, os resultados eleitorais serviriam como uma injeção de ânimo na militância petista. O candidato a prefeito obteve, proporcionalmente, o melhor resultado desde que começou a disputar eleições. O saldo eleitoral foi 16,5%, enquanto a última participação no pleito eleitoral, em 1996, foi de 2,8%. Além disso, o partido retornou ao assento no Legislativo municipal com a eleição de José Maria Nunes. A reação da militância foi animadora e o PT saía do ostracismo em que estava mergulhado em termos de

²⁵ Documento do Partido dos Trabalhadores "A Cachoeiro que quer o PT", 2000. Pág.7

representatividade política eleitoral. Essa ascensão do candidato petista dava sinais de que havia uma insatisfação do eleitorado com a política “ferracista”, já que a reeleição de Theodorico Ferraço foi com uma expressão eleitoral menor. Sua campanha não apresentava nada de novo para a cidade, não havia programa de governo e o PT atacava isso logo de início no documento “A Cachoeiro que quer o PT”,

[...] ao longo destes anos de decadência prevaleceram o carreirismo mais egoísta e a tradição coronelista – no mais verdadeiro estilo “farinha pouco meu pirão primeiro” – na condução política do Município e da região. A cidade, como principal pólo regional não conseguiu superar vícios políticos tradicionalistas e retrógrados, elegendo pessoas sem visão, mais pelo barulho e pelo desperdício de suas campanhas do que pelas propostas e compromissos efetivamente provados com as futuras gerações (Partido dos Trabalhadores, 2000, p. 6).

O documento apresenta uma consistente proposta de ação, utilizando teorias políticas e levando para o debate os argumentos de um governo de mudança, apontando de forma crítica as práticas do adversário, que disputava a reeleição,

[...] o bairrismo característico da nossa Cachoeiro virou motivo de chacota até a nível nacional²⁶. Nós que já demos ao Brasil grandes políticos como o saudoso Batistinha, temos que conviver com lideranças políticas que brilham apenas por seus arroubos e bravatas cujo ridículo só é superado pelo servilismo provinciano de alguns, muitos por ingenuidade, outros por esperteza mesmo [...] ²⁷

O documento elaborado sob a promessa de transformação política, econômica, social e cultural que o PT promoveria, caso ganhasse as eleições, seduziu parte do eleitorado que pertencia à velha oligarquia política que se revezava no poder há muitos anos e retirou fatia significativa dos votos, migrando-a para o candidato que representava a mudança.

Apesar de parte da direção do PT de Cachoeiro de Itapemirim aproveitar o período eleitoral para atuar como canal de conscientização política e mobilização

²⁶ Referência à construção da “Torre de fazer chover”, que era uma imensa estrutura de ferro construída no centro da cidade com o objetivo borrifar água para “refrescar” o calor típico do município. Este fato teve aparição no Programa do Fantástico, exibido aos domingos pela Rede Globo de Televisão como obras esdrúxulas, caras e que não funcionam.

²⁷ Documento do Partido dos Trabalhadores “A Cachoeiro que quer o PT”, 2000, p. 6

para a transformação social, dando seqüência ao que já praticava pela participação ativa em movimentos como Marcha Contra a Corrupção, Movimento contra a implantação da ALCA (Associação do Livre Comércio das Américas), Movimento contra o pagamento da Dívida Externa, criação da Secretaria dos Movimentos Populares para atuar junto às comunidades, sob a liderança das correntes que abraçavam as teorias gramscianas, marxistas, e ainda, aqueles que gravitavam em torno delas, outra parte da direção optava pelo projeto eleitoral para garantir votos, o que distanciava o partido do seu objetivo inicial, que é a mobilização de sua base social. Sobre isso Mattos²⁸ ressalta,

[...] O capitalismo não surge como uma organização econômico-social pautada por um projeto democrático de fazer política, muito ao contrário, os representantes do capital reagiram durante muito tempo a todas as propostas de ampliação efetiva da participação política. Portanto, é preciso entender que o que hoje é visto como uma deturpação da ideia da democracia por conta da “especularização” do jogo político eleitoral, pela via do marketing e da propaganda, na verdade é a mercantilização de um aspecto da vida política que nunca foi muito bem incorporado pela perspectiva do capital: a participação ampliada, o voto. Isso é uma marca do período recente, mas tem a ver com toda a relação histórica do capitalismo com a democracia. Contudo, a opção do PT por aderir a essa estratégia política e não tentar outra via de mobilização da sua base social para o projeto político do partido indica que esse projeto é cada vez mais eleitoral [...] (MATTOS, 2003, p. 27).

O projeto político eleitoral do partido em Cachoeiro de Itapemirim neste momento surfava na onda de favoritismo nacional do PT. Depois da votação expressiva para o cargo de prefeito em 2000, Carlos Casteglione foi credenciado para representar o PT como candidato a deputado estadual em 2002, conseguindo ser eleito. O PT de Cachoeiro de Itapemirim tinha, pela primeira vez, um deputado estadual para representá-lo nas instâncias partidárias, e a corrente mais à esquerda, a época, já majoritária, ganhou ainda mais força interna. Lula também foi eleito Presidente do Brasil, aumentando o entusiasmo dos petistas. Um novo momento político se descortinava na história do Brasil e no município de Cachoeiro de Itapemirim.

²⁸ Marcelo Badaró Mattos, nascido no Rio de Janeiro, graduado em História pela UFRJ, doutor em História Social, como professor, atuou no movimento sindical da UFF, foi presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF). Nunca se filiou ao PT, mas participou na campanha de Lula de 1989, 1994. Tem alguns livros publicados, entre eles “O sindicalismo brasileiro após 1930” pela editora Jorge Zahar em 2003.

O processo eleitoral de 2008 no município de Cachoeiro de Itapemirim contou com 4(quatro) candidatos a prefeito: Carlos Roberto Casteglione Dias(PT), na coligação com PR, PRB, PSC. Theodorico de Assis Ferraço (PDT), com a coligação PSL, PMN, PTC, DEM, PSDB, PP, PHS, PRTB, PPS. Roberto Almockadice Valadão (PMDB) PV, PTB, PRP, PT do B, PTN, PSDC e Lázaro Costalonga (PC do B), o único que não fez coligação com outro partido.²⁹

A campanha eleitoral foi acirrada entre o candidato petista Casteglione e o candidato Ferraço. O candidato Valadão aparecia nas pesquisas em terceiro lugar, mesmo sendo, à época, o prefeito do município. O então deputado estadual Casteglione se apresentava como uma proposta de mudança para o município e em um dos jingles da campanha dizia “chega das mesmas caras e dos mesmos donos”, fazendo referência aos dois candidatos veteranos que já haviam sido prefeitos por mais de uma vez: Ferraço e Valadão.

O PT venceu as eleições em Cachoeiro de Itapemirim-ES para estarrecimento dos adversários políticos, já que 15 dias antes das eleições, as pesquisas apontavam o candidato Ferraço como o preferido na corrida eleitoral, com larga vantagem sobre o candidato petista. O então prefeito Roberto Valadão aparecia em terceiro lugar. Segundo informação de alguns servidores, na semana da eleição este pediu aos servidores para votar no candidato petista, já que não teria chance de se reeleger. Sua administração tinha sido desastrosa, inclusive com afastamento do cargo há seis meses antes do término do seu mandato, pela Polícia Federal para apuração de denúncias de fraudes. Também foram eleitos uma vereadora e um vereador do partido. Pela primeira vez, desde a fundação em 1982, o PT conseguiu ganhar a eleição para prefeito. A expectativa da população era grande e a responsabilidade do partido também, afinal o PT prometia uma mudança radical na história política do município.

²⁹ Disponível em: <http://eleicoes.uol.br/2008>. Acesso em: 28 set. 2014.

2.4.1 Composição Política do Governo

Ao chegar ao governo, a administração petista de Casteglione teria um leque de problemas a serem administrados. A prefeitura sem prefeito para fazer uma transição, pois o antecessor havia sido afastado pela Justiça, deixando como herança um saldo negativo de aproximadamente R\$ 20 milhões nos cofres públicos; setores administrativos totalmente desorganizados; pressão dos partidos da composição da coligação por cargos em secretárias “estratégicas” em termos eleitorais; uma oposição inconformada com a derrota; pressão por parte de alguns militantes que vislumbravam ocupar cargos na administração e por fim, a urgência de uma população sedenta da realização das promessas da campanha eleitoral, que obviamente, com todas as dificuldades postas, não poderiam ser realizadas todas no tempo esperado por ela. Sobre um governo que chega ao poder nestas condições, podemos comparar com o que Maquiavel escreveu em relação às monarquias mistas, em sua obra *O Príncipe*,

O soberano fará, assim, inimigos – aquelas pessoas injuriadas com a ocupação do seu território – e não poderá manter a amizade dos que o ajudaram na conquista do poder, por não lhe ser possível satisfazer suas expectativas. Não poderá também aplicar medidas vigorosas contra estes últimos, devido aos compromissos assumidos (MAQUIÁVEL, 1997, p. 18).

Desta forma, traduzindo o pensamento de Maquiavel, o primeiro ano da administração petista foi difícil, além de todas as dificuldades elencadas, existia uma oposição, pequena mas barulhenta no Legislativo, com representantes do DEM (Democratas) e do PMN (Partido da Mobilização Nacional), que não poupava críticas ácidas e que fazia de tudo para aniquilar o governo.

Os cargos de primeiro e segundo escalão estavam sendo disputados pelos partidos que compuseram a coligação e isso desagradava a militância, principalmente quando o cargo era ocupado por pessoas ligadas aos adversários. No entanto, havia aqueles “militantes”, inclusive filiados pós-eleição que, como sustenta Silva (2009, p.30), “à medida que o partido credenciou-se eleitoralmente, mais facilmente ele foi dominado por um leque de militantes cujos interesses predominantes passou a ser a disputa por cargos no executivo [...]”. O partido

creceu numericamente em número de filiados após a vitória, mas não conseguia dar sustentação ao governo devido aos entraves como, falta de base ideológica no Legislativo e dentro da própria administração do governo.

Os partidos da coligação também exigiam sua cota de cargos na administração petista, principalmente o PR, liderado pelo senador Magno Malta, que se sentia responsável pela vitória do PT e, portanto, à vontade para cobrar a “fatura”, que girava em torno de 06 secretarias, das 11 que a prefeitura possuía. O vice-prefeito, Braz Barros, também pertencia aos quadros do PR. O partido do senador conseguiu também eleger o vereador mais votado da história do município, Glauber da Silva Coelho, com mais de 4000 mil votos, o que o credenciou para a candidatura de deputado em 2010³⁰, sendo eleito com tranquilidade. Ao se recusar atender as exigências do senador, por entender serem demasiadas, o governo petista provocou uma ruptura com a “base aliada” antes mesmo de iniciar o mandato. Sobre os aliados pontuais e interesseiros, que querem apenas se aproveitar do poder, Maquiavel afirma,

As tropas com que um príncipe defende seus domínios podem ser próprias, mercenárias, auxiliares ou mistas. As mercenárias e auxiliares são prejudiciais e perigosas; o príncipe que defenda seus domínios com o apoio de mercenários nunca terá uma posição firme ou segura, pois são soldados desunidos, ambiciosos, sem disciplina e infiéis, ousados entre amigos; covardes perante os inimigos; não temem a Deus nem são leais aos homens. Com seus serviços, a ruína só espera até o momento do ataque do inimigo. Os que entregam sua proteção aos mercenários são despojados na guerra pelo inimigo, e na paz pelos próprios mercenários. O motivo único e a afeição que os faz lutar é um salário modesto, que não é suficiente para fazê-los morrer pelo soberano. Por isso estão dispostos a servir o príncipe como soldado em tempos de paz; iniciada a guerra, o abandonam (MAQUIAVEL, 1997, p. 67-68).

No entanto, os conflitos não se davam apenas com os apoiadores “mercenários”, mas também com correligionários. Desde o momento que o partido ampliou suas alianças e inchou seu quadro com filiados atraídos, muitas vezes, pela possibilidade de conseguir algum benefício pessoal, ficou vulnerável a todo tipo de crítica, tanto interna como externa. Sobre a questão, Telles (2009), sustenta que,

³⁰ O deputado Glauber Coelho sofreu um acidente automobilístico no dia 10/08/2014, quando retornava de uma atividade de campanha pela reeleição, vindo a falecer no dia 20/08/2014.

A máquina partidária foi equipada para funcionar de modo mais competitivo e profissionalizado e o êxito eleitoral significou a inserção de novos atores e demandas, fazendo surgir áreas de conflitos entre parlamentares eleitos, as lideranças partidárias e as correntes internas [...] (TELLES, 2009, p.109)

Durante todo o primeiro mandato do governo petista (2009-2012), foi necessário conviver com o descontentamento de parte da militância, principalmente em relação à composição do secretariado. Alguns porque se sentiram desprestigiados por não serem convidados a ocupar um cargo na administração, outros porque não aceitavam os nomes que foram indicados por entenderem que não condiziam com a ideologia do partido. Enfim, interna e externamente, o governo petista não navegou em águas tranquilas durante o primeiro mandato.

O governo petista precisou ainda conviver com o inconformismo da oposição, com jornal impresso que publicava, diuturnamente, matérias negativas e cujo proprietário era presidente do PMN, que esteve junto campanha do PT, mesmo estando na coligação do candidato Ferraço, mas rompeu politicamente logo após a eleição; com a emissora de televisão afiliada a Rede Globo também produzindo matérias negativas, que atingia grande parte dos telespectadores cachoeirenses e do sul do estado; com a inexperiência governamental; com a crise financeira instalada a partir do corte dos recursos do FUNDAP; com o sucateamento da máquina pública e com o desgaste comum à uma administração que encontra todas essas dificuldades. No tocante à influência da mídia na política Jeanneney afirma,

Assim é que existe uma influência específica do rádio, e sobretudo, da televisão, na vida política, influência na qual nem sempre se pensa, pois ela escapa ao mesmo tempo ao imediato e ao intencional: é aquela que o poder dos microfones e das câmeras exerce sobre os modos de expressão dos atores [...] (JEANNENEY, 2003, p. 221).

Ainda sobre a influência da imprensa na política, embora os veículos de comunicação se autodenominem independentes e apartidários, percebe-se a preferência ideológica nas entrelinhas das matérias que apresentam para os consumidores de informação. Sobre o tema, Azevedo afirma,

[...] no Brasil, a incorporação de políticas de pluralidade interna ocorre em tensão permanente com a natureza historicamente conservadora da mídia brasileira, que se manifesta por meio de outra tradição enraizada em nosso campo jornalístico: o jornalismo opinativo [...] (AZEVEDO, 2009, p. 221).

No caso da mídia televisiva, especificamente a TV Gazeta Sul, afiliada da Rede Globo, o jornalismo vai muito além de opinativo. Com matérias tendenciosas, na maioria esmagadora das vezes, com matérias negativas, a emissora demonstra com clareza sua opção ideológica. Exercendo o papel para além do jornalismo opinativo, criou um calendário que estipula prazo para o Poder Executivo local executar obras nas comunidades. A população, por sua vez, entendeu que é uma arma de ameaça contra o Poder Público e, não raras vezes, toma a iniciativa de acionar a “TV” quando se vê contrariada em seus interesses. A mídia televisiva está ocupando um lugar de cobrança e fiscalização, principalmente em relação ao Poder Público.

2.4.2 Relações Políticas: Governo Federal Governo Paulo Hartung e a Câmara de Vereadores

O governo petista de Cachoeiro de Itapemirim, embora o Governo Federal seja do mesmo partido, manteve uma relação muito mais institucional do que política. Não se pode afirmar que os recursos federais que chegaram ao município foram obras de articulações políticas, já que foram através de projetos de captação de recursos. A administração criou o Escritório de Gestão de Projetos Prioritários (EGPP), que tem como uma de suas atribuições manter atualizado o cadastro de projetos que se enquadram nos programas de transferência de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e das Emendas Parlamentares no Sistema de Convênios e Contratos de Repasses (SINCOV). Isto proporcionou resultados positivos, pois conseguiu captar recursos para várias obras do município.

Quanto ao governo estadual de Paulo Hartung, o prefeito Casteglione, quando deputado, foi convidado a assumir a pasta da Secretaria de Desenvolvimento Social, o que contrariou a ala mais à esquerda do PT de Cachoeiro de Itapemirim-ES, que nunca viu com bons olhos essa aproximação com PH. Esse fato gerou desconforto, pois parte da militância não confiava em PH, outra parte acusava abertamente uma das lideranças do PT no estado, o ex-prefeito de Vitória e atual presidente do partido, João Carlos Coser, de fazer acordos políticos obscuros e sem consultar a base com quem era considerado adversário e ainda havia os que queriam essa aproximação. No entanto, com o governo de Cachoeiro de Itapemirim – ES, a relação também foi mais institucional que política, obedecendo às mesmas regras adotadas com o governo federal.

Na esfera do Poder Legislativo municipal, a relação do governo petista foi mais política. No entanto, enfrentou muitas turbulências, desde a eleição da Mesa Diretora até as denúncias feitas contra a vereadora e o Executivo, que resultaram em cassação da primeira e pedida de impeachment e CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do segundo.

Os 13 vereadores eleitos para o exercício do mandato 2009/2012 foram:

- 1 - Alexandre Bastos Rodrigues – PSB
- 2 - Arlete Lúcia Brito de Freitas – PT
- 3 - Braz Zagotto – PTB
- 4 - David Alberto Lóss – PDT
- 5 - Glauber da Silva Coelho – PR
- 6 - José Carlos Amaral – DEM
- 7 - José Maria Moulon – PV
- 8 - Júlio Cesar Ferrare Cecotti – PV
- 9 - Leonardo Pacheco Pontes – PT
- 10 - Luiz Guimarães de Oliveira – DEM
- 11 - Marcos Antonio Mansur – PSDB
- 12 - Marcos Sales Coelho – PMN
- 13 - Roberto Barbosa Bastos – PMN

Dos 13 vereadores eleitos, apenas 2 eram do PT (Leonardo Pontes e Arlete Brito), 01 vereador do PR que pertencia à coligação (Glauber Coelho), declarou logo após a eleição que faria um mandato independente, mas o projeto era ser o adversário político para a próxima eleição de prefeito. Os outros 10 vereadores. Dos outros 10 vereadores, quatro eram oposição ferrenha (DEM e PMN) e 06 não eram aliados do governo, mas estavam dispostos a dialogar.

Em relação a Câmara de Vereadores, ainda que a Constituição Federal estabelece que os “Poderes” devem ser independentes e harmônicos, não é o que acontece, principalmente entre Executivo e Legislativo, pois a independência e a harmonia estão estreitamente ligadas aos interesses, muitas vezes, pessoais. A eleição para presidente da Mesa Diretora acontece logo após a posse dos vereadores e houve uma disputa entre os vereadores David Alberto Lóss (PDT) e Glauber Coelho (PR), esse último sem o apoio do Executivo. O eleito foi o vereador David Lóss, que fez um mandato muito desfavorável ao governo, inclusive com aprovação do pedido de impeachment e de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), o que desgastou bastante a imagem do governo e do partido perante a população.

A vereadora Arlete Brito (PT) foi denunciada pelo vereador de oposição Roberto Bastos (PMN) por prática de *Rachid*, nome usado para prática de corrupção política em que o dono do mandato se apropria de parte do salário da assessoria. A servidora tinha gravado a conversa em que a vereadora exige a devolução do ticket alimentação. Em 23/04/2010, a parlamentar teve o mandato cassado por 9 votos favoráveis e 03 contras, o presidente da Mesa Diretora usou o direito de se abster. Posteriormente, o vereador denunciante foi acusado da mesma prática, comprovada pelo MP, porém foi absolvido pelos pares.

Não se pode afirmar que o governo petista teve na Câmara de Vereadores uma base aliada. Teve uma oposição irresponsável, pirracenta, incoerente e maliciosa, que se articulava para asfixiar o governo com denúncias que causavam o desgaste, mesmo que não eram comprovadas, mas impactava a credibilidade do partido e do governo. Irresponsável porque plantava CPI somente para “sangrar” o governo, independente do custo financeiro e político que teria. Pirracenta porque instalava CPI quando o governo não satisfazia os caprichos de um ou outro vereador. Incoerente porque agia com duas medidas, como foi o caso da cassação da vereadora Arlete Brito (PT) e absolvição do vereador Roberto Bastos (PMN) pelo mesmo motivo e maliciosa porque levantava suspeitas do Poder Executivo na tribuna, sabendo que ecoaria na cidade, principalmente nos meios de comunicação.

Podemos afirmar que a relação do Poder Executivo com o Poder Legislativo não foi independente e harmoniosa, principalmente porque a base aliada era de uma grande fragilidade política, pendendo para onde o “vento soprasse mais forte”, o que não dava nenhuma segurança ao governo quando precisava sustentar sua política.

III CAPÍTULO

3 O Município e a garantia de direitos

Suportar agravos não é coisa de homens, mas de escravos. Os legisladores, que são os mais fracos e os mais numerosos, fazem as leis preocupados com os próprios interesses. Sendo inferiores, ficam bem contentes de serem iguais...

Carlo Ginzburg

Na maioria das vezes as cidades surgem motivadas por algum processo econômico, seja pela implantação de uma indústria, entre outros. Esse processo funciona como uma rede interligada, em que a falta de um serviço prejudica o resultado dentro da estrutura e, conseqüentemente, afeta a qualidade de vida dos habitantes e a garantia de seus direitos.

No entorno desse espaço são construídas residências, comércios e outras estruturas que venham atender às necessidades dos trabalhadores, tais como: igrejas, escolas, hospitais, delegacias, além das construções das moradias dos próprios operários, que necessitam estarem mais próximos do local de trabalho.

O termo “cidade” muitas vezes é confundido com “município”. No entanto, cidade e município não são sinônimos. A cidade compreende espaços que se diferenciam de zonas agrícolas por suas características físicas, socioeconômicas, políticas e culturais, como prédios comerciais e residenciais, oferta de empregos e escolaridade, consumismo, aglomeração de casas e de pessoas, iluminação elétrica, formas de lazer e diversão etc. O município compreende o conjunto da zona urbana e rural e tem cunho administrativo, ou seja, a sede do município é responsável por administrar o espaço territorial total, urbano e rural.

Nos espaços urbanos, a intensidade da vivência coletiva e as desigualdades sociais são mais evidentes, pois permitem uma visualização ampla da ocupação territorial, diferentemente do espaço rural, onde as moradias são mais dispersas e

não é possível ter uma visão geral do lugar, não significando isso, que não existam a vivência coletiva e os problemas de ordem social.

No entanto, em aglomerados das periferias das cidades, também há solidariedade, a compaixão entre os moradores, a empatia com o outro, por vivenciarem as mesmas dificuldades e partilharem o mesmo ambiente desprovido de recursos. Entre o bairro e o centro da cidade, existe uma interligação ou interdependência, que pode se completar ou contradizer,

o centro possui um papel de atração pela orquestração das sensações urbanas, que oferecem espontaneamente ao usuário. É um dos pólos de tensão que organizam a vida do bairro, na verdade sua extrema exterioridade, mas continua ligado a ele numa relação poderosamente significativa (CERTEAU, 1996, p. 154).

Isso pode ser observado no cotidiano quando, em áreas mais centrais, aglomeram-se expectadores diante das vitrines de lojas. Do outro lado, nos subúrbios, os supermercados são mais usados pela população local para adquirir os produtos essenciais a sua sobrevivência.

O sistema capitalista induz à aquisição de bens, ainda que supérfluos, e proporciona uma falsa sensação de poder e de satisfação, e o ato impulsivo da compra acaba comprometendo outras prioridades,

A relação com o centro da cidade sempre vem acompanhada de um sentimento secreto de beleza, não tanto ligado à arquitetura como tal, mas à profusão dos belos objetos que nele se acham expostos em vitrines. Isto gera uma temática do dispêndio, da vontade de gastar: “Oh, que beleza! Como gostaria de **ter** [grifo meu] isso!” (CERTEAU, 1996, p. 153).

A grande pressão exercida pelos meios de comunicação de massa que manipula e impõe um padrão de vida e felicidade intrinsecamente ligado ao consumismo, seja por meio de novelas, anúncios ou programas de auditório que forjam uma situação irreal à dos expectadores, induz as pessoas a se moldarem a perfis que atendam às exigências dessa sociedade capitalista, ainda que para isso, precisem recorrer a atitudes extremas para melhorar o poder aquisitivo, seja dobrando ou triplicando a jornada de trabalho, seja usando métodos ilegais como a

prostituição, o tráfico de drogas, os crimes de furtos e roubos. Ressalta-se que esse consumismo exacerbado é mais notado nos espaços urbanos, onde a oferta dos produtos e a influência midiática são mais latentes.

É da natureza do publicitário, com algumas exceções, imaginar que o povo é uma massa passiva, capaz de tudo consumir, se for habilmente envolvido [...] A febre consumista é um dos elementos definidores do capitalismo, sendo inegável que se beneficia do aliciamento publicitário bem conduzido, capaz de deflagrar estímulos psicológicos. As mensagens, porém, só obterão êxito na medida em que correspondam a impulsos internos definidos e previamente assentados, ou a exigência do contexto social e histórico, o que torna imprescindível a pesquisa de mercado [...] (GOMES, 2001, p. 361-362).

Nos bairros periféricos, os estabelecimentos comerciais são de pequeno porte, como pequenas farmácias, armazéns, casas de material de construção, quitandas e lojinhas de vestuário e calçado, para atender às necessidades básicas dos moradores, e que algumas ainda atendem no sistema de anotações em “cadernetas”, por haver uma proximidade entre os habitantes do lugar. O mesmo acontece nos centros urbanos ou nos condomínios fechados, em que cada um vive para si, vizinhos que mal se conhecem e onde impera o individualismo.

O cenário que se observa nas periferias das cidades brasileiras é o reflexo do que ocorre em proporção muito maior na plataforma internacional. Os países desenvolvidos trabalham a engrenagem da economia de forma a atender à fome insaciável do capitalismo, explorando os países subdesenvolvidos, que são considerados periferia mundial não em termos geográficos, mas em termos econômicos. Isso é uma onda que se propaga e que atinge quem está na ponta, no caso, as camadas mais pobres da população, que não possui os meios de produção e o capital.

A esse respeito, Casanova afirma que todo o conhecimento científico foi organizado para ver a pobreza, sem ver a exploração. A situação de pobreza em que vivem os trabalhadores da periferia (com base na premissa maior, países periféricos até chegar na premissa menor, bairros periféricos) inicia-se com a exploração internacional e interna, mas não é percebida dessa forma por eles e tampouco reconhecida pelos estudiosos do assunto.

A respeito do assunto, Casanova disserta,

Relacionar exploração e sobrevivência é essencial para compreender algumas das ameaças mais profundas a uma política efetiva de sobrevivência. Os perigos atômicos ou ecológicos por si só não permitem compreender nem projetar uma política de sobrevivência. A “exploração deve ser parte da problematidade ou da visibilidade epistemológica. Sem seu estudo e consideração, nem as grandes potências que dominam a “globalidade”, nem os especialistas do Banco Mundial, ou o Fundo Monetário Internacional e as Nações Unidas, nem sequer os estudiosos “críticos”, que buscam resolver o “problema social”, ou a crescente “desigualdade”, ou alcançar a “justiça”, todos, sem sequer mencionar a exploração, não poderão aproximar-se dos problemas básicos da sobrevivência (CASANOVA, 1995, p. 33)

A revolução tecnológica em curso alterou a geração de emprego formal e, em muitos casos, inclusive acarretou dificuldades para ampliar a geração de postos de trabalho em níveis de produtividade reduzidos, isto é, em condições de subemprego ou de informalidade.

A dívida externa dos países periféricos é a grande responsável pela condição de explorados em que vivem os trabalhadores, com salários defasados e que não atendem as suas necessidades e as de sua família. Essa “dinâmica estrutural” planejada pelos países hegemônicos, implica a manutenção dos problemas mencionados, refletindo nos salários reais, cuja deterioração atinge a classe social mais baixa, que alimenta a engrenagem deste sistema de exploração. Dessa forma, tal deterioração se configura como elemento explicativo essencial da persistência da pobreza e da distribuição regressiva de renda. Sobre as consequências do endividamento externo, Casanova (1995) pontua,

os efeitos sociais das políticas de renegociação da dívida externa são bem conhecidos: aumento do desemprego; diminuição do poder de comprar dos estratos médios e baixos; aumento das diferentes formas de injustiça social e de marginalização ou exclusão; deterioração da saúde pública, aumento da mortalidade infantil (CASANOVA, 1995, p. 37).

e mais

as medidas de “saneamento” da economia “batem” nos mais pobres: implicam congelamento e diminuição dos salários da maioria dos assalariados, e a massa de salários; congelamento, cancelamento e redução dos serviços sociais (escolas, hospitais, moradia); supressão dos subsídios alimentícios e assistenciais; aumento do preço dos remédios, dos transportes, dos materiais de construção, tudo com transferência do excedente ao setor privado empresarial, em especial o bancário, o exportador, e por seu intermédio, ou de forma direta, ao transnacional (CASANOVA, 1995, p. 37).

Para que os cidadãos tenham seus direitos garantidos, o Poder Público precisa elaborar e colocar em prática as políticas públicas voltadas para esse objetivo. Com esse propósito, o Partido dos Trabalhadores criou uma marca, mesmo com realidades diferentes, em todos os aspectos, de uma cidade para outra, que delineia uma maneira de governar nas administrações petistas, em todo o país. Nesta orientação, a qual se chamou “*O Modo Petista de Governar*”, uma administração deve se pautar em três principais pilares: a participação popular; a “inversão de prioridades” e ética e transparência no governo. Isto é apenas uma coordenação geral, portanto, não se pode afirmar que todas as administrações petistas sejam unânimes na aplicação desta política.

3.1 Fisiologismo e Clientelismo

Nos bairros pobres de Cachoeiro de Itapemirim-ES, o clientelismo e o fisiologismo³¹ encontram campo fértil, principalmente em períodos eleitorais, pois marcação de exames, laqueaduras, consultas médicas, promessas de emprego e outros “favores”, são usados como moeda de troca, e neste caso, o “favorecido” vota e arrasta o voto da família para aquele que o “beneficiou”, muitas vezes elegendo candidatos que não têm nenhum compromisso com a ética e com o povo.

Nesses espaços mais pobres, os moradores ficam vulneráveis ao clientelismo eleitoral, em que trocam “favores” por votos; aos traficantes de drogas que viciam crianças e adolescentes e expulsam famílias de seus casebres para abrigar protegidos e praticam justiça com as próprias mãos, para intimidar práticas criminosas e assim evitar a presença da polícia. Estes fatos impõem uma falta de liberdade se dá pela desigualdade. Sobre Isso Arcary e Fontes argumentam,

[...] na nossa percepção, a liberdade e a igualdade são indivisíveis, isso é um conceito fundamental. São indivisíveis porque não pode haver liberdade entre desiguais; a luta pela igualdade é a luta pela liberdade, porque a luta pela liberdade é a luta contra a miséria material, moral e cultural da sociedade que o capitalismo impõe. Nós lutamos pela abundância, pela satisfação das necessidades mais intensamente sentida; a liberdade humana é uma liberdade não só de palavras, mas de músculos e nervos, é a liberdade que permite às pessoas desenvolverem plenamente as suas capacidades. Queremos a liberdade para que a maioria possa viver sem medo de represálias e sem medo da miséria, os medos mais ancestrais da história. Esse é o sentido último da luta pela justiça, e não a cidadania que é simplesmente igualdade jurídica. A luta pela cidadania aceita que todos sejamos desiguais. Iguais só diante de Deus e diante da lei. Nós não pensamos que somos desiguais entre nós, nós achamos que os seres humanos devem lutar pela igualdade social. Claro que nós queremos que todos sejamos iguais perante a Lei, mas queremos também que todos sejamos iguais, crescentemente, em oportunidade e igualdade no que diz respeito ao consumo (ARCARY; FONTES, 2003, p. 114).

³¹ Fisiologismo é um tipo de relação de poder político em que ações políticas e decisões são tomadas em troca de favores, favorecimentos e outros benefícios a interesses individuais, em detrimento do bem comum. É um fenômeno que ocorre frequentemente em Parlamentos, mas também no Executivo, e está estreitamente associado à corrupção política, uma vez que os partidos políticos fisiologistas apoiam qualquer governo - independente da coerência entre as ideologias ou planos programáticos - apenas para conseguir concessões deste em negociações delicadas. Disponível em: <https://renovacaojamilacoimbra.wordpress.com/tag/corumbatai/page/2/>. Acesso em: 2 jun. 2014.

Neste caso, a liberdade passa pela autonomia financeira do indivíduo. Uma família que vive em condições precárias, com prole numerosa, e levando em consideração que está fora do alcance financeiro pagar particular a laqueadura, e um candidato oferece esse serviço “gratuito”. Essa mulher fica grata definitivamente a este candidato, a qualquer cargo que ele se proponha a disputar. Isso também se aplica ao atendimento de urgência a um membro da família, e quando se trata de filhos ou pais, o emocional é atingido no âmago, e se o profissional é ou um dia se torna candidato, o voto está garantido.

Convém ressaltar que existem profissionais sérios, tanto do ramo da saúde como de outros, que se engajam na política partidária e disputam cargos eletivos sem que estejam enquadrados no perfil do político “barganhista” e inescrupuloso que muitas vezes se elege a custa da miséria e da dor alheia.

As pessoas não escolhem nascer em ambientes desprovidos de infraestrutura, de serviços básicos de saúde, educação, comunicação, entre outros, nem viver em condições precárias. Não optam por nascer em barracos, em bairros onde reinam a miséria, a violência, a fome, desemprego, o tráfico de drogas e a prostituição, nem tampouco escolheriam nascer em lugares sombrios, esquecidos pelo Estado. Então, as pessoas que se encontram nesta situação, sequer conseguem ter consciência crítica de sua condição de vida. Karl Marx afirma que não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência. Acerca disso Gomes expõe,

[...] Mas é comum que, em momentos de crise social e política, o conjunto dos cidadãos ou grande parte deles aceite passivamente que uma personalidade dominadora conduza seus interesses. É uma entrega que nasce da desesperança ou da fadiga cívica, levando ao relaxamento da cidadania (GOMES, 2001, p. 266).

Assim sendo, as associações de moradores cumpririam um papel de luta de classes, buscando para a população da periferia os direitos que lhe são negados pelo Estado, mas comumente concedidos à elite, e para isso, as lideranças deveriam ter plena consciência de sua função na comunidade e atuar, juntamente com os demais membros, em prol de melhores condições de vida para a população da qual faz parte, sem se render às propostas eleitoreiras de políticos

aproveitadores. Acerca do peso político das associações, Rioux, em seu artigo “A associação em política” afirma,

Mas é no contato com todas as forças que marcam o universo da política que se pode testar a ação das associações. Elas estão ao redor, aquém ou além dos partidos, mas ocupam as mesmas posições diante de todos os poderes, do Parlamento, do governo, da comuna ou do departamento, da administração: esta vasta confrontação, bastante bem alimentada pelos trabalhos de sociologia, de ciência política e de direito para a segunda metade do século XX – a tal ponto que o papel das associações na conquista e depois na gestão do poder municipal tornou uma espécie de *topos* da pesquisa sociológica -, ainda não foi suficientemente prolongada a montante pelos historiadores para que se possa avançar regras e modelos (RIOUX, 2003, p. 127)

Nessa perspectiva de atuação política em seu espaço de vivência, o movimento cidadão que ocorreu na Espanha logrou êxito, pois as associações de vizinhos, comitês de usuários, organizações de consumidores, associações de donas de casas e outros segmentos organizados se uniram em torno de um mesmo objetivo, que foi a “defesa das condições de vida de uma população submetida a uma crise urbana cada vez mais profunda” (CASTELLS, 1980, p.14).

Na Espanha, o papel do movimento cidadão foi decisivo na luta pela democracia. Impôs a liberdade de associação lá onde não havia, legitimou protesto e a organização de dezenas de milhares de vizinhos, melhorou as condições de vida nos bairros [...]. E exige, sobretudo, pela sua própria dinâmica uma gestão municipal representativa e eficaz que só pode se dar no âmbito de um Estado plenamente democrático. Assim, os movimentos urbanos, na Espanha, foram e serão instrumento sumamente eficaz na defesa das condições de vida dos cidadãos e na conquista e desenvolvimento da democracia. (CASTELLS, 1980. p. 35)

Diferentemente da forma que ocorreu em várias localidades de Madri, onde as classes sociais prejudicadas se movimentaram; em Cachoeiro de Itapemirim, a maioria das organizações de bairros é usada para fins eleitoreiros, permanecendo a população em condições lamentáveis,

Enquanto as poucas organizações sociais que possuem um perfil politizado lutam pela prestação de serviços básicos, as questões de cunho cultural, esportivo e de lazer ficam em segundo plano. As pessoas nem se dão conta de que lazer,

cultura e espaços públicos como parques e áreas verdes, estão incluídos em seus direitos de cidadão, inclusive garantidos na Constituição Federal e outras leis Complementares, como o próprio Estatuto da Cidade.

Nas zonas periféricas de Cachoeiro de Itapemirim-ES não se encontram parques, áreas verdes, praças, quadra poliesportivas bem estruturadas para servir de recreação às pessoas em seus momentos de lazer. O que se vê são alguns poucos espaços públicos mal aproveitados, mal iluminados que ficam a mercê de vândalos e são geralmente utilizados para ações de viciados e de prostitutas, enquanto as famílias ficam trancadas em suas casas gradeadas, mais suscetíveis à alienação imposta pelas informações midiáticas, que padronizam e ditam as regras da sociedade capitalista. Essa realidade desagrega a sociedade, que aboliu os encontros e a convivência em espaços públicos, e também as famílias, que não conseguem mais dialogar e partilhar do mesmo entretenimento, individualizando o lazer, cada um em seu mundo, normalmente restringido a um quarto ou sala com uma tela de televisão ou computador. A indiferença e o individualismo podem ser notados também dentro dos transportes coletivos, quando indivíduos se ocupam de seus celulares com fones de ouvido, sem permitir qualquer tipo de comunicação com quem está ao seu lado.

Por isso, as associações são importantes por desenvolver um papel agregador entre as pessoas que tem interesses comuns, promovendo debates, construindo pautas de reivindicações e desenvolvendo atividades recreativas. Com isso, fomentam o sentimento de pertence entre os moradores.

3.2 Cultura e cidadania

Embora não seja o objetivo central deste trabalho, consideramos importantes as informações sobre as políticas públicas na área da cultura, uma vez que, a mesma também precisa ser pensada como um elemento vital para os cidadãos, e assim sendo, precisa estar inserida na plataforma de qualquer governo. As alternativas culturais podem variar de forma, mas nunca de valor, uma vez que não podemos dividir em castas e intitular de maneira pejorativa “cultura popular” e “cultura erudita”. Não podemos ter uma identidade cultural para pobre e uma identidade cultural para rico. A cultura clássica, intelectualizada, elitizada, valorizada, popular etc. deve ser oferecida ao cidadão, independente de sua classe social.

O fomento à cultura está sendo dificultado devido à indefinição do poder público na vida cultural. Existem correntes com pensamentos divergentes a respeito do assunto: os que pensam que cultura é matéria para ser tratada pela sociedade e que o Estado deve ter o mínimo de intervenção, e há os que defendem que o Estado e a Sociedade se complementam e por isso devem operar conjuntamente para o crescimento da cultura.

A Secretaria Municipal de Cultura, através da II Conferência Municipal de Cultura, está construindo o Plano Municipal de Cultura para que o município seja inserido no Sistema Nacional de Cultura, por meio do qual poderá receber recursos e assim garantir um pouco mais de autonomia para desenvolver a política estrutural na área e produzir uma cultura alicerçada em programas de longa duração, de forma que a vida cultural da cidade possa usufruir melhor de um orçamento público. Sobre o direito dos artistas de se apresentarem e o direito dos trabalhadores em se beneficiar da apresentação, Marilena Chauí e Luiz Alberto Alves, em relatório do Seminário que resultou no Livro “O Modo Petista de Governar”, em 1992 já reconhece que ainda é um desafio a questão da aplicação das políticas culturais.

Outro problema está relacionado com a própria definição de cultura, uma vez que encontramos divergência no entendimento dessa terminologia. Para muitos, são as atividades intelectuais e artísticas, e têm os que pensam a cultura de uma

maneira mais abrangente, como maneira de viver, de criar e de fazer de indivíduos, grupos, povos e nações.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o poder público e a comunidade devam praticar ações que promovam e protejam a cultura, em parceria com a comunidade no artº 216,§1º,

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

De acordo com a Constituição Federal, o Estado deve garantir a todos os cidadãos brasileiros, os direitos culturais. Os espaços públicos devem ser utilizados também para difundir a cultura, pois cada cidade possui a sua própria cultura, que deve ser socializada entre todos os seus cidadãos, tanto nos centros como nas periferias. Se a população não consegue chegar com suas próprias pernas até onde a cultura está, então o Poder Público deve criar mecanismos para que a cultura vá até onde está a população, pois essa é uma condição necessária para que as pessoas consigam sair da condição de letargia sociopolítico e cultural em que se encontram.

A promoção da política cultural ainda está subordinada aos governantes, que retalham os grupos ou indivíduos, que não estão ligados politicamente a eles ou demonstram simpatia por outras forças políticas, e optam por beneficiar os que se colocam a favor, ficando isso latente nos períodos eleitorais. Desta forma, a liberdade de criação fica comprometida, porque está vinculada ao poder do Estado (neste caso, quem está no poder de qualquer esfera). Os produtores culturais tornam-se reféns de grupos que pouco ou nada sabem de cultura. Para haver uma democracia na vida cultural, precisa haver o fortalecimento da sociedade civil e maior autonomia dos produtores culturais. Sobre essa autonomia Coutinho discorre,

É evidente que a prática dessa dupla liberdade, de criação e de crítica, implica de ambas as partes a possibilidade do acerto ou do fracasso [...]. Mas a decisão quanto a isso não pode, em nenhum caso, depender de outra instância que não seja a própria dialética da vida cultural, na pluralidade de suas orientações e tendências. Talvez

possa parecer supérfluo insistir nisso; mas houve e há fatos concretos que tornam necessário eliminar dúvidas e preconceitos, se é que efetivamente desejamos criar em nosso País, também no plano da vida cultural, uma efetiva democracia pluralista (COUTINHO, 2000, p. 40).

A cultura é essencial para a transformação do cidadão, pois apresenta o mundo sob novas óticas, porque derruba barreiras como preconceito, discriminação, xenofobia e tantas outras intolerâncias que são impedimentos do avanço das sociedades. Um cidadão que tem acesso à cultura - um direito constitucional, desenvolve seu intelecto e a partir daí contribui com a evolução da humanidade. Os agentes culturais exercem papel importante na formação e transformação social. Os artistas e intelectuais tiveram papel fundamental na luta contra o regime totalitário no Brasil e em outros lugares do mundo por meio da música, teatro, carnaval, dança, cinema, literatura e outras manifestações culturais. Um povo alimentado culturalmente sabe percorrer os caminhos que o conduzirá a uma vida melhor. A cultura é a chave para um mundo de conhecimentos que fortalece corpo e intelecto, individual e coletivamente.

Movimentos como o hip-hop, o grafite e outras formas de manifestações artísticas, podem ser instrumentos de denúncia contra as desigualdades sociais, as injustiças e a violência, que ajudam a chamar a atenção da sociedade e das autoridades para esses problemas.

Em Cachoeiro de Itapemirim-ES, a Lei Municipal de Incentivo à cultura foi criada em 1991, com o número 3467/91, e regulamentada pelo Decreto nº 8321/92, a Lei Rubem Braga, com o objetivo de fomentar a cultura local, promovendo os artistas da cidade através de recursos financeiros disponibilizados pelo município, de acordo com o regulamento legal. Através de editais anuais, os artistas inscrevem os projetos, que são julgados por uma comissão e, se contemplados recebem recursos para financiar a execução dos projetos. No entanto, a lei existia, mas não era executada. Os próprios artistas procuravam as empresas em busca de patrocínio para o projeto, e a prefeitura descontava no ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), se deparando com o desinteresse das empresas locais em relação à cultura. Atualmente o repasse do recurso se dá através de depósito em conta do artista que teve o projeto contemplado pela lei, fomentando a cultura local,

visto que é crescente as inscrições de projetos e o recurso público destinado aos mesmos.

Os seguintes dados demonstram a evolução de investimento de recurso público nessa área, no período 2009-2012.

Quadro 1 – Investimentos da Lei Rubem Braga (2009-2012)

Área Cultural	Ano			
	2009	2010	2011	2012
Acervo e Patrimônio Histórico	R\$ 6.040,00	R\$ 15.000,00	R\$ 14.739,60	R\$ 30.000,00
Artes Plásticas	R\$ 13.204,56	R\$ 12.604,47	R\$ 25.288,24	R\$ 12.843,56
Artesanato	R\$ 10.760,30	R\$ 15.000,00	R\$ 12.980,00	R\$ 15.000,00
Circo	R\$ 10.000,00	-	-	-
História	R\$ 4.100,00	R\$ 9.670,00	R\$ 14.992,50	R\$ 14.918,18
Literatura	R\$ 22.995,00	R\$ 24.705,00	R\$ 35.910,00	R\$ 64.181,08
Folclore e Capoeira	R\$ 13.601,00	R\$ 15.000,00	R\$ 18.877,00	R\$ 14.997,80
Teatro	R\$ 8.000,00	R\$ 19.519,00	R\$ 15.000,00	R\$ 24.699,00
Música	R\$ 64.060,00	R\$ 63.014,40	R\$ 83.553, 23	R\$ 78.804,00
Cinema, Fotografia e Vídeo	R\$ 15.000,00	R\$ 42.412,00	R\$ 53.148,00	R\$ 60.000,00
Dança	R\$ 13.820,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 24.909,00

Carnaval	-	R\$ 14.980,00	-	R\$ 13.600,60
Total	R\$ 181.580,86	R\$ 246.904,87	R\$ 289.488,57	R\$ 353.653,22

Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES – Secretaria Municipal de Cultura

O que se presenciava no município era um grupo restrito de artistas, especialmente na área de música, que eram contratados pelo Poder Público para as festividades da cidade e que se comprometiam no processo eleitoral, o que desestimulava e até impedia que outros talentos despontassem no cenário artístico local. A partir do ano de 2009, quando a Lei Rubem Braga foi reativada, os artistas passaram a produzir cultura em todas as áreas e o recurso financeiro passou a circular de maneira mais igualitária e democrática.

O governo deu continuidade a um importante projeto cultural literário iniciado em 2006, a Bienal Rubem Braga, que desde a sua concepção traduz o compromisso de efetivar a herança do cronista Rubem Braga numa festa de literatura. As duas edições (2010/2012) contribuíram para consolidar a identidade que reflete a essência do evento na programação, no formato e na concepção visual, o verdadeiro sentido democrático da Bienal, um encontro de leitores e não leitores que democratizou e ampliou a feira de livros, considerando a leitura como um dos mecanismos de liberdade de expressão como fomentadora da imaginação e exercício da cidadania. Essa democratização foi possível pela construção coletiva do evento e participação popular, através da inclusão da rede de ensino e sociedade civil organizada.

Essa democratização foi possível pela construção coletiva do evento e participação popular, através da inclusão da rede de ensino (pública e privada) e da sociedade civil organizada, como ACL (Academia Cachoeirense de Letras), e o CMPCCI (Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim), entre outros, que em parceria, organizaram o evento literário.

3.3 Trabalhar é um Direito

No que tange ao direito ao trabalho, toda pessoa precisa de uma remuneração digna para o seu sustento e o de sua família, uma vez que é degradante depender de auxílio de cesta básica para sobreviver e de práticas eleitoreiras devido à condição de miserabilidade que se encontra. As condições próprias do subdesenvolvimento tendem a se refletir em uma escassez relativa de capital e em uma super oferta de mão de obra que se manifesta nas distintas formas do subemprego ou da informalidade.

A população adulta economicamente ativa, que é responsável por sua sustentação e a de outros, precisa estar inserida no mercado de trabalho para que não seja submetida à situação de opressão na condição de desempregado ou subempregado. A dignidade humana passa necessariamente por sua autonomia econômica. Sobre isso Gomes afirma,

[...] A insensibilidade com que o assunto de tamanha gravidade é tratado não leva em consideração que o emprego é tão vital para o homem quanto o ar que ele respira (um dia, talvez consigam enfiar tubos e máquinas em nossos narizes e cobrar pelo ar que respiramos). O desempregado é um homem humilhado e torturado em sua dignidade. O desemprego é o pau-de-arara social. É obsessão antiga do capitalismo (GOMES, 2001, p. 633).

Pessoas inseridas nessa realidade social estão mais vulneráveis à exploração capitalista. Citando o provérbio português “trabalho não mata ninguém”, essa máxima vai de encontro ao que se vê quando operários morrem lenta ou abruptamente, a exemplo os trabalhadores das indústrias de mármore e granito de Cachoeiro de Itapemirim, que frequentemente morrem em acidentes ou de silicose pulmonar.³²

Os operários precisam também ter consciência que é na organização de classes que conseguem encontrar saídas para mudar sua condição social. Em relação ao tema, Gomes afirma que o generalizado clima de angústia que decorre

³² Doença pulmonar ocasionada pela exposição à sílica livre (cristalina), de caráter fibrosante. É a principal causa de pneumoconiose em nosso país. Disponível em < http://www.medicinanet.com.br/conteudos/casos/5488/silicose_pulmonar.htm>. Acesso em 02 jun 2014.

da ameaça permanente da possibilidade de perder o emprego culmina na fragmentação do sentimento humano de solidariedade, “Quem mantém seu emprego busca alhear-se do sofrimento do colega do ontem, hoje demitido, temendo o que possa acontecer-lhe amanhã.”.

O neoliberalismo é um ideário de liberdade econômica, pensada pelos grandes estados e corporações capitalistas, que na verdade querem se locomover livremente para as áreas de interesse sem serem importunadas, mas na prática adotam políticas protecionistas em seus países. No campo social, o neoliberalismo acabou agravando as diferenças entre países ricos e pobres, aumentando a miséria das zonas periféricas, instituindo sociedades intensamente desiguais. Sobre o neoliberalismo, Bittencourt afirma,

O neoliberalismo predominante no pensamento econômico e político das principais nações contribuiu para agravar o já difícil relacionamento internacional, pois, enfatizando a liberdade comercial na “divisão internacional do trabalho”, estabelece a livre competição como dogma, tanto no campo interno quanto no campo externo, colocando, na mesma arena fortes e fracos, sejam indivíduos ou nações. Em nome dessa ideologia econômica, as maiores potências econômicas disputam com os países em desenvolvimento uma luta de morte. Não fica difícil adivinhar quais os vencedores. É a “Lei do Mais Forte”, prevalecendo entre os ricos e pobres [...] (BITTENCOURT, 2006, p. 442).

Todavia, no campo político e ideológico o neoliberalismo trabalhou intensamente para implantar a ditadura do capital globalizante, disseminando a crença de que não existem alternativas fora do capitalismo financeiro. Que todos, independentemente de concordância, são obrigados a adaptarem-se as suas normas. A ideologia da dependência foi propagada contundentemente no Brasil, massificando a ideia de que somos um povo incapaz de administrar seus próprios interesses. Sobre isso, Gomes afirma,

[...] Nos últimos anos, mormente desde o surgimento de Collor, a consciência do povo foi bombardeada pelas falsas “verdades absolutas” de interesse das classes dominantes e seus porta-vozes – enfim, os mitos de interesse que venho denunciando neste livro. Em grande parte, esses mitos são criados por agentes econômicos, instrumentando os governos que elegem para concretizar as suas políticas [...] (GOMES, 2001, p. 658).

A interferência política nos países dependentes pelos países globalizantes não se dá somente no campo econômico, mas também no campo político, a ponto de pontuar e direcionar qual governante lhe interessa que esteja no poder para melhor atender ao que for determinado para aumentar a influência e a exploração no país globalizado. Para tanto, não há hesitação de estimular um golpe militar e até financiá-lo, como aconteceu em vários países da América Latina, para citar apenas dois exemplos, no Brasil e no Chile, onde foram derrubados governos democráticos e populares e implantadas sangrentas ditaduras que se prestaram, durante longos anos, a servir ao capital estrangeiro e às elites de seus países à custa do massacre de seu povo, com o silêncio imposto pela violência e pela tortura e pela exploração de seus trabalhadores para saciar a fome de lucro do capital nacional e internacional.

A autonomia financeira é fundamental para que as pessoas tenham dignidade. O desemprego desalenta e aniquila sua vítima. As políticas públicas têm o poder de gerar emprego quando faz a economia girar. Quando o governo oferta “ticket feira” para os servidores que recebem até determinado salário, condicionado a comprar na feira dos pequenos produtores promovida pela prefeitura, está fazendo com que esses trabalhadores rurais adquiram renda e consumam mais nas padarias, armazéns, casas de materiais de construção, lojas de roupas, casas de produtos rurais e outros comércios da localidade que habita. Isso é uma forma de geração de empregos.

Quando um governo implanta um Orçamento Participativo e começa a executar as obras, a economia local se modifica, pois as empresas responsáveis ou quando é a própria prefeitura, precisam contratar pessoal, adquirir ferramentas e produtos pertinentes à construção, reforma ou ampliação das obras escolhidas e automaticamente, a economia do entorno começa a girar, possibilitando a geração de empregos para a população local.

Em Cachoeiro de Itapemirim-ES, esses dois exemplos acima foram políticas públicas implantadas que deram resultados positivos em relação à geração de emprego e renda. A chamada “Feira do Produtor” acontece todas as sextas-feiras, a partir das 17 horas, na Praça de Fátima e as obras do Orçamento Participativo

escolhidas no ano de 2009 começaram a ser executadas em 2010, como pode ser observada no anexo deste trabalho.

3.4 Educar é preciso

Nos últimos anos, foi iniciado um programa de educação compensatória, discutido com os movimentos sociais que integram esse campo. As pessoas pobres eram definidas como objetos dessas políticas e não como autoras da transformação social, não havendo nenhuma consulta aos que seriam beneficiados e nenhuma participação na elaboração do projeto de inserção social por parte dos maiores interessados, sendo alijados completamente do processo de construção desta política educacional.

A participação popular nas decisões políticas do governo, que representa o Estado, se torna mais exigente quando o povo consegue distinguir as concepções de democracia e cidadania e conseqüentemente, o que é bom para a maioria. O acesso ao ensino público, principalmente nas universidades, para a população de menor poder aquisitivo, é uma das formas de desenvolver o senso crítico da população. A educação ocupa um espaço primordial na transformação social, no entanto, precisa-se das condições adequadas para que a mesma consiga oferecer resultados. Sobre isso, Gentili adverte,

a educação como direito social remete inevitavelmente a um tipo de ação associada a um conjunto de direitos políticos e econômicos sem os quais a categoria de *cidadania* fica reduzida a uma mera formulação retórica sem conteúdo algum. Partindo de uma perspectiva democrática, a educação é um direito apenas quando existe um conjunto de instituições públicas que garantam a concretização e a materialização de tal direito. Defender “direitos” esquecendo-se de defender e ampliar as condições materiais que os asseguram é pouco menos que um exercício de cinismo. “Quando um direito” é apenas um atributo do qual goza uma minoria (tal é o caso, em nossos países latino-americanos, da educação, da saúde, da seguridade, a vida etc...), a palavra mais correta para designá-lo é “privilégio” (GENTILI, 1995, p. 247-248).

A educação é o alicerce de uma sociedade que se propõe a ser justa e democrática, tratando de forma igual todos os seus cidadãos, oferecendo condições de vida digna e garantindo que os direitos sejam plenos, não excluindo nem privilegiando, uma vez que a partir desta poderão ser desenvolvidas as demais atividades da vida de uma pessoa, como por exemplo, a escolha da profissão e o exercício da cidadania. Segundo Freire (1982),

Aprender a ler e escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente *significa dizer a palavra*: (grifo do autor) Um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir e optar. Como tal, não é privilégio de uns poucos com que silenciam a maioria. É exatamente por isto que, numa sociedade de classes, seja fundamental à classe dominante estimular o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que as classes dominadas se acham semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser (FREIRE, 1982, p. 49).

A educação, portanto, é fundamental para que seja garantida a expressão popular, a democracia e a liberdade da pessoa humana em qualquer civilização. É uma ferramenta importante na luta pela igualdade e pela justiça social, principalmente em sociedades tão díspares no que tange ao econômico, como no caso da maioria dos países latino americanos, incluindo o Brasil.

No caso do município de Cachoeiro de Itapemirim – ES, a diferença no desempenho da educação pode ser observada o contraste de acordo com a localização espacial, uma vez que o índice de alfabetização é alto nos considerados bairros “nobres”, a exemplo do bairro Presidente Arthur Costa e Silva, onde a classe dominante está concentrada e freqüenta as escolas particulares da cidade,

a taxa de alfabetização em Cachoeiro de Itapemirim para as pessoas de 10 anos ou mais de idade foi de 94,6%, média 2,1 p.p. superior a observada no Estado (92,5%). No que tange aos bairros, observou-se que a maior parte apresentou uma taxa de alfabetização superior a 90,0%, as exceções foram Alto União e Fé e Raça, com 89,8% e 88,9%, respectivamente. Os bairros com maior taxa de alfabetização: Centro (99,2%), Dr. Gilberto Machado (99,0%), Santo Antônio (98,9%), Presidente Arthur Costa e Silva (98,6%) e Independência (98,4%).³³

Este resultado é uma evidencia que, nos lugares mais pobres como os bairros Alto União e Fé e Raça, constatado pelo Censo Demográfico 2010 pelo Instituto Jones Santos Neves, a população adulta, que iniciou a ocupação do espaço, esteve alijada do processo de alfabetização, enquanto a porção mais central teve o privilégio da educação.

³³ Censo Demográfico 2010 - Instituto Jones dos Santos Neves.

Vale lembrar que a responsabilidade pelo desenvolvimento da educação deve ser dividida entre as esferas federal, estadual e municipal, com envolvimento entre si através de parcerias em programas educacionais. Segundo o artigo 205 da CRFB (Constituição da República Federativa do Brasil), a educação está ancorada em um tripé: Estado, família e sociedade,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CRFB, artº 205)

O Estado e a família são as duas pontas do referido artigo, porém a sociedade ficou como figura abstrata, pois na hora de, efetivamente, colocar em prática o cumprimento deste artigo, apenas os dois primeiros são acionados, inclusive judicialmente.

A lei do FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) foi considerada um avanço para a promoção da educação. Antes FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental), a partir de movimentos municipalistas, como a Frente Nacional de Prefeitos, conquistou a mudança da lei, que beneficiou muito os gestores municipais em relação aos recursos aplicados na área da educação. Em relação ao assunto, o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, em sua entrevista para o presente trabalho, revela:

Essa era uma luta histórica dos municípios, porque os recursos da educação até 5 ou 6 anos atrás, só financiava a Educação Fundamental, hoje financiam toda a Educação Básica; ampliou inclusive para Educação Infantil. Isso para o prefeito resolveu muito, que no passado foi um período de transição, onde o Estado foi assumindo a educação do Ensino Médio, os municípios ficaram com a Educação Fundamental e tinha o Ensino Infantil, que ficava ali um conflito entre estado, município e governo federal e acabou que ninguém fazia. Então uma das bandeiras de luta que nós travamos foi exatamente esse reconhecimento de ampliar os recursos da educação para além do Ensino Fundamental, podendo assim financiar a Educação Infantil, que era um desafio dos Conselhos, dar aos prefeitos os cuidados com a Educação Infantil e nós não recebíamos recursos para tanto. Com essa mudança, hoje os recursos do FUNDEB ajudam muito a financiar também a Educação Infantil. (Entrevista Prefeito Casteglione, 2013, p. 2)

Neste contexto, o que se observa é uma conquista dos municípios na distribuição de recursos financeiros com uma maior abrangência para o atendimento nessa área, com legislação específica para a sua aplicabilidade, com o intuito de cumprir o compromisso de desenvolver a educação de acordo com o que determina a Carta Magna.

Questionado também sobre os efetivos resultados em termos de recursos financeiros no período de 2009-2012 para o município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, o prefeito Casteglione afirma,

Eu observo que conseguimos receber mais recurso para a educação, a melhoria do repasse do FUNDEB, eu não tenho dúvida, foi uma grande conquista da FNP. Essa melhoria que o FUNDEB sempre vem alcançando é uma questão, por isso, nós conseguimos melhorar nossa capacidade de oferta de vagas na educação. Nesse período de 2009-2012, Cachoeiro alcançou índices nunca antes vistos, comparado, inclusive, às metas do MEC na Educação Infantil. Nós temos hoje uma cobertura de quase 80% em vagas de creches e de 100% na pré-escola, então isso, a ação da Frente ajudou muito nesse sentido. Hoje nós estamos executando em Cachoeiro obras de três importantes centros de Educação Infantil [...].³⁴

Sobre isso, pode-se constatar que houve um avanço na oferta de vagas para a Educação Infantil, quando em 2009 atendia 6.632 alunos e em 2012 atendia 8.672 alunos.³⁵ No entanto, não é possível afirmar se houve evolução em outras áreas da educação. A criação de vagas é um indicativo de melhoria, mas é preciso verificar se também houve avanço em relação ao aprendizado e à merenda escolar no mesmo período.

Devido a investimentos na aquisição de merenda escolar diretamente da comunidade quilombola, o prefeito petista recebeu o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar 2013 (documento anexo), na categoria Merenda Indígena e/ou Quilombola, referente à gestão de 2012, em que foi avaliada a qualidade do cardápio oferecida aos 101 alunos da Escola Municipal de Monte Alegre, da

³⁴ Fonte: Entrevista com o Prefeito Carlos Casteglione em 08 de fevereiro de 2013, p. 4.

³⁵ Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

comunidade remanescente de quilombo. Os alunos da Educação Infantil e Fundamental recebem duas refeições balanceadas por dia³⁶.

Ainda no que tange à educação, o município viabilizou o atendimento especial e acessibilidade para alunos deficientes. A informação da Secretária de Educação, foram construídas 33 novas salas de Recursos Multifuncionais para estudantes com deficiências (auditiva, visual, mental, típica, múltipla, física), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (superdotados) matriculados em classes comuns do ensino regular receberem atenção complementar, no contra turno escolar. Foi implantado o Programa “Escola Acessível”: escolas recebem recursos federais para fazer rampas, banheiros acessíveis, corrimãos, piso tátil, entre outras adequações arquitetônicas e também foi promovida a qualificação profissional.

Além disso, novas expectativas foram criadas para os jovens da comunidade quilombola, pois a partir de 04 de abril de 2010 passou a funcionar a Escola Família Agrícola de Cachoeiro de Itapemirim-ES, uma parceria entre a prefeitura e o MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) que atendeu 22 alunos que se formaram em 13 de dezembro de 2013. Para o estudante Jean Lucas Roque Ventura, 18 anos, como remanescente de quilombo, essa foi uma grande oportunidade, uma vez que conseguiu se formar em Técnico em Agropecuária, uma profissão promissora, já que o mercado de trabalho é carente nessa categoria. Além dele, mais dois jovens da comunidade se formaram. Essas ações são iniciativas dos Poderes Públicos constituídos que visa assegurar a dignidade do ser humano, dever do Estado e direito do cidadão, minimizando o êxodo rural e evitando o problema social causado pela mão de obra sem qualificação técnica nos centros urbanos.

A Educação é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e livre, permitindo a cidadania social, com a participação do povo nas decisões políticas de onde vivem. Para tanto, a educação exerce o papel de agente transformadora da sociedade, sendo responsável pela mudança quando consegue fazer a diferença ao se deparar com a situação que Freire (1982) coloca,

³⁶ Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação de Cachoeiro de Itapemirim, em 10/12/2013.

Os analfabetos sabem que são seres concretos. Sabem que fazem coisas. Mas o que às vezes não sabem, na cultura do silêncio, em que se tornam ambíguos e duais, é que sua ação transformadora, como tal, os caracteriza como seres criadores e recriadores. Submetidos aos mitos da cultura dominante, entre eles o de sua “natural inferioridade”, não percebem, quase sempre, a significação real de sua ação transformadora sobre o mundo. Dificultados em reconhecer a razão de ser dos fatos que os envolvem, é natural que muitos, entre eles, não estabeleçam a relação entre não “ter voz”, não “dizer a palavra”, e o sistema de exploração em que vivem. (FREIRE, 1982, p. 49-50).

A educação, portanto, não é apenas direito do cidadão e dever do Estado. Está acima disso em sua função na sociedade, pois é o canal que conduz o explorado à libertação do seu explorador. É responsável pela abolição das estruturas que oprimem as classes dominadas pela cultura do silêncio imposta pelas classes dominantes. Uma sociedade com menos desigualdades sociais passa, necessariamente, por uma educação de qualidade oferecida, uniformemente, a todos os cidadãos.

3.5 Segregação espacial e democracia

A cidade deve possuir infraestrutura capaz de atender às necessidades básicas de seus cidadãos, de forma igualitária e universal. Isso implica em saneamento básico, tratamento de água e esgoto, coleta de lixo, pavimentação, iluminação, serviço de telefonia, parques e áreas de lazer, transporte, moradia. O planejamento urbano, mais do que programar padrões de funcionamento das cidades, deve cumprir o papel de dirimir conflitos e corrigir desequilíbrios oriundos do processo de urbanização. Esses serviços públicos são deveres do Estado e direito do cidadão, mas comumente são violados nas periferias dos municípios.

Em relação ao município em estudo, a periférica da cidade, no ano de 2009, quando o governo do Partido dos Trabalhadores assumiu o comando da Prefeitura, sofria a falta de investimentos em infraestrutura e assistência social. Essas áreas ficaram muito tempo fora da agenda das ações do Poder Executivo local. Os investimentos foram aplicados em obras (algumas faraônicas) no centro da cidade, como, praças, pontes, “torre de fazer chover”³⁷ e prédios sem condições de funcionamento, em bairros considerados “nobres” e quando houve investimento em moradias para a população excluída socialmente, causou a segregação espacial, pois eram casas populares construídas sem nenhum planejamento, com paredes de blocos de cimento e telhas de amianto, nos pontos mais altos e extremos da cidade, em terrenos sem valor no mercado imobiliário, onde famílias de baixa renda amontoavam-se entregues à própria sorte, sem nenhuma dignidade humana e direito à cidadania ativa.

Esse modelo não é exclusividade do Poder Público da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, uma vez que apresenta a mesma estrutura na maioria das cidades brasileiras, surgindo pela força da necessidade de moradia dos trabalhadores, que foram se aglomerando no entorno, onde havia maior possibilidade de adquirir um terreno, comprado ou ocupado, o que acaba marcando a diferença entre a parte periférica e central da maioria das cidades.

³⁷ Estrutura metálica construída no centro da cidade, com o objetivo de borrifar água devido à alta temperatura climática do município, no governo de Theodorico de Assis Ferraço (1996/2000)

Em Cachoeiro de Itapemirim, a área periférica que estamos nos atentando neste estudo, pode ser identificada no mapa, nos bairros hachurados. No entanto, outras áreas também receberam investimentos públicos em sua infraestrutura.

Essa ocupação pode ser observada nos bairros localizados nos extremos do município, com precária ou nenhuma infraestrutura, ocupados por trabalhadores que não possuíam as condições econômicas para aquisição de terrenos com melhor localização e com infraestrutura. Os bairros hachurados no mapa indicam alguns locais que são de risco social e que foram beneficiados pelo PAC I e II e recursos próprios do município, na atualidade.

Muitos desses aglomerados populares ganharam apelidos pejorativos sempre remetidos ao nome dos prefeitos que os construíram, e ainda, “conjunto habitacional de Fé e Raça”, nomeado assim pelo próprio ex-prefeito Theodorico de Assis Ferraço, em alusão ao seu nome. Os amontoados de pessoas são fontes de votos, já que caracterizam os locais de risco social e de carência dos moradores e é para lá que se dirigem os políticos que angariam votos através do assistencialismo no período eleitoral. A esse respeito Cesar Benjamin³⁸ disserta,

[...] assistência social é uma política compensatória que não vier acompanhada de mudanças estruturais está fadada a ser apenas uma esmola para a manutenção de uma situação de desigualdade social. Sabemos inclusive que, para a sobrevivência de uma classe dominante, o assistencialismo, principalmente em época de eleição, tem sido um dos instrumentos utilizados para perpetuar o seu mando [...] (BENJAMIN, 2003, p. 52).

Mesmo diante destes dados, não é possível afirmar que todos os bairros foram atendidos na mesma proporção em todos os serviços básicos, pois ainda existem os que não foram agraciados ou estão com parte destes serviços deficientes. Supõe-se que, pelo histórico apresentado em outros setores dos serviços públicos prestados à população, os bairros que não estão atendidos em sua totalidade são os que estão localizados nas partes extremas da cidade.

O bairro Fé e Raça, denominado pejorativamente “pombal” pela vizinhança, aparece nas piores estatísticas, e isso se deve à forma de surgimento, de segregação dos moradores, que “ganharam” casebres de lajotas de cimento, de telhas de amianto construídos em cima do “nada”. Esses casebres foram

³⁸ César de Queiroz Benjamin é um dos fundadores do PT, em 1980, e permanece no partido até 1995, quando se desliga acusando-o de burocratização e adaptação à ordem. Em 1997, organiza a Consulta Popular, grupo político de caráter não partidário com significativa inserção nos movimentos sociais.

construídos sem nenhum planejamento, da noite para o dia, para atender a uma população que vive com renda e consumo abaixo da linha de pobreza³⁹. A privacidade dos moradores não foi considerada em momento algum, isso é um “luxo” o qual eles não gozam, pois quando alguém abre uma janela se depara com o interior da casa vizinha. O espaço é tão somente para a habitação, não havendo lugar para jardinagem ou plantio de hortaliças. O bairro foi construído sem nenhuma infraestrutura, sem fornecimento de energia elétrica e água, com ruas sem calçamento, sem coleta de lixo, sem tratamento de água e esgoto e outros serviços básicos.

A expectativa de vida também não é muito animadora, segundo dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Jones Santos Neves:

No caso do bairro Fé e Raça, pode-se observar [...] uma estrutura etária bastante diferente da apresentada pelo bairro Centro. A base larga da pirâmide indica um alto índice de natalidade, por outro lado o afilamento no topo sugere uma menor expectativa de vida nessa população.⁴⁰

Tomamos como referência as extremidades socioeconômicas do município, que desde seu surgimento apresenta o centro ocupado pela elite, e a periferia foi sendo ocupada de forma irregular pela classe social desprovida de recursos financeiros capaz de lhe garantir o mínimo para viver com dignidade, assim como aconteceu na maioria dos municípios brasileiros, retratando uma realidade histórica e econômica quase uniforme no nosso país.

³⁹ Um dos principais critérios utilizados na definição da linha de pobreza no Brasil estabelece que um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Esta definição de pobreza é amplamente utilizada como critério de elegibilidade para programas governamentais voltados para a população vulnerável

⁴⁰ Relatório Indicadores socioeconômicos dos Bairros dos Municípios do Estado do Espírito Santo – Censo Demográfico 2010 - Instituto Jones Santos Neves, p. 21.

3.6 O Orçamento Participativo

O Poder Público Municipal é o que está próximo do cidadão do que as outras esferas do Poder. É o que está ao alcance das mãos dos munícipes para bater à porta quando precisam. Cabe a cada município elaborar sua política urbana, com foco a atender a todas as necessidades básicas dos munícipes. A União apenas aponta as diretrizes básicas para o seu ordenamento urbano.

Para a elaboração dessas políticas urbanas, é importante ouvir a população, evidentemente com um acompanhamento técnico. Isso tem sido realizado através de Conferências das Cidades, onde as pessoas apresentam propostas, discutem a legislação, acrescentando ou suprimindo necessidades, até que resulte em um documento final.

Como uma das formas de garantir o direito dos cidadãos, teve muita ênfase nas administrações petistas, onde se conseguiu implantar, o OP (Orçamento Participativo). O processo consiste na participação direta do cidadão, dispensando a representação indireta, que indica as necessidades prioritárias da comunidade através do voto. Esse processo garante a participação de todos de todos, de forma plural e universal, o que garante que não seja partidarizado. Essa participação permite criar a consciência sobre a importância da arrecadação para que os serviços essenciais sejam prestados. Portanto, o Orçamento Participativo é baseado nos princípios da participação direta, da autorregulamentação, da discussão da totalidade do orçamento público e não somente dos investimentos e da prestação de contas do governo sobre o que for decidido no orçamento. Fontes (2003), sobre o Orçamento Participativo, afirma,

Não há dúvida de que o orçamento participativo é uma experiência muito interessante. Ele permite agregar formas de representação que não são do tipo eleitoreiras, permite incorporar formas associativas de participação mais diretas e, portanto, menos mediadas por formas mercantis no âmbito da gestão política. Eu não diria que é uma gestão “transparente e democrática”, mas é uma gestão que aponta para isso. [...] (FONTES, 2003, p. 99)

Segundo Souza (2012), em sua dissertação, cujo objeto de pesquisa foi o Orçamento Participativo e o cenário foi o município de Cachoeiro de Itapemirim-ES,

o Orçamento Participativo é respeitado internacionalmente, como modelo consolidado e reconhecido de eficiência e modernidade em participação popular na gestão de recursos públicos. A ONU (Organização das Nações Unidas) reconheceu está entre as 40 melhores práticas do mundo de gestão pública urbana e o Banco Mundial declarou como um bem-sucedido exemplo de ação comum entre Governo e Sociedade Civil.

Em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em um passado recente, as obras indicadas por vereadores só eram atendidas quando estes faziam parte da base aliada do Poder Executivo. Somando-se à carência de políticas públicas e ao desconhecimento de grande parcela do eleitorado sobre a verdadeira função dos políticos com cargos eletivos, criou-se a falsa concepção de representação política⁴¹, uma verdadeira ilusão, muito distante do que se entende por escolha consciente dos representantes de um povo. Sobre este assunto Gomes disserta,

[...] É uma irrisão, contudo, falar-se em democracia representativa num país como o Brasil, em que, além da mão única do poder econômico, os eleitores trocam seus votos por uma camisa ou um saco de feijão, ao lado da manipulação das pesquisas eleitorais e da permanente possibilidade de fraude e comprometimento da Justiça (GOMES, 2001, p. 621).

Nesse contexto, a escolha de um candidato acontece não pelo convencimento de suas propostas, mas pela barganha do voto por um “benefício” individual. Percebe-se que os eleitores, ao participarem de um processo eleitoral municipal, na ausência do Estado no cumprimento dos deveres com o cidadão, se rendem à ideia de eleger o “vereador do bairro”, na esperança que a proximidade física ajude a solucionar problemas do cotidiano, de infraestrutura, locomoção, saúde, segurança, entre outros. Muitas vezes os candidatos surgem dessas circunstâncias, alguns se despontam como liderança por se destacar na luta pela solução dos problemas coletivos e logo é estimulado pela comunidade para se tornarem candidatos. Todavia, existem os que se inserem propositadamente na comunidade visando uma liderança que futuramente poderá lhe render votos. Em Cachoeiro de Itapemirim-ES, foi comumente praticado os candidatos adotarem o

⁴¹ É um fenômeno complexo cujo núcleo consiste num processo de escolha dos governantes e de controle sobre sua ação através de eleições competitivas. (BOBBIO, 1995, p. 1106)

nome do bairro e locais de trabalho no lugar do seu sobrenome de família, no intuito de fortalecer a sua identidade política com os moradores da comunidade, sensibilizando-os e assim, legitimando a ideia do “vereador do bairro” e do paternalismo do serviço público.

O que faz esses eleitores se renderem a essa ideia, geralmente, é o paternalismo presente nas ações das lideranças, tanto no passado como na atualidade, nos municípios brasileiros. Devido a essa prática costumeira por parte dos atores políticos e também dos inúmeros escândalos de corrupção, foi construída no imaginário popular a visão equivocada em relação ao político e o poder, em que as pessoas rotulam tudo que é ligado à política de forma negativa, como por exemplo, corrupção, egoísmo e falsidade. Sobre isso Gomes escreve,

De pasta em pasta⁴², a vida pública do País vai pondo em descrédito as instituições e generalizando a aversão do povo pelos políticos, o que representa uma ameaça para a democracia, e, enfim, inviabilizando a construção da vida nacional. [...] (GOMES, 2001, p. 698).

Para a construção do processo democrático, faz-se necessário que os cidadãos possuam consciência crítica e se libertem dos favorecimentos de personalidades públicas interesseiras, que oferecem serviços ou “resolvem” problemas na base do compromisso do voto. O Orçamento Participativo é uma das maneiras de construção da participação popular, que colabora com o fortalecimento da democracia. Sobre o assunto o Orçamento Participativo, em sua dissertação, Souza (2012) afirma,

⁴² Referência à Pasta Rosa, que era na verdade, uma série de documentos que mostrava uma contribuição de 2,4 milhões de dólares do Banco Econômico, de Ângelo Calmon de Sá, para a campanha de 25 candidatos nas eleições de 1990 e de 24 candidatos subsidiados pela Febraban, prática proibida na época. A documentação do dossiê indicava a existência de um sistema organizado de financiamento eleitoral ilegal, com base na prática de caixa 2. No total, 49 políticos foram acusados. O principal político era Antônio Carlos Magalhães, o ACM, que na ocasião elegeu-se governador da Bahia pelo PFL e teria recebido, sozinho, US\$ 1,114 milhão do Banco Econômico. Nunca se descobriu o autor do dossiê. O ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá foi indiciado pela Polícia Federal por crime contra a ordem tributária e o sistema financeiro, com base na Lei do Colarinho-Branco. Nenhum político foi punido por causa do escândalo. Cinco anos depois da falência do Banco Econômico, em agosto de 1999, Calmon de Sá livrou a barra de ACM e negou ter dado a milionária contribuição eleitoral ilegal para o político baiano. Disponível em: <http://www.muco.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=215:escandalo-da-pasta-rosa&catid=34:sala-dos-escandalos&Itemid=53>. Acesso em: 01 jun. 2014.

[...] O Orçamento Participativo tem, em sua essência, o objetivo de trazer os indivíduos para a discussão das ações do Governo, estabelecendo novos mecanismos democráticos com o intuito de inviabilizar procedimentos obscuros, dando e oportunidade às pessoas para que elas se manifestem quanto aos seus anseios e necessidades, contribuindo para a democratização das relações do Estado com a sociedade [...] (SOUZA, 2012, p. 37).

A implantação do Orçamento Participativo em Cachoeiro de Itapemirim, no ano de 2009, no governo petista, a princípio não teve muita credibilidade, pois era uma novidade a qual as pessoas não estavam habituadas. Em entrevista (ver anexo) realizada para esta pesquisa, o Ronaldo Machado Xavier, Presidente da FAMMOPOCI (Federação de Associação de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim-ES) afirma,

O Orçamento Participativo foi apresentado à população como um projeto, um programa de governo muito democrático, onde permite que o cidadão, em conjunto com a comunidade escolha aquilo que é melhor para a sua região, normalmente o cidadão não conhece esse programa, simplesmente o governante que determinava o que ia fazer, junto com a sua equipe, junto com os vereadores, e era daquele jeito. A partir do OP, veio permitir dar ao cidadão o direito de escolha, escolher o que mais convém a comunidade em que ele reside, então foi muito bem aceito, foi um programa bastante democrático.

Como uma nova maneira de organizar a política pública com a participação popular, o Orçamento Participativo que foi implantado em 2009, com previsão da execução das obras escolhidas em 2011, também enfrentou dificuldades. No diálogo com as comunidades, com o intuito de minimizar os problemas que porventura poderiam ocorrer, a gestão municipal aplicou o que foi chamado de Pacto Honesto, que consiste na regra de utilizar o recurso da obra eleita, caso tenha impossibilidade de executar, na segunda, terceira mais votada. Ronaldo Machado Xavier expõe sua opinião,

Se elege a partir da indicação de cada bairro que compõe aquela região, cada bairro indica a sua obra e depois é eleito dentro dessas indicações aquela que tem a maior quantidade de voto é a primeira a se realizar e existe um valor, que é uma verba definida por região e se na primeira obra o recurso for suficiente para realizar a segunda e por ai em diante. Porém, se a obra eleita em primeiro lugar, tiver alguma inviabilidade técnica que não permitir ser construída, passa para a segunda, a região não deixa de ser contemplada, a prioridade

de ser feita é a primeira obra eleita. Qual quer problema que inviabilize a obra, passa para a próxima. Para isso também, existe o fórum de delegados, toda vez que vai se tomar uma decisão se reúne os delegados daquela região apresenta-se os problemas e em cima disso, tomam-se as decisões, que ai esses delegados levam o problema para a região e com o apoio da administração dar-se uma satisfação a comunidade está passando para a segunda obra, porque esta obra aqui esta impedida por esse ou aquele motivo.

Dentre as obras escolhidas, algumas foram entregues dentro do prazo estimado, outras foram entregues em atraso e ainda houve aquelas que não foram possíveis serem executadas. O Orçamento Participativo, entre erros e acertos, criou a consciência política na população, que entendeu que para ter benefícios precisa pagar impostos, precisa se mobilizar e participar ativamente das decisões políticas do município. Sobre o resultado dessa participação popular, que é direito do povo, o deputado Rodrigo Coelho (entrevista em anexo) afirma,

As pessoas entenderam o mecanismo para poder conquistar as obras e também começaram a ter uma visão solidária da cidade, quem precisa mais, quem precisa menos, qual bairro que precisa mais, qual bairro que precisa menos, então a gente via alianças de bairros para conseguir obras, um bairro que se aliava a outros para que ele conseguisse a obra. De modo que, eu penso que a maior conquista do Orçamento Participativo, não é a escolha em si da obra, mas é essa mobilização, essa leitura da cidade, essa aliança que faz com que esses moradores sejam capazes de abrir mão daquilo que eles gostariam de ter, para que o outro que tem uma necessidade maior pudesse acessar esse recurso, esse direito, esse serviço, esse investimento que é o que é proposto no Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo, como parte do primeiro pilar do “Modo Petista de Governar”, que é a participação popular, foi implantado com sucesso pelo governo petista em Cachoeiro de Itapemirim- ES, no período 2009-2012, embora com algumas dificuldades e até mesmo falhas em sua estruturação e execução. De acordo com Souza (2012),

Mesmo apresentando algumas lacunas e falhas na forma como ele é estruturado e executado, a concepção do Orçamento Participativo tem sido frequentemente aprovada e reconhecida nos lugares onde foi ou está sendo utilizado (SOUZA, 2012, p. 63)

Em relação à utilização do Orçamento Participativo como um instrumento democrático do poder, onde a população participa não só em relação às obras escolhidas, mas também quanto ao Orçamento, atuando como protagonista do destino político do município, partilhando o poder e decidindo junto as prioridades da comunidade, Souza (2012) e Rodrigo Coelho (Anexo) convergem ao afirmar,

Os entrevistados reconhecem que, quando a Prefeitura compartilha o poder e as informações referentes ao Orçamento Participativo, os cidadãos sentem que realmente o seu voto e a sua voz fazem diferença para o desenvolvimento de sua comunidade (SOUZA, 2012, p. 142).

[...] então há um espírito de cidadania presente em todo o mecanismo, em toda a volta, porque o cidadão se sente com o direito de reivindicar de maneira, inclusive, mais forte, mais dura a aquela obra escolhida pela mobilização, o povo entendendo que o poder emana do povo e para ele deverá ser devolvido. Ou deverá ser exercido (Rodrigo Coelho).

A implantação do Orçamento Participativo em Cachoeiro de Itapemirim-ES em 2009 está sendo uma nova forma de fazer gestão na história política recente do município. Do ponto de vista técnico, ainda precisam ser feitos muitos ajustes para colher melhores resultados. Do ponto de vista político, pode ser considerada uma conquista no exercício da democracia, mas também precisam ser feitas algumas adequações. No entanto, isto é comum detectar falhas em um modelo democrático como o Orçamento Participativo que, embora seja bem avaliado, ainda está em construção e fase de consolidação.

3.7 A Ética e a transparência no governo e a “Inversão de Prioridades”

A maioria dos governos, principalmente durante o processo de campanha eleitoral, empunha a bandeira da ética e da transparência. É um tema que impressiona, talvez devido à banalização da corrupção nas administrações públicas e da impunidade observada muitas vezes. Para o Partido dos Trabalhadores essa conotação foi mais forte, pois o partido construiu sua imagem pautada, também, na luta contra a corrupção e a impunidade política. Segundo Samuels (2009, p.248-249), “políticos eleitos pelo PT procuravam cultivar uma reputação ilibada que lhe permitisse exigir determinado comportamento de outros políticos”. No entanto, essa imagem foi corrompida com o escândalo do *mensalão* ocorrido no primeiro mandato do governo Lula. De toda forma, atualmente a fiscalização tem ganhado força, principalmente nos órgãos de controle externo. No texto sobre controle social e transparência pública, Evangelista (2010) afirma,

No rol dos fiscalizadores dos entes governamentais, o cidadão é o que se encontra mais próximo das ações e serviços desenvolvidos pelos entes federativos (União, Estado, DF e Municípios), sejam estes da administração direta ou indireta [...]. São milhares de olhos e ouvidos que tudo vêem e ouvem. Ninguém, em sua consciência, pode subestimar a força transformadora do cidadão no exercício do controle social, que pode ser visto como o autocontrole dos recursos que ele disponibiliza ao Estado [...] (EVANGELISTA, 2010, p. 20).

Os órgãos de fiscalização dos serviços públicos, sejam governamentais ou não-governamentais, são de suma importância, não só para controlar o destino dos recursos públicos, mas também para a efetiva qualidade do serviço prestado. O Ministério Público e os Conselhos são exemplos de fiscalizadores que tem exercido um papel fundamental no controle social externo das administrações públicas em todas as esferas.

No município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, a administração petista tem tentado cumprir as diretrizes do “Modo Petista de Governar”, fortalecendo e dando autonomia aos conselhos municipais, implantando o Orçamento Participativo, que também é uma ferramenta de fiscalização e aderindo ao Portal da Transparência⁴³.

⁴³Portal da Transparência é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é

Obviamente que os percalços ainda são grandes, mas é o caminho para a democracia sendo construído pelas mãos da sociedade civil e governo. Como afirma Casanova (1995),

A luta pela democracia começa na sociedade civil e não no Estado. Mas essa luta não é excludente; ambos podem unir-se. Há lugares e momentos em que a luta pela democracia começa no Estado e no sistema político estatal, e se combina com a luta na sociedade civil. Das duas lutas interessa destacar aqui a que corresponde à imensa maioria da humanidade; a que não se dá nos sistemas políticos e suas pelepas eleitorais, nem nos aparelhos de Estado, nem apenas para a conquista do Estado, ao estilo das revoluções anteriores, mas num processo histórico longo, de construção do Estado alternativo na própria sociedade civil; [...] (CASANOVA, 1995, p.162).

A democracia cachoeirense, assim com no Brasil, está em fase de consolidação e agora depende do povo se apropriar das ferramentas democráticas que lhe estão sendo oferecidas e do governo atual e futuros ampliarem cada vez mais a participação popular e promover o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores da gestão pública para que se consolide de vez.

Quanto à “inversão de prioridades”, procedimento geralmente adotado em administrações petista, mas não excluindo outras que também adotam essa prática, nos municípios são onde se torna mais visível devido tanto à proximidade física do cidadão como as necessidades prioritárias, principalmente em infraestrutura dos bairros da periferia.

No Brasil, a urbanização se intensificou no século XX, principalmente entre os anos de 1950 e 1960, acompanhando o avanço industrial que arrebatava os trabalhadores rurais para os centros urbanos. Eles acreditavam que teriam mais acesso ao conforto material que a cidade oferece e empregos que sustentassem seus objetivos, mas não houve planejamento e estrutura que absorvesse esses trabalhadores excedentes.

Diante dos problemas urbanos gerados por esse cenário, as cidades continuam exercendo forte atração sobre a população rural graças à oferta de bens

umentar a transparência na administração pública, pois permite que o cidadão acompanhe a aplicação dos recursos públicos, bem como a fiscalização.

culturais, lazer, oportunidades de trabalho e circulação de mercadorias, que prevalecem sobre os aspectos mais negativos provocados pelas concentrações urbanas na periferia.

Citamos como exemplo o município Cachoeiro de Itapemirim, que possui uma população total estimada para o ano de 2013 de 205.213 habitantes⁴⁴, distribuídos entre campo e cidade. O crescimento do êxodo rural nas duas últimas décadas foi considerável e contribuiu para o inchaço da cidade e para o aumento das moradias irregulares em áreas sem infraestrutura. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Cachoeiro de Itapemirim-ES, possuem 84,6% da população residente na área urbana, 189.889 habitantes. Ao longo da história, os problemas na zona periférica do município de Cachoeiro de Itapemirim foram se agravando devido à falta de planejamento para receber a grande quantidade desses trabalhadores, ao crescimento desordenado da população e à ausência do Poder Público na minimização da crise urbana. Esses problemas cotidianos enfrentados pelos municípios brasileiros foram produzidos ao longo da história devido à segregação da população de baixa renda.

Nas áreas periféricas, mais tarde, foram se formando aglomerado de trabalhadores assalariados obrigados a viverem longe dos centros urbanos, onde estavam seus locais de trabalho, em razão da especulação imobiliária dos imóveis de aluguel ser incompatível com seus vencimentos. De acordo com Hall e Pinheiro, no livro “A classe operária no Brasil”, o problema da inoperância do Poder Público municipal nas periferias das cidades brasileiras prejudica a massa de trabalhadores que para lá são obrigadas a se dirigir e ressalta,

como todos sabem, para os subúrbios é que os palácios e o fausto dominante no centro da cidade vai como que enxotando a massa operária, obrigando-a pela carestia dos alugueis mais perto dos lugares do trabalho, as penosas viagens diárias, que lhes roubam o tempo de descanso e recreio, sequestrando-a da vida intensa do centro. Os subúrbios vivem, porém, abandonados pelas autoridades municipais sem calçamento, pouca iluminação e nenhuma higiene (HALL; PINHEIRO, 1981, p. 57).

⁴⁴ Censo Demográfico 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320120&search=espírito-santo|cachoeiro-de-itapemirim>> Acesso em: 01 jun. 2014.

A situação de caos social é agravada quando a crise do Estado gera modificações nas práticas de planejamento, principalmente político e econômico, nos países desenvolvidos, e nos países pobres o impacto foi ainda mais forte. O sucateamento de máquinas públicas, que acabavam por “legitimar” a privatização dos serviços públicos e a redução em investimentos sociais, evidenciou a necessidade da criação de uma nova lógica urbanística, que cumprisse o papel de redistribuir e incluir, mais do que concentrar e excluir.

O Estado não consegue atender a todas as demandas sociais, direciona seus investimentos para as funções urbanas necessárias ao funcionamento do pólo dominante, ou seja, do capital, em detrimento das necessidades básicas da população. A crise urbana é fruto da incapacidade da organização social capitalista, que não consegue garantir a produção, a distribuição e a gestão dos meios de consumo coletivo inerentes ao cotidiano das pessoas que vivem nas grandes cidades. Sobre este fato, Castells (1980) afirma,

mas na medida em que a socialização do consumo e a politização de sua gestão já haviam suscitado um princípio de organização coletiva dos habitantes e usuários, a tentativa de regressão dos serviços públicos desemboca, de fato, numa explosão, cada vez menos controlada, de movimentos reivindicatórios urbanos. A capacidade de transformação desses movimentos, tanto no terreno da cidade como no da sociedade, dependerá fundamentalmente de suas formas de articulação com a luta de classes e com o processo político resultante (CASTELLS, 1980, p. 25).

A reconstrução dos espaços públicos nas cidades que foram sufocados pelos espaços multifuncionais particulares é fundamental para reprimir ideias segregacionistas. A recuperação e o uso de praças, parques e outros espaços de lazer podem ser associadas a atividades culturais que concorram com as programações dos *shoppings centers* e assim colocar o lazer como ponto central, independente do consumismo e do individualismo nas idolatradas “catedrais do capitalismo.”

A lógica capitalista é a concentração e centralização do capital, não havendo nenhum compromisso em reverter o lucro obtido nas operações econômicas em melhoria de qualidade de vida dos cidadãos no que tange aos serviços públicos

(moradia, transporte, saúde, áreas verdes...) e ainda menos com a remuneração do trabalhador. A ideia equivocada sobre o capitalismo, em que se imagina que o mesmo é condicionado à existência do mercado, pode ser esclarecida com a afirmação de Arcary e Fontes (2003),

[...] O mercado, assim como o planejamento, é muito anterior ao capitalismo. O que caracteriza o capitalismo não é ter mercado, porque todas as sociedades nas quais existiam domesticação de rebanho e produção em massa de comida com uma complexa divisão de trabalho, em alguma medida, tinham excedente e estabeleciam margens de relações mercantis. O que caracteriza o capitalismo é que é uma economia em que a regulação mercantil está a serviço da acumulação de capitais [...] (ARCARY; FONTES, 2003, p.100-101)

O contexto social de segregação espacial na atualidade será estudado sob a perspectiva da implementação de mecanismos de participação dos cidadãos na cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES, incluídos na proposta de governo municipal, no período de 2009-2012, com a participação direta do povo atuando como sujeito político.

Uma das bandeiras empunhadas durante a campanha eleitoral de 2008 pelo candidato a prefeito Casteglione, do Partido dos Trabalhadores, que conseguiu ser eleito pelo voto democrático e popular, foi implantação do Orçamento Participativo, o que ocorreu no primeiro ano do governo. Como política pública e um dos pilares do “Modo Petista de Governar”, o Orçamento Participativo exerceu um papel importante na mobilização popular e na criação da consciência política da população.

Essa interação política entre os cidadãos contribui para a resolução de das demandas mais urgentes, já que os municípios sempre viveram os problemas que afetam sua população com maior intensidade do que os Estados e a União pela aproximação física e o convívio cotidiano de seus habitantes. Quando um problema atinge não apenas um indivíduo, mas o coletivo, organização ou grupo, a tendência é haver uma socialização e uma mobilização em busca de soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, todo investigador digno desse nome sabe muito bem que a tão propalada neutralidade da ciência, de que resulta a não menos propalada imparcialidade do cientista, com sua criminosa indiferença ao destino que se dê aos achados de sua atividade científica é um dos mitos necessários às classes dominantes [...]

Paulo Freire

A democracia antiga era exercida em praça pública por cidadãos livres e que tinham posses, excluindo escravos, mulheres e pobres, sendo considerado um marco na história da humanidade. A democracia moderna⁴⁵, que denominamos democracia representativa, é aquela em que os eleitores escolhem seus representantes através do voto para defender os interesses coletivos. Nessa modalidade, o direito individual do cidadão aos serviços públicos básicos está garantido pela Constituição federal, sejam eles o direito à moradia, ao transporte, à educação, à saúde, à segurança pública, à área de lazer, entre outros.

De acordo com Matsumoto e Franchini, em seu livro “Município, Palco da Vida” a democracia é uma das noções mais difíceis das Ciências Sociais, no entanto, algumas características básicas são capazes de ser apontadas como: eleição popular das autoridades públicas; alternância de poder; vigência de liberdades civis e políticas; transparência e prestação de contas. Na maioria das vezes, existe uma assimilação positiva nos conceitos de federalismo, descentralização e autonomia com a lógica democrática, vinculando o sucesso daqueles ao avanço desta.

A construção da democracia acontece no cotidiano e hoje, a revolução não precisa ser feita com armas, sangue e exércitos empunhando bandeiras ideológicas, mas com cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, que possuam o poder de argumentar e convencer, e resolver as batalhas no campo das idéias, com liberdade

⁴⁵ Democracia moderna neste contexto refere-se ao século XX, após o processo de coronelismo no Brasil.

de expressão, organização e luta por conquistas que refletem na qualidade de vida individual e coletiva. Sobre o pensamento crítico e a pedagogia da libertação, Casanova discorre,

[...] De fato, *requer edificar um novo sentido comum* da criação histórica, de ação cívica e política, humana e ecológica. Qualquer alfabetização do povo, da cidadania, dos trabalhadores, dos excluídos, sem descartar o maior número possível de membros das forças dominantes, tem de internalizar o novo sentido comum da criação humana nas mais distintas civilizações, culturas e níveis educativos. A magnitude do desafio parece assombrosa, ainda que Paulo Freire já tenha indicado um caminho entre muitos: alfabetizar-nos para compreender e atuar a partir do recanto onde vivemos, seja a serra, a planície, a vila, a cidade, a fábrica, a favela ou o arranha-céu (CASANOVA, 2006, p. 68).

Para que o cidadão atue em sua comunidade, com o sentimento de pertença, e contribua para a consolidação da democracia, precisa-se formar o sujeito histórico-cognitivo-político, e para isso, o mesmo necessita de condições sociais para pensar e atuar como sujeito que transforma a sua história e a do seu lugar.

Na democracia moderna, indivíduos e grupos organizam-se em movimentos sociais e populares, as classes sociais se organizam em partidos políticos, sindicatos, confederações, criando um instrumento de pressão social que de forma direta ou indireta, limita o poder do Estado. Para o especialista em Direito Constitucional, José Afonso Silva, a democracia é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo conquista ao longo da história,

democracia é conceito histórico. Não sendo por si um valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem, compreende-se que a historicidade destes a envolva na mesma medida, enriquecendo-lhe o conteúdo a cada etapa do envolver social, mantido sempre o princípio básico de que ela revela um regime político em que o poder repousa na vontade do povo. Sob esse aspecto, a democracia não é um mero conceito político abstrato e estático, mas é um processo de afirmação do povo e de garantia de direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história (SILVA, 2002, p. 125-126).

A democracia teve dois significados distintos, a democracia formal e a democracia substancial. Surge ainda outra conhecida formulação, a democracia como governo do povo e a democracia como governo para o povo. Essas duas acepções da palavra “democracia” se subdividem em outros significados que geram inúteis e intermináveis discussões, como a que se debruça em decifrar se é mais democrático um regime em que a democracia formal não se faz acompanhar de uma ampla igualdade, ou um regime em que uma ampla igualdade é obtida através de um governo despótico e,

assim foi introduzida a distinção entre democracia formal, que diz respeito precisamente à forma de governo, e democracia substancial, que diz respeito ao conteúdo desta forma. Estes dois significados, podem ser encontrados em perfeita fusão na teoria rousseauiana da democracia, já que o ideal igualitário que a inspira se realiza na formação da vontade geral, e portanto, são ambos historicamente legítimos (BOBBIO, 1995, p. 157)

Entendemos que para ter democracia, temos que ter liberdade. Neste quesito, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 é clara em seu artº 1º o seguinte texto “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” Esse artigo, determina que todas as pessoas sejam livres e tenham direitos iguais, e neste particular, refere-se aos direitos fundamentais, garantidos em especial pela Constituição federal de 1988, quando no artº 6º explicita os direitos sociais, relativos à educação, à saúde, ao trabalho, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados. Direitos humanos e democracia deveriam caminhar juntos, uma vez que para haver democracia precisa haver direito à vida, à igualdade e à liberdade, que são as matrizes dos Direitos Humanos. Portanto, direitos humanos e democracia são intrínsecos. Recorreremos novamente a Bobbio (1995), para falar da democracia sob a lente da soberania popular,

a soberania popular não pode se basear na mera autoridade do número: a maioria é tão arbitrária quanto o arbítrio individual. A soberania não pode ser senão a soberania do direito, de uma ordem jurídica racionalmente organizada, mediando entre liberdade e organização, entre espontaneidade social e poder. Mas é a pressão direta dos cidadãos sobre as estruturas do poder organizado que

produz o “direito” muito mais que as iniciativas dos juristas e a boa vontade dos detentores do poder. (BOBBIO, 1995, p. 926)

Quanto ao termo “assistência aos desamparados” convém discutir quem são os desamparados de nosso país. A nossa Constituição não explicita o termo. Seriam os despossuídos de recursos materiais? Seriam os idosos? Os negros? Os índios? As mulheres? Os deficientes físicos, auditivos, visuais, mentais? As leis complementares como o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Mulher, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Proteção do Consumidor, A Lei “Maria da Penha” e tantas outras cumprem o papel de proteger os mais fracos (hipossuficientes) dos hiperssuficientes, já que na relação de forças os interesses são opostos, Para Silva (2002), é dever de o Estado fazer a defesa dos desiguais,

[...] assim, podemos dizer que os *direitos sociais*, como dimensão dos direitos fundamentais do homem são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressuposto do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição compatível com o exercício efetivo da liberdade (SILVA, 2002, p. 285-286).

Entende-se por desamparados aqueles que relegados ao segundo plano na economia e não possuindo os meios de produção, são submetidos à exploração de sua força de trabalho pelo capital e assim precisam ser representadas por organizações como associações, sindicatos, igrejas e outras, para defender os seus direitos fundamentais. Também convém conhecer o significado de elite, que, de acordo com Gomes (2001),

[...] A palavra elite, tal como é empregada no Brasil, não tem rigor e real expressão semântica. Simultaneamente, tanto condena como absolve. As “elites” costumam ser vistas como forças malignas da sociedade, voltadas para os seus próprios interesses de classe, mas, como o termo representa um biombo em que todos se escudam, a todos absolve, por não particularizar ninguém. Digamos, enfim, que as elites são constituídas por banqueiros, empresários poderosos, detentores dos meios de produção, latifundiários, proprietários dos meios de comunicação e os segmentos políticos que os representam. [...] (GOMES, 2001, p. 619)

Atender de maneira satisfatória às demandas sociais nas áreas urbanas e rurais, onde a sociedade tem reclamado cada vez mais as medidas dos governantes, como apoio às famílias desamparadas (excluídas econômica e socialmente), regularização fundiária dos imóveis, criação de postos de saúde, centros públicos de educação, áreas de lazer, áreas verdes e serviços de infraestrutura (água tratada, pavimentação, iluminação), e serviços sociais, não é apenas um desafio para o Poder Público, é uma medida constitucional.

O município de Cachoeiro de Itapemirim-ES não difere dos demais municípios brasileiros no que concerne aos problemas urbanos que precisam ser enfrentados, embora tenha saído na frente em relação a implantação de alguns recursos, como por exemplo, foi a primeira cidade do Estado a ter água encanada e iluminação elétrica, conforme Maciel (1992, 35), “Cachoeiro de Itapemirim, além de ter sido a primeira cidade do Espírito Santo a ser dotada de iluminação elétrica, foi também a primeira a ter água encanada”. Isso não modificou a situação dos bairros periféricos que surgiram posteriormente.

A história não tem interrupções, é um processo contínuo que atrela os tempos passado, presente e futuro. O que vemos no cotidiano da periferia das cidades hoje, é um reflexo da urbanização desordenada que aconteceu ao longo da história, porém com maior intensidade no meado do século passado.

No final da metade do século XX, de acordo com Braga (2009), O PT nasce com a crise da forma de Estado e o surgimento de novas formas de organização social e política organizadas contra as discrepâncias econômicas e políticas que estava acontecendo no país.

Como a sua própria composição de origem revela, trata-se de um tipo inédito de partido político bastante representativo do processo de transição política, marcado, por um lado, pela crise da forma de Estado característico da sociedade brasileira desde os anos 1930 – o Estado Desenvolvimentista – e, por outro, pelo surgimento de novas formas de organização social e política mobilizadas contra as disparidades econômicas e o represamento das liberdades democráticas. O PT surge em um período da história brasileira em que a assimetria entre a ordem social e a ordem política é agudamente questionada, traduzindo-se na crise em torno da democratização do sistema político (BRAGA, 2009, p. 69).

O Partido dos Trabalhadores surgiu para ser um partido de massas e para organizar a classe trabalhadora. Ao se lançar na disputa eleitoral, em todas as esferas, afastou-se de suas bases sociais, segundo os críticos. No entanto, existe quem defenda que para atender a classe a qual se propôs a fazê-lo, o PT necessita chegar ao poder para usá-lo como instrumento como de transformação social.

A democratização da gestão pública implica a comunicação com os diversos grupos sociais, o que permite inúmeros caminhos e espaços de participação. O conjunto de bairros forma a cidade e são nesses bairros que a vida cotidiana se organiza, a partir da convivência e das necessidades diárias. Certeau (1994) afirma que a organização da vida cotidiana se articula ao menos baseada em dois registros,

1- Os comportamentos, cujo sistema se torna visível no espaço social da rua e se traduz pelo vestuário, pela aplicação mais ou menos estritas dos códigos de cortesia (saudações, palavras amistosas, pedido de “notícias”), o ritmo do andar, o modo como se evita ou ao contrário se valoriza este ou aquele espaço público. 2- Os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de “se portar” no espaço do bairro: o bom comportamento “compensa”, mas o que traz de bom? [...] O bairro aparece assim, como o lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, da proximidade e da repetição (CERTEAU, 1994, p. 38).

O Estatuto da Cidade é fruto de intensos debates da sociedade civil organizada, do Poder Público, através de seus representantes, que habitam em locais diferentes, mas partilham basicamente as mesmas situações, já que a maioria das cidades é formada de assentamentos irregulares, ilegais ou clandestinos, que contrariam de alguma maneira a legalidade da urbanização.

Esses grupos dedicaram dias inteiros discutindo o melhor caminho para a construção do espaço urbano mais humanizado, que promova o desenvolvimento econômico e social e que atenda aos anseios da comunidade, pois é no cotidiano que se constrói a história da cidade, com seus erros e acertos, com seus problemas e suas resoluções, suas fraquezas e seu heroísmo, onde as etnias, as religiões, os gêneros e outros elementos se matizam com graça e sutileza ou também com sérios

conflitos. A sociedade deve se envolver e adotar a prática de se empenhar para a melhoria dos espaços públicos, superando os interesses políticos individuais, e pensar em longo prazo, já que os resultados serão desfrutados pelos moradores, independentemente de quem esteja exercendo o poder político no momento.

O Poder Público tem como dever promover a democratização do espaço público, oferecendo condições para que a cidade seja agradável para todos. Por outro lado, os usuários precisam assumir a responsabilidade de cuidar do patrimônio e dos espaços públicos, criando a consciência que os bens coletivos pertencem a todos. Os espaços públicos são comumente re conhecidos como um patrimônio não pertencente ao cidadão, assim vândalos interferem em toda o cotidiano de uma comunidade por interferir no direito de usufruir dos espaços públicos.

O Ministro da SGPR (Secretaria-Geral da Presidência da República), Gilberto Carvalho, em publicação sob o título “Brasil, uma democracia que se democratiza”⁴⁶ afirma que a participação social na gestão pública foi incorporada pelos gestores como método de governo e que isso fortalece a democracia, que se reinventa com as instâncias participativas. Esse exercício da democracia deve ser considerado uma conquista dos movimentos sociais, como associações de moradores, igrejas, sindicatos, conselhos e outros movimentos sociais que surgem a partir das necessidades cotidianas e que estão abrindo espaços antes não acessíveis. Ainda na mesma publicação o Ministro Gilberto Carvalho explicita que,

as recentes manifestações nas ruas mostram, entre diversas demandas de melhor qualidade dos serviços públicos, o clamor por maior participação social e reinvenção das formas de exercício da democracia. Assim, sempre será necessário perceber e empreender formas para ampliar, aprofundar ou mesmo democratizar a democracia, seja ela entendida como modo de vida ou forma de governo⁴⁷.

O município, como entidade federada mais próxima da população e, portanto, sujeita às suas cobranças, passou a buscar soluções para as encruzilhadas que

⁴⁶ Jornal A Gazeta, **coluna Opinião**, 25 de agosto de 2013, p. 23.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/conteudo.phtml?id=1402121&tit=Brasil-uma-democracia-que-se-democratiza>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

muitas vezes encontra quanto ao cumprimento das leis referente ao atendimento dos direitos dos cidadãos e às dificuldades relacionadas à captação de recursos financeiros.

Com a promulgação da Constituição de 1988, os municípios adquiriram um elevado grau de autonomia, porém isso não foi acompanhado de instrumentos para fortalecer imediatamente o poder local e os empréstimos financeiros eram feitos apenas com a União e os Estados, engessando desta forma as ações dos dirigentes municipais.

As dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais petistas, no entanto, não eram inéditas para a política adotada pelo partido, uma vez que a cidade de Fortaleza (Ceará) e Diadema (São Paulo) foram as primeiras prefeituras conquistadas, mas a ideia era unificar em todo o país os programas de governo, maximizando os objetivos, que eram as bandeiras gerais ou as reivindicações incorporadas pelos movimentos sociais, e assim construir o socialismo através das políticas implantadas como ações concretas de transformação social.

Preocupados com a nova situação dos municípios, os prefeitos petistas eleitos em 1988, ou seja, no mesmo ano da Constituição federal que trouxe mudança do papel dos municípios brasileiros, reuniram-se, em 1991, com três objetivos: fazer um balanço dos três anos de experiência do PT em administrações municipais; contribuir para o debate sobre reforma do Estado e políticas sociais e construir uma referência para a elaboração de programa de governo nas diversas cidades em que o partido estaria na disputa eleitoral.

Em 1992, foi publicado o livro “O Modo Petista de Governar” que consiste em um agrupamento de textos, fruto de seminários e reuniões acontecidos durante meses, com participação de petistas que estavam na administração pública e aqueles que, em entidades da sociedade, como sindicatos, ong’s e universidades, dispuseram-se a contribuir para o debate e a elaboração de políticas públicas. A ideia do documento foi dar diretrizes políticas para os futuros administradores petistas, a partir de experiências compartilhadas e evitar os erros cometidos até então.

Em Cachoeiro de Itapemirim – ES, durante os dois primeiros anos do mandato petista houve também grande descontentamento dentro do próprio partido, com divergências na composição do secretariado, com militantes que se ressentiam de não terem sido convidados para atuar no governo ou que haviam sido convidados, mas não estavam satisfeitos com o posto ocupado. Os militantes queriam também a aplicação do chamado “Modo Petista de Governar”, dificultada pelas circunstâncias, já que parte das nomeações em cargos de confiança eram frutos das composições com outros partidos, pré e pós-eleições, o que dificultava cada vez mais a hegemonia ideológica do governo. Sobre isso Berstein (2003) destaca,

Por isso é que um partido político importante, em condições de exercer o poder, é sempre levado a articular compromissos aos quais o obrigam a heterogeneidade de seus apoios e a necessidade de levar em consideração, para governar, o ponto de vista dos adversários. Só os grupos minoritários, eternamente condenados à oposição, podem se permitir a intransigência doutrinária (BERSTEIN, 2003, p. 77).

Em relação ao contexto à aplicabilidade de um dos pilares do “Modo Petista de Governar”, o Ex- Secretário de Governo e atual deputado estadual Rodrigo Coelho, em entrevista para esta pesquisa, pontua o cenário político do município antes e depois que o Partido os Trabalhadores chegou ao poder em 2008, destacando as práticas governamentais em relação à participação popular,

Primeiro é importante ressaltar o que era Cachoeiro para ter o Orçamento Participativo. Porque Cachoeiro era uma cidade pouco mobilizada, com pouca crença de que a opinião popular fazia alguma diferença nos destinos da administração pública, porque já tinham passado por experiências de “Orçamento Cidadão”, se não me engano, se não me falha a memória. [...] Teve um “Orçamento Cidadão”, ou coisa parecida no governo passado que não logrou êxito, não foi adiante, não continuou. Então nos tínhamos uma cidade pouco mobilizada com uma crença muito baixa que a população poderia realmente interferir nos destinos do que administração pública poderia fazer, por outro lado, nós tínhamos uma máquina pública com uma capacidade muito baixa de investimentos com recursos próprios, um custeio muito alto, devido a relação de um grande número de servidores, um número de servidores muito alto para a arrecadação, o que inclusive faz com que os salários sejam menores

do que nós desejaríamos, então nós tínhamos essa dificuldade pela pouca capacidade de investimento.

Além disso, a crise financeira que estrangulou a economia de todos os municípios do Estado do Espírito Santo, com a extinção do FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias), acarretou grandes cortes nas ações do governo, paralisando, por exemplo, o Orçamento Participativo, que é uma das bandeiras da administração petista.

Outro ponto que deve ser considerado na administração petista foram as coligações partidárias durante as eleições, o que demandou dividir com os aliados cargos importantes para o bom desempenho do governo. Isto desencadeou grande insatisfação interna, com críticas da militância partidária e uma heterogeneidade ideológica dos quadros que constituíam os cargos chaves do governo petista.

Em algumas ações o governo petista conseguiu alcançar êxito, como no caso das políticas culturais no período 2009-2012, em relação aos períodos anteriores. No entanto, se levarmos em consideração o programa de governo “A Cachoeira que quer o PT” (2000) e que foi a base das demais campanhas eleitorais (2004/2008) e as diretrizes do “Modo Petista de Governar”, verificamos que as ações ficaram muito aquém do que foi está proposto. Em contrapartida, outras ações foram implementadas além da proposta como, o investimento de R\$ 1.071.627,52 nos projetos culturais da lei de incentivo à cultura, Lei Rubem Braga, que ajudaram a viabilizar a projeção de artistas residentes a mais de cinco anos na cidade, inclusive, internacionalmente, como foi o caso do Grupo Projeto Feijoada, que fez turnê na França, e outros artistas que puderam apresentar seus trabalhos para a população. Podemos verificar a produção cultural nos mais diversos seguimentos, como literatura, artes plásticas, dança, teatro, música, carnaval, acervo e memória, artesanato e outras, como resultado do investimento supracitado. A Cultura Popular também passou a receber um incentivo, através da Lei 5388 de 17 de dezembro de 2002 - Mestre João Inácio, a única do Estado do Espírito Santo que tem registro de Patrimônio Vivo e por isso se tornou referência no estado⁴⁸. Foram certificados

⁴⁸ Disponível em: < WWW.viaes.com.br/site4/exibir/38011 >. Acesso em: 07 nov. 2014.

mestres, o que configura um reconhecimento da importância da conservação do patrimônio imaterial para a cultura do município.

Quanto à participação popular, quando no programa consta “Participação popular: por meio de ampliação e fortalecimento dos canais de relação entre a prefeitura e a comunidade, aplicando, na prática, os modernos conceitos de administração pública, que fundem mecanismos de Democracia Representativa com os de Democracia Direta”, foi cumprido ao ser implantado o modelo do Orçamento Participativo, obedecendo as diretrizes do “Modo Petista de Governar”. E ainda sobre a participação popular, em relação aos Conselhos Municipais, que o programa propunha incentivar o funcionamento dos que já estavam formalizados e fomentar a criação de novos, o governo foi fiel aos preceitos do modelo petista. Sobre o êxito das administrações petistas nos quesitos democracia e participação popular, Silva (2009) afirma,

As administrações petistas expressam experiências salutares no campo democrático e popular. Do ponto de vista do imediato, isto é, de políticas voltadas ao atendimento das carências e demandas populares, as gestões petistas, a despeito dos fatores negativos, conseguiram, em muitos casos, impor uma administração diferenciada no tocante às prioridades. Os problemas dizem respeito ao dilema petista entre ser governo e ser oposição, entre reformar a sociedade e revolucioná-la (SILVA, 2009, p. 26).

Nos demais seguimentos, como educação, saúde, esporte, turismo, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento rural e outras demandas de políticas públicas, houveram avanços pontuais, dentro das limitações já colocadas neste trabalho.

No pilar do “Modo Petista de Governar” que trata da inversão de prioridades, que é fazer a opção de investir a partir das necessidades dos mais pobres, o governo petista conseguiu lograr êxito, principalmente no que se refere à infraestrutura dos bairros periféricos. Obras escolhidas pelo Orçamento Participativo ou resultado de Convênios com o Governo Federal e Estadual, foram executadas, prioritariamente, em regiões onde a carência da população estava maior em relação ao serviço público.

Diante de um projeto político construído ao longo de anos, ao chegar ao poder e se deparar com a novidade de ter que governar, o Partido dos Trabalhadores em Cachoeiro de Itapemirim-ES se viu diante de uma encruzilhada, chegando o prefeito a afirmar algumas vezes “o governo é o governo e o PT é o PT”. Houve um distanciamento político entre o governo e o PT e também entre o Partido dos Trabalhadores e sua base social. Em recente artigo na coluna Opinião, do jornal A Folha de São Paulo, de 10/11/2014, sob o título “A fábula petista”, Frei Betto, que atua como assessor dos movimentos sociais e escritor, afirmou,

A história do PT tem resumo emblemático na fábula “A cigarra e a formiga”, de Ésope, popularizada por La Fontaine. Nas décadas de 80 e 90, o partido se fortaleceu com filiados e militantes trabalhando como formigas na base social, obtendo expressiva capilaridade nacional graças às Comunidades Eclesiais de Base, ao sindicalismo, aos movimentos sociais, respaldados por remanescentes da esquerda antitadura e intelectuais renomados” (Folha de São Paulo, 10/11/2014).

Esta fábula cabe também para o Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim-ES, porque o PT é um só em todo o Brasil, variando a conjuntura de cada estado e município, mas seguindo as diretrizes da direção nacional. No mesmo artigo, Frei Betto pontua,

Se o PT pretende se refundar, terá que abandonar a postura altiva de cigarra e voltar a pisar no chão duro do povo brasileiro, esse imenso formigueiro que, hoje, tem mais acesso a bens materiais, como carro e telefone celular, mas nem tanto a bens espirituais: consciência crítica, organização política e compromisso com a conquista de “outros mundos possíveis”.

O Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim-ES construiu um projeto político, chegou ao poder em 2008 e foi reconduzido pelo voto popular a um segundo mandato em 2012. Portanto, não se esgota neste trabalho, a discussão sobre a conduta ideológica do governo petista e nem suas ações administrativas dentro do “Modo Petista de Governar”, uma vez que muitas ficaram muitas lacunas nessa dissertação, a respeito dessa relação.

Também ficou pendente nessa dissertação, uma pesquisa mais apurada das ações do governo petista em políticas públicas para os serviços demandados pela população mais carente, dentro de secretarias como Saúde, Desenvolvimento

Social, Educação, Desenvolvimento Rural, Habitação e Trabalho e outras, que prestam esses serviços.

Sem pretendermos chegar a conclusões exclusivas e definitivas referente a um assunto tão complexo, que é o projeto político do Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim-ES e as ações do governo petista de acordo com os parâmetros do “Modo Petista de Governar”, entendemos necessário proceder um estudo mais aprofundado da relação atual entre PT e Governo, PT e base social e Governo e base social, que aparentemente estejam distanciados, embora pareça que cada um esteja tentando cumprir o seu papel para a construção de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)** - Elites Políticas e Reformismo autoritário. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ANGELO, Vitor Amorim de. O PT visto de dentro: as correntes trotskistas. In:_____.; VILLA, Marco Antonio. (Org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)** - uma história revisitada. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 87-106.

ARAÚJO, João Batista Oliveira de; FONTES, Vírginia; MATTOS, Marcelo Badaró. A chegada do PT ao poder. In: DEMIER, Felipe. (Org.). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003. p. 11-30.

ARCARY, Valério. Política Econômica. In: DEMIER, Felipe. (Org.). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003. p. 31-51.

_____. Reforma Agrária e os Movimentos Sociais. In: DEMIER, Felipe. (Org.). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003. p. 77-93.

_____; FONTES, Vírginia. PT, Socialismo e Democracia. In: DEMIER, Felipe. (Org.). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003. p. 95-120.

AZEVEDO, Fernando Antônio. O PT, a imprensa e a cobertura das eleições presidenciais (1989-2006). In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. (Org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)** - uma história revisitada. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 219-238.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BENJAMIN, Cesar. Política Social. In: DEMIER, Felipe. (Org.). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003. p. 51-59.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 57-94.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História Geral e Econômica do Espírito Santo** - do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade** – Para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAGA, Maria do Socorro Souza. Partido dos Trabalhadores: condições de origem e variações estaduais. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. (Org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)** - uma história revisitada. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 63-85.

BRAGA, Newton. **História de Cachoeiro**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1986.

BRAGA, Rubem. **200 crônicas escolhidas**. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CASANOVA, Pablo González. **O Colonialismo Global e a Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **As novas ciências e as humanidades** – da academia à política. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano**. 6. ed. vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUVEAU, Agnés; TÉTARD, Phillippe. **Questões para a História do Tempo Presente**. Bauru: Edusc, 1999.

COSTA, Marco Aurélio Borges; SALDANHA, Jefferson Mendes. Da esperança para a luz, a força das águas do Itapemirim. In: Marin, Andréia et al.(Org.). **Vestígio da História Sul Capixaba em 11 narrativas**. Vitória: Flor&Cultura, 2011. p.167-176.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil** – ensaios sobre ideias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2. ed. Brasília: Instituto Pólis, 2002.

EVANGELISTA, Lúcio. Tribunal de Contas da União (TCU) - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Controladoria Geral da União (CGU). **Controle Social Versus Transparência Pública**: Uma questão de cidadania. Brasília, 2010.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRIZZO, Diogo. **Entre a classe média e a periferia**: o caso PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2008). 2012.

GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública: A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: _____. (Org.). **Pedagogia da Exclusão** - crítica ao neoliberalismo na educação. 4. ed. Petrópolis:Vozes, 1995. p. 228-252.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Memórias das Trevas**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

HALL, Michael M; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A Classe Operária no Brasil – Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 213-230.

MACIEL, Manoel Gonçalves. **Voltando ao Cachoeiro Antigo**. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe, comentado por Napoleão Bonaparte**. Ed. Martin Claret, 1997.

MARINS, Antônio. **Minha terra e meu município**. 1919.

MATSUMOTO, Carlos E. H.; FRANCHINI, Matías; MAUAD, Ana C. E. Confederação Nacional dos Municípios. Município. **Palco da Vida – a história do municipalismo brasileiro**. Brasília: CNM, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – SECRETÁRIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS. Unesco. **Direitos Humanos do Cotidiano**. 2. ed. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: GSA, 2008.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho Político-Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. Vitória, 2008.

Partido dos Trabalhadores – Diretório Nacional (SP) – Governo e Cidadania. **Balço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

Partido dos Trabalhadores – Diretório Regional de São Paulo-SP. **O Modo Petista de Governar**. Caderno de Teoria & Debate. São Paulo: Camargo Soares, 1992.

Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim- ES – Livro de Atas dos anos de 1982 a 2008.

_____. Programa de Governo “A Cachoeiro que quer o PT”. 2000.

PEREIRA, Ézio Luiz. **Vademecum 14 em 1 Universitário**. 2. ed. Leme: CI Edijur, 2006.

PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de. **O PT na institucionalidade democrática brasileira**. Vitória: GM, 2011.

RÉMOND, René. Uma história presente. In:_____. (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 99-139.

SALM, J. F. et al. **Pesquisa qualitativa**: uma discussão preliminar. Florianópolis: ESAG, 2000 (mimeo).

SAMUELS, David. A democracia brasileira sob o governo de Lula e do PT. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. (Org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)** - uma história revisitada. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 239-271.

SILVA, Antonio Ozaí da. Nem Reforma nem Revolução: a estrela é branca. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. (Org.). **O Partido dos**

Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006) - uma história revisitada. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 13-34.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SOUZA, Silva Leandro Vianna. **Consciência Política e Participação no Orçamento Participativo de Cachoeiro de Itapemirim-ES no período 2009-2012**. Vitória, 2012.

TELLES, Helcimara de Souza. O PT e as eleições para a Câmara dos Deputados. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. (Org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)** - uma história revisitada. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 107-151.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias** – O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

ANEXOS

Anexo A – Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar⁴⁹

O Prêmio é uma atividade do Projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar, cujo objetivo é desenvolver ações para garantir que os recursos públicos destinados à alimentação escolar sejam efetivamente gastos em alimentação de qualidade, em quantidade e regularidade adequadas, para todos os alunos matriculados na educação básica da rede pública de ensino.

O processo de premiação é regionalizado e envolve diversas etapas, tais como: avaliação do formulário de inscrição e de toda a documentação enviada, análise do cardápio oferecido aos alunos, visitas técnicas aos municípios mais bem avaliados e definição dos premiados por uma comissão julgadora formada por profissionais envolvidos direta ou indiretamente com a questão da alimentação escolar.

Ao longo de todo esse processo, um conjunto interligado de critérios é levado em consideração, tais como: qualidade dos cardápios executados, eficiência e educação alimentar e nutricional, valorização profissional das merendeiras, valorização da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, aquisição de gêneros alimentícios orgânicos e da sociobiodiversidade, atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), desenvolvimento de projetos e ações, entre outros.

Neste ano, foram cinco categorias de premiação por região do País: Eficiência e Educação Alimentar e Nutricional, Valorização Profissional das Merendeiras, Valorização da Agricultura Familiar e/ou do Empreendedor Familiar Rural, Participação Social, Merenda Indígena e/ou Quilombola. Todos os inscritos também poderão concorrer na categoria Merenda com Produtos Orgânicos e/ou da Sociobiodiversidade.

A prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim se inscreveu no prêmio referente ao ano de 2012 nas seguintes modalidades: valorização profissional das merendeiras: com o projeto Minha Cozinha é Uma Estrela!! e Capacitações para os manipuladores de alimentos (Curso de Boas Práticas de Manipulação, Cozinha Brasil e Curso de Congelamento); eficiência e educação alimentar e nutricional:

⁴⁹ Documento emitido pela Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim-ES, esclarecendo o que significa o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar.

Semana da Alimentação Saudável e Comer Crescer e Aprender; valorização da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural: Compra da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar e o Projeto Cesta Verde da SEMDES(Secretaria de Desenvolvimento Social).

No mês de Outubro a equipe do projeto Gestão Eficiente da Alimentação Escolar esteve no município para realizar visita técnica para avaliar o município. Após essa visita os municípios foram definidos para premiação.

Anexo B – Entrevista com o presidente da FAMMOPOCI (Federação de Associação de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim), em 23/010/2014, a respeito do orçamento participativo no município

Entrevistado: Ronaldo Machado Xavier, micro empresário da área do mármore e granito, 46 anos, casado, residente no bairro Amaral, em Cachoeiro de Itapemirim.

Entrevistadora: Joana Darck Caetano, mestranda em História Social das Relações Políticas na UFES (Universidade Federal do Espírito Santo).

J.D – Qual a visão que o senhor tem da implantação do Orçamento Participativo em Cachoeiro de Itapemirim?

R.X – O Orçamento Participativo foi apresentado à população como um projeto, um programa de governo muito democrático, onde permite que o cidadão, em conjunto com a comunidade escolha aquilo que é melhor para a sua região, normalmente o cidadão não conhece esse programa, simplesmente o governante que determinava o que ia fazer, junto com a sua equipe, junto com os vereadores, e era daquele jeito. A partir do OP, veio permitir dar ao cidadão o direito de escolha, escolher o que mais convém a comunidade a que ele reside, então foi muito bem aceito, foi um programa bastante democrático.

J.D – Como é a relação dos políticos locais, principalmente os vereadores. Com o OP?

R.X – A relação do político em si, por ser o OP um programa de governo de um gestor do PT e existiam vereadores de outros partidos, às vezes não coligados, existiam influencia política, não é interesse político, aquele que é companheiro, valoriza bem, participa e apoia o projeto, aquele que era do contra fazia de tudo para derrubar. ao longo desses anos que o programa foi implantado em Cachoeiro nós vimos de tudo, nós vimos vereadores acompanhando obras, visitando o local, participando de plenárias e ao mesmo tempo víamos vereadores, tanto no plenário, quanto em mídias fazendo críticas, porque o programa tirou um pouco do poder do vereador de mandar na comunidade, não é o vereador que escolhe, é o cidadão que escolhe e quando você tira o poder do político de decidir e permite que o povo

decida, você causa um mal-estar naquele político, porque ele tem interesse de mandar, de escolher e de se sobrepôr ao direito do cidadão. Então aquele que entendeu o programa e usa como ferramenta de participar com a sociedade de um direito ele é bem visto e é bem aceito, o vereador que pensa de outra forma ou até por interesse político ele é contra. Nós cidadão, nós liderança comunitária conhecemos e entendemos como funciona o OP, a gente vê como um grande benefício para a sociedade.

J.D – Como o senhor, oriundo de uma instituição que representa as comunidades vê a formação dos grupos que gerem o OP?

R.X – Essa eleição é muito espontânea, o Programa define uma agenda, onde vão acontecer as plenárias e essa região é convidada a qualquer um a se manifestar, usar do direito de ser eleito, esse processo é bastante, democrático é permitido a qualquer um que esteja na assembleia a colocar o seu nome a disposição para ser eleito. O que me preocupa às vezes, é que nem todas as pessoas estão preparadas ou tem conhecimento básico necessário para ser um delegado, mesmo que o Governo capacite essas pessoas, porque você fiscalizar uma obra, não basta você ver com os olhos, você precisa conhecer um pouco, precisa ter um discernimento do que é uma obra do que é um projeto, mas você não pode proibir o cidadão de exercer o seu direito, são eleitos democraticamente pelas assembleia e esses fazem as suas funções, logo que toda plenária termina todos participam de uma capacitação e visitam os locais das obras, de certa forma, eles recebem as orientações necessárias para que eles possam de fato serem delegados, só que se perde um pouco na questão técnica, porque você pegar um cidadão, eleito democraticamente que não tem uma cultura, um estudo mais elevado, ele não vai ter um discernimento total sobre aquilo que ele está fiscalizando, a capacitação contribui bastante, mas vejo que a gente deveria selecionar mais, deveria ter alguns critérios a mais, para que o cidadão que se coloque a disposição para ser eleito pela assembleia para ser um delegado, precisaria ter alguns requisitos básicos, justamente para atender a necessidade do que é fiscalizar uma obra.

J.D – Tendo em vista a ideia de não limitar a participação do cidadão na democracia, apenas elegendo seus representantes políticos para os poderes constituídos, mas ser um protagonista permanente na administração pública,

houve um diálogo com a sociedade cachoeirense, sobre esse novo modelo de administração que está sendo implantado?

R.X – Sim, antes até do lançamento do OP, houve várias reuniões do governo com as lideranças explicando o funcionamento para que essas lideranças contribuíssem e passasse isso para a sua comunidade. O projeto foi bem explicado, isso gerou até uma ansiedade muito grande e no primeiro ciclo do OP, naquela ansiedade de ter a obra, foram escolhidas obras que se tornaram difíceis até, na época, de contemplar todas, precisou definir alguns critérios diferentes para os ciclos seguintes, porque o acreditar no projeto foi tamanho, que escolhiam obras, que não tinha nem terreno na comunidade para a obra ser construída, exemplo, eu quero um posto de saúde no meu bairro, mas não tenho um terreno lá, então como é que eu vou ter posto de saúde no meu bairro. E esses detalhes de definições de obras, foram se afinando e se melhorando para os ciclos seguintes.

J.D – Como o senhor avalia o grau de satisfação ou insatisfação da população em relação às obras realizadas indicadas pelo OP?

R.X – Eu vou citar como o exemplo, o bairro Amaral, onde também sou liderança, lá fomos contemplados com duas obras, uma iluminação de uma avenida onde, trafegam um grande número de estudantes e trabalhadores e outra, uma rua secundária de aproximadamente 900 metros de comprimento, foi feita a drenagem e o asfalto, em resumo são obras de excelente qualidade. E as outras que a gente acompanha, também, elas tem uma conclusão muito boa, porque, a partir do momento que o delegado foi orientado que ele é o fiscal, ele passou a acompanhar e exigir qualidade, a construtora passou a ser vigiada, lógico que isso não resolvia todos os problemas, a gente ainda continuou encarando algumas dificuldades, mas a função do delegado passou a ser exercida e as obras aconteceram com qualidade, a gente sabe que algumas obras não foram concluídas, outras ainda não começaram, mas há na equipe do OP interna do governo uma preocupação de dar uma satisfação à comunidade, olha a sua obra não saiu por esse motivo. Tem obras que ainda não começaram a gente tem conhecimento, exatamente por questão de ilegalidade do terreno, existem obras indicadas em bairros, onde o terreno que foi indicado, não tem documento, e aí a gente vê que o prefeito tomou a decisão correta, de não construir em cima de um terreno que não tem documento, ou seja se

regulariza tudo primeiro e ai você tem uma obra de qualidade devidamente documentada.

J.D – O que vem a ser um pacto honesto que é tão frisado nas reuniões do OP?

R.X – Se elege a partir da indicação de cada bairro que compõe aquela região, cada bairro indica a sua obra e depois é eleito dentro dessas indicações aquela que tem a maior quantidade de voto é a primeira a se realizar e existe um valor, que é uma verba definida por região e se na primeira obra o recurso for suficiente para realizar a segunda e por ai em diante. Porém, se a obra eleita em primeiro lugar, tiver alguma inviabilidade técnica que não permitir ser construída, passa para a segunda, a região não deixa de ser contemplada, a prioridade de ser feita é a primeira obra eleita. Qual quer problema que inviabilize a obra, passa para a próxima. Para isso também, existe o fórum de delegados, toda vez que tem que vai se tomar uma decisão, se reúne os delegados daquela região apresenta-se os problemas e em cima disso, tomam-se as decisões, que ai esses delegados levam o problema para a região e com o apoio da administração dar-se uma satisfação a comunidade, estamos passando para a segunda obra, porque esta obra aqui esta impedida por esse ou aquele motivo.

Anexo C – Entrevista com o ex-secretário de Gestão e Estratégia do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES (2009-2010) e atual Deputado Estadual Rodrigo Coelho, responsável pela implantação do orçamento participativo no município.

Entrevistado: Rodrigo Coelho, Deputado Estadual.

Entrevistadora: Joana Darck Caetano, mestranda em História Social das Relações Políticas na UFES (Universidade Federal do Espírito Santo)

J.D – Qual é a sua relação com o município de Cachoeiro de Itapemirim, desde quando reside na cidade?

R.C – Eu resido no município desde dezembro de 2008, eu fui assessor do então deputado Carlos Casteglione por dois mandatos de deputado estadual coordenou a campanha de reeleição e a campanha de prefeito que fez o Casteglione prefeito de Cachoeiro a partir de janeiro de 2009. Eu me mudei pra cá (Cachoeiro), em dezembro de 2008 para assumir a função de secretário municipal de governo.

J.D – Como vê por parte do beneficiário do Orçamento Participativo (o povo), em relação a consciência política e a importância desse instrumento democrático?

R.C – Primeiro é importante ressaltar o que era Cachoeiro para ter o Orçamento Participativo. Porque Cachoeiro era uma cidade pouco mobilizada com pouca crença de que a opinião popular fazia alguma diferença nos destinos da administração pública, porque já tinham passado por experiências de “Orçamento Cidadão”, se não me engano, se não me falha a memória. [...], Teve um “Orçamento Cidadão”, ou coisa parecida no governo passado que não logrou êxito, não foi adiante, não continuou. Então nós tínhamos uma cidade pouco mobilizada com uma crença muito baixa que a população poderia realmente interferir nos destinos do que administração pública poderia fazer, por outro lado, nós tínhamos uma máquina pública com uma capacidade muito baixa de investimentos com recursos próprios, um custeio muito alto, devido a relação de um grande número de servidores, um número de servidores muito alto para a arrecadação, o que inclusive faz com que os salários sejam menores do que nós desejaríamos, então nós tínhamos essa dificuldade pela pouca capacidade de investimento. Pois bem, nesse cenário, foi

proposto ao prefeito que nós implementássemos o Orçamento Participativo em 2009, para que as primeiras obras fossem executadas no orçamento de no orçamento de 2010, o primeiro ciclo então, foi em 2009, mas para a execução em 2010. Nós conseguimos reunir um bom número de pessoas, nós conseguimos mobilizar a cidade numa estratégia de fazer reuniões preparatórias com poucos atores, para que estes mobilizassem a comunidade, nos conseguimos fazer plenária de 200 ou em média 200 pessoas, teve plenárias que nós não conseguimos atingir 100 pessoas, mas teve plenárias com mais de 300 pessoas. Com a entrega das primeiras obras de 2010, quando foi se fazer o ciclo 2010 para o orçamento de 2011, o comparecimento já foi muito maior, então a crença já estava restabelecida, de uma certa forma. As pessoas entenderam o mecanismo para poder conquistar as obras e também começaram a ter uma visão solidária da cidade, quem precisa mais, quem precisa menos, qual bairro que precisa mais, qual bairro que precisa menos, então agente via alianças de bairros para conseguir obras, um bairro que se aliava a outros para que ele conseguisse a obra. De modo que, eu penso que a maior conquista do Orçamento Participativo, não é a escolha em si da obra, mas é essa mobilização, essa leitura da cidade, essa aliança que faz com que esses moradores sejam capazes de abrir mão daquilo que eles gostariam de ter, para que o outro que tem uma necessidade maior pudesse acessar a esse recurso, esse direito, esse serviço, esse investimento que é o que é proposto no Orçamento Participativo. Eu percebo, na minha visão, nós saímos desse ambiente da descrença e da pouca mobilização, para um ambiente de maior mobilização, mesmo que ao longo dos anos relacionados com o número de entregas, a gente tenha maior ou menor mobilização, mas o fato é de que as obras escolhidas são um direito que as pessoas entendem ter e que brigam por eles até que a obra seja realmente entregue, então há um espírito de cidadania presente em todo o mecanismo, em toda a volta, porque o cidadão se sente com o direito de reivindicar de maneira, inclusive, mais forte, mais dura a aquela obra escolhida pela mobilização, o povo entendendo que o poder emana do povo e para ele deverá ser devolvido. Ou deverá ser exercido.

J.D – Tendo em vista, o conceito, de não limitar o cidadão à sua participação na democracia, tão somente elegendo seus representantes políticos, mas ser um protagonista permanente na administração pública, houve um diálogo com

a sociedade cachoeirense, sobre esse novo modelo de administração que estava sendo implantado?

R.C – Houve, claro, nós fomos naquilo que a sociedade tinha de representação, fomos na Câmara Municipal, conversamos com Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares que é a FAMMOPOCI e procuramos fazer a mobilização pelas lideranças reconhecidas na cidade, procuramos as igrejas para que abraçassem esse modelo diferente. No Orçamento Participativo como ele se organiza, fizemos uma nova democracia representativa também, porque os delegados e conselheiros representam aquela comunidade, num universo deferente, numa condição deferente, mas também, demos a eles obrigações e direitos deferentes. Os delegados e conselheiros absorveram para si, o empoderamento de fiscalizar as obras, eles se sentem agente de direito para essa função e exercem isso. Muitos delegados e conselheiros fiscalizam a obra e a comunidade os cobra, quando eles não fazem isso. Então, essa representação também funcionou, e o dialogo passou a ser permanente, porque a escolha da representação feita nas plenárias do Orçamento Participativo, desdobra em reuniões permanentes, que são feitas com esses representantes que surgem a partir da escolha popular nas plenárias do OP.

J.D – Partindo do princípio de que, para todo governo tem uma oposição, de que forma esta recebeu a implantação do Orçamento Participativo em Cachoeiro?

R.C – Com resistência, a rejeição veio de parte da oposição instalada na Câmara Municipal, então a grande crítica e a grande resistência que se tinha, era que isso diminuiria o trabalho do vereador e nós todos somos sabedores que o trabalho do vereador, é legislar, fiscalizar o executivo, tem interferência naquilo que vai ser feito, quando ele vota o orçamento, ele tem autonomia, para poder trabalhar o orçamento, votar o orçamento, emendar o orçamento. Mas, na verdade, a definição do que será feito é do executivo e foi pactuada no processo de eleição, que antecedeu a instalação institucional daquela legislatura, então a resistência se deu muito dessa confusão que indicava o papel do vereador um equívoco, na minha concepção, que muda o papel do vereador, quando na verdade não era se quer conflitante, poderia sim construir novas lideranças com articulação e com comunicação com a base social que vem das comunidades, mas de maneira nenhuma seria impedimento para

que o vereador exercesse bem o seu papel. O vereador, inclusive, poderia ser um agente de mobilização, poderia estimular a participação, poderia reafirmar a liderança de maneira transparente, de maneira republicana, respeitando o desejo popular, inclusive como deve fazer no exercício do seu mandato. Então a maior rejeição veio da oposição na Câmara Municipal. Os demais atores da oposição esperavam ver no que daria essa tentativa, não manifestaram uma oposição imediata, esperaram ver e aí, a oposição que se há acerca do OP. A oposição ela é pontual, na eleição seguinte o adversário do prefeito não assumiu de forma clara que acabaria com o Orçamento Participativo, ele dizia mudar, tentava fazer discursos pontuais, mas não assumia para si o risco de impedir essa ferramenta de gestão, porque o “Orçamento Participativo, para mim é uma ferramenta”, porque ela já tinha sido sedimentada no meio da sociedade e a sociedade já entende ter o direito de interferir, de participar na definição dos investimentos que serão feitos na cidade.

J.D – Olhando de uma forma mais ampla, após a implantação do OP, o Sr. Acredita que o povo estava ou está preparado para exercer este poder, ou seja, decidir sobre o orçamento e as políticas públicas a serem realizadas ou implantadas pela administração?

R.C – Eu não tenho dúvida disso, porque se é verdade que muita das pessoas não conhecem os instrumentos burocráticos que nos levam a finalizar uma peça orçamentária ou construir um PPA (Plano Pluri Anual), ou qualquer outra peça, é inequívoco que ele tenha a real condição de saber o que é necessário na sua região no seu convívio no cotidiano, então, esse saber do que é necessário na minha, rua na minha região, no meu bairro faz com que ele tenha todas as condições de discutir, de debater tudo que deverá ser feito nessa localidade e a população se mostrou até extremamente amadurecidas quando as alianças começaram a se instalar, as alianças da qual eu falei, a de um morador de um bairro se aliar a moradores de outro bairro para escolher a obra, porque aquela era mais importante naquele momento do que a outra, ou seja, eles tinham uma leitura do que era necessário por escala de prioridades para cidade, para aquela região, onde eles estavam sendo chamados a participar. Então eu percebo claramente que o povo tem totais condições de fazer a escolha, de ter esse protagonismo que é proposto no Orçamento Participativo.

J.D – Como o Sr. Vê a relação do Poder Legislativo Municipal com o OP, no período de sua implantação?

R.C – Eu falei dessa relação do Legislativo, a partir da oposição, mas houve também apoio do Legislativo, não foi a totalidade das pessoas que fizeram oposição a implantação do Orçamento Participativo. Houve um grupo de vereadores, que inclusive entenderam o OP como um instrumento capaz de desafogar a demanda pontuais do mandato deles, fazendo com que essas demandas fossem direcionadas para o debate da comunidade e eles participavam da vida social e construía seu mandato de outra forma, com os instrumentos que são próprios da Câmara Municipal. Então, se de um lado houve uma oposição, por conta de entender alguns vereadores que havia um esvaziamento do papel do vereador, por outro lado, houve um apoio porque se tinha um mecanismo, onde a população poderia falar direto com aquele responsável, pelas obras necessárias na região, fazendo com que o vereador tivesse condições de tocar o seu mandato com liberdade.

J.D – Como um dos idealizadores da implantação desse modelo de administração aqui no município, como o Sr. vê a participação da sociedade cachoeirense no OP?

R.C – Eu acho que tem uma resposta boa, principalmente dos bairros, a população distribuída nas periferias tem uma boa participação, os bairros têm uma participação muito ativa, muito efervescente, claro que com momentos de maior e menor participação, dependendo das entregas feitas no ciclo anterior, quanto mais atendidas estão as obras, maior a participação, quanto menos atendida menor é a participação, porque na execução de uma obra há uma série de imprevistos, o imponderável está presente que pode atrasá-la, então quanto maior a sua execução, quanto mais em dia tiver, maior a sua participação, mas eu entendo muito vivo, evidentemente que tem a região que menos tem participação é a região mais central, em que a área que menos residencial, essa tem menor participação no orçamento participativo.

Anexo D – Relatório das plenárias do orçamento participativo por região

REGIÃO 1: Localidade de Tijuca, Álvaro Tavares (União), Alto União, Monte Belo, Nossa Senhora da Glória, Amarelo, Alto Amarelo, Localidade de Safra, Paraíso, São Geraldo e São João da Lancha.

Números:

OP 2010	Qua, 22/06/09	EMEB Monteiro Lobato - Alto União	120 inscritos
OP 2011	Ter, 04/05/10	EMEB Monteiro Lobato - Alto União	486 inscritos
OP 2012	01/04/11	EMEB Monteiro Lobato - Alto União	96 inscritos
OP 2013	Qui, 03/06/12	EMEB Geny Guardia – São Geraldo	198 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Macro Drenagem – São Geraldo	Entregue
	Construção da unidade de Saúde (PSF) - Paraíso	Terreno
OP 2011	Construção de Muro de Arrimo na rua José O. Gomes (rua 08) – Alto União.	Entregue
	Construção da ponte da lagoa – Tijuca.	Entregue
OP 2012	Construção da Sede do Centro Comunitário – Alto União	Verba
	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta – São João da Lancha.	Terreno
OP 2013	Construção Centro Comunitário (com capela mortuária) paralelo ao campo de futebol – São Geraldo	Levantamento topográfico (?)

Conselheiros atuais:

- Pedro Laudelino Mengali – São Geraldo
- Luiz Geraldo Minto - Paraíso

Média recurso dos 4 ciclos: R\$ 1.276.179,00

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 2: São Luiz Gonzaga, Coronel Borges, Arariguaba, Baiminas, Bela Vista, Amaral e Presidente Arthur Costa e Silva.

Números:

OP 2010	23/06/09	9º BPM – São Luiz Gonzaga	190 inscritos
OP 2011	Qui, 10/06/10	Emeb Olga Dias da Costa Mendes – Cel. Borges	466 inscritos
OP 2012	Sex, 08/04/12	Emeb Luiz Pinheiro – Cel Borges	209 inscritos
OP 2013	Qui, 10/05/12	EEEF Clube do Bosque – Amaral	112 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Asfaltamento da Rua José Mancini – Amaral	Entregue
	Iluminação Av Luiz Nemer – Amaral	Entregue
	Reforma EMEB São Juracy Magalhães – São Luiz Gonzaga	Entregue
OP 2011	Drenagem Pav Almerinda A Rocha – Baiminas	Entregue
OP 2012	Muro arrimo Rua Cel Fco Athayde – Cel Borges	Andamento e 2ª parte licitação
OP 2013	Dren Pav ruas José Marcondes, Otávio Rocha, Sidney J. Figueira, Arthur S Carvalho – Pres Arthur Costa e Silva	Licitação (recurso desde 12/03/14)

Conselheiros atuais:

- Maria Marlene F. Machado – Arthur Costa e Silva
- Ronaldo Machado Xavier - Amaral

Média de recursos nos 4 ciclos: R\$ 1.396.673,70

Possíveis pedidos: creche no Bairro São Luiz Gonzaga. Em conversa com a SEME já foi vetada a solicitação. Motivo: a creche da região será a Olga Dias do Cel Borges (qual será reconstruída) e Educação infantil será na Emeb Juracy Magalhães no São Luiz Gonzaga.

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
Entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 3: Alto Independência, Ibitiquara, Ferroviários, NS Aparecida, NS Penha, Sta. Cecília, Independência e Santa Helena

Números:

OP 2010	24/06/09	Emeb Zilma Coelho – Ferroviários	56 inscritos
OP 2011	Qui, 27/05/10	Emeb Anacleto Ramos – NS Penha	263 inscritos
OP 2012	Sex, 18/03/11	Emeb Prof Maria Carmo Magalhães – NS Aparecida	125 inscritos
OP 2013	Qua, 09/05/12	Emeb Zilma Coelho – Ferroviários	306 inscritos

Apuração Obras:

OP 2010	Abertura Rua Sebastião Pereira – NS Penha	Andamento
	Muro de contenção Duque Caxias – Independência	Entregue
OP 2011	Muro arrimo Barão de Mauá - Independência	Verba (R\$ 4.000.000)
	Muro arrimo José Paulino Cipriano – NS Aparecida	Entregue
OP 2012	Novo acesso rua Alcebiades – NS Aparecida	Andamento
OP 2013	Construção PSF – NS Penha	Terreno...

Conselheiros atuais:

- Onamir Xavier Soeiro – Santa Helena
- David Alves da Silva – NS Penha

Média de recursos dos 4 ciclos: R\$ 1.204.969,00

Possíveis pedidos:

- Escadaria R Moacir Santos que termina na Erecê Toledo – Bairro Sta Cecília
- “Intervenção” (Muro contenção e drenagem e pavimentação) R Hugo Cuoco – Bairro Sta Helena

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
Entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 4: Abelardo Machado, Aquidaban, Alto Novo Parque, Bom Pastor, Fé e Raça, Novo Parque, NS Fátima, Village da Luz, Rubem Braga

Números:

OP 2010	25/06/09	Emeb Prof Athayr Cagnin – Abelardo Machado	132 inscritos
OP 2011	Qui, 29/04/10	Emeb Gercia Guimarães – Village	517 inscritos
OP 2012	Seg, 04/04/11	Emeb Gercia Guimarães – Village	156 inscritos
OP 2013	Sab, 05/05/12	Emeb Prof Athayr Cagnin – Abelardo Machado	169 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Const PSF Novo Parque	Andamento
	Dren Pav Rua Manoel Belmiro dos Santos – NS Fátima	Entregue
	Pav Rua Justo Bicalho – Abelardo Machado	Entregue
OP 2011	Constr PSF Abelardo Machado	Andamento
OP 2012	Den Pav Ruas Adinalda Dias e Jair Coelho – Bom Pastor	Entregue
OP 2013	Reforma Quadra Poliesportiva – NS Fátima	Projeto

Conselheiros atuais:

- Maria Julia Viana Ribeiro – Bom Pastor
- Lucimar Gomes dos Santos – NS Fátima

Média recurso 4 ciclos: R\$ 1.757.283,70

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 5: Basiléia, Campo Leopoldina, Otto Marins, Nova Brasília, Zumbí, São Fco Assis, Pq Laranjeiras

Números:

OP 2010	30/06/09	Ginásio Munic Esportes Nello Volla Borelli – N Brasília	189 inscritos
OP 2011	Ter, 11/05/10	Eneb São Fco Assis – São Fco Assis	278 inscritos
OP 2012	Seg, 11/04/11	Eneb Alayr Turbay Baião – Otto Marins	220 inscritos
OP 2013	Sex, 11/05/12	Escola IPE – Campo Leopoldina	258 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Constr Muro Rua Jovelino Paiva – Basiléia	Entregue
	Dren Pavim Rua Lopes Barbieri e Eugênia M Mangueira – São Fco Assis	Entregue
	Alargamento Rua Randolpho Saturnino Freitas – Sto Antônio	Entregue
OP 2011	Dren Pavim João Carreiro Evangelista – São Fco Assis	Andamento
	Aquisição local para área de lazer – Pq Laranjeiras	Semfa desde 10/04/12
OP 2012	Dren Pavimentação R. Isaías Martins – Campo Leopoldina	Andamento
OP 2013	Dren Pavi e abertura das ruas Francisco Rubim e Guilherme G Silva – Campo Leopoldina	Projeto prometido pro final de 2014

Conselheiros atuais:

- Clovis Pereira – Campo Leopoldina
- Reginaldo Luiz Pereira – São Fco Assis

Média de recurso dos 4 ciclos: R\$ 1.401.528,80

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 6: Estellita C. Marins, Maria Ortiz, Vila Rica, Ilha da Luz, Teixeira Leite, Elpidio Volpini (Valão)

Números:

OP 2010	01/07/09	Emeb Prof Elisio Cortes Imperial – Teixeira Leite	155 inscritos
OP 2011	Qui, 15/04/10	Emeb Maria Dolores P. Amaral – Valão	454 inscritos
OP 2012	Ter, 12/04/11	Emeb Anísio Vieira de Almeida Ramos – Vila Rica	366 inscritos
OP 2013	Ter, 08/05/12	Emeb Prof Elisio Cortes Imperial – Teixeira Leite	132 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Asfaltamento Rua Guido Carletti até Alto Vila Rica – Teixeira Leite	Entregue
	Construção PSF Teixeira Leite	Licitado / IEMA
OP 2011	Revitalização Linha Ferrea – Valão x Ilha Luz	Projeto a ser adaptado ao valor de 600 mil. Provavelmente será possível apenas melhorar a acessibilidade dos trazeuntes em alguns trechos.
	Dren Pav Porfírio Biazatti – Valão	Entregue
OP 2012	Dren Pav Av Consolação, Ruas Arno Herkenhoff, Newton Fardim e Fernando De More – Vila Rica	Andamento
OP 2013	Dren Pav Rua Severo Partele – Teixeira Leite	Data prevista para licitar 28/07/14

Conselheiros atuais:

- José Dalvi – Teixeira Leite
- Elias Altoé – Vila Rica

Média de recursos nos 4 ciclos: R\$ 1.040915,30

Possíveis pedidos:

- Drenagem e Pavimentação (muro e alargamento) Rua Rosa Merenda Biazatti – Valão
- Drenagem e Pavimentação (muro e escadaria) Rua Ana Maria Amaral - Valão

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13

Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 7: Coramara, Gilson Carone, Waldir Furtado Amorim (BNH baixo), Dr Luiz Tinoco da Fonseca (BNH de cima), Central Parque, Marbrasa, aeroporto, Rui Pinto Bandeira e Boa Vista

Números:

OP 2010	02/07/09	Ginásio de Esportes Giovanni Valliati Carari – BNH	129 inscritos
OP 2011	Ter, 27/04/10	Emeb Pe Gino Zatteli – Gilson Carone	447 inscritos
OP 2012	Ter, 05/04/11	Emeb Prof Deusdedith Batista – Coramara	270 inscritos
OP 2013	Seg, 07/05/12	Ginásio aeroporto – Aeroporto	202 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	P.A. Marbrasa	MS prorrogou prazo para OS até 12/14. Elicon publicado e homologado. Processo tramitando entre PGM e CIG. Na PGM desde 11/07/14 Falta PGM julgar recurso. Estamos perdendo prazo da execução q começou a ser contado os 9 meses a partir de 02/05/14
OP 2011	Dren Pav Rua Abel Santana – Gilson Carone	Entregue
	Dren Pav Ampliação Rua José Calegari – Aeroporto	Andamento. A licitar 2ª etapa
OP 2012	Dren Rodovia Ricardo Barbieri x Loteam Por do Sol – Rui Pinto Bandeira (\$1.381.320,00)	Projeto grande e caro. Acima de 5 milhões. Em estudo e captação de recurso.
OP 2013	Dren Pav Ruas Plácida Silva e Bernardo P – Rui Pinto Bandeira (\$1.049.096,37)	

Conselheiros atuais:

- Helio Carlos Silva Miranda –Rui Pinto Bandeira
 - Evaldo Gonçalves Martins -Aeroporto
-

Média de Recursos nos 4 ciclos: R\$ 1.288.354,00

Possível pedido:

- Construção de creche (0 a 5 anos). Terreno PMCI. Avisar que depende do estudo de demanda da SEME. Eles decidem se querem correr o risco. – Coramara

- Pavimentação das Ruas Claudina Ribeiro de Almeida e Virgílio Dias de Almeida – Boa Vista

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
Entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 8: Jardim América, IBC, Jardim Itapemirim, Boa Esperança, Monte Cristo, Alto Monte Cristo, São Lucas, Caiçara, Agostinho Simonato

Números:

OP 2010	03/07/09	Eneb Galdino Teodoro da Silva – Jd Itapemirim	142 inscritos
OP 2011	Qui, 06/05/14	Eneb Galdino Teodoro da Silva – Jd Itapemirim	319 inscritos
OP 2012	Qua, 06/04/11	Eneb Galdino Teodoro da Silva – Jd Itapemirim	359 inscritos
OP 2013	Sab, 12/05/12	Eneb NS Graças – Agostinho Simonato	233 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Dren Pav Paulina Simonato – A. Simonato	Entregue
	Calçamento R Joaquim Geraldo Farias – Jd Itapemirim	Entregue
OP 2011	Constr creche Antonia M ^a Rosa – São Lucas	Andamento
	Aquisição Terreno p construção área de lazer	Em permuta por dren pav de 3 ruas
OP 2012	Área de lazer - São Lucas	Projeto (o dono não quer vender)
	Área de lazer – Agostinho Simonato	Em permuta por dren pav de 3 ruas
OP 2013	Reforma da EMEB NS Graças	Projeto

Conselheiros atuais:

- ~~Antônio Rizzo M. Santos – Agostinho Simonato~~
- Vanderlei José Santana – São Lucas

Média recursos 4 ciclos: R\$ 1.271.842,30

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
Entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 9: Centro, Sumaré, Dr Gilberto Machado, Recanto, Guandú, Santo Antônio

Números:

OP 2010	07/07/09	EEEF Fraternidade e Luz – Sumaré	66 inscritos
OP 2011	Ter, 25/05/10	EEEF Fraternidade e Luz – Sumaré	238 inscritos
OP 2012	Sab, 16/04/11	Centro Universitário São Camilo – Campus II - Recanto	121 inscritos
OP 2013	Qui, 17/05/12	Centro Universitário São Camilo – Campus II - Recanto	66 inscritos

Apuração Obras:

OP 2010	Constr muro arrimo R Gladistone Rubim – Sumaré	Entregue
	Muro contenção R Nagib Abreu Couto – Recanto	Entregue
	Redução praça Gilberto Machado – Gilberto Machado	Entregue
OP 2011	Dren Pav Ruas M ^a Rosa Guimarães Costa, José Turini, Moisés Altoé – Recanto	Verba FGTS –reajuste projeto/ planilha. Fase contratação. Licitação prevista: 10/14
OP 2012	Dren Pav Construção Rua Naim Nagibe – Recanto	Projeto aguardando planilha
OP 2013	Muro arrimo Aurea Pinto Gonçalves – Gilberto Machado	Licitação

Conselheiros atuais:

- Maria Anita Z. Santolim - Recanto
- Adilson Raimundo Oliveira Junior - Sumaré

Média recursos 4 ciclos: R\$ 1.318.253,20

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
Entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 10: Distritos de Itaóca, São Vicente e Condurú**Números:**

OP 2010	08/07/09	EEEF Petronilha Vidigal – Itaóca	349 inscritos
OP 2011	Qui, 20/05/10	Ginásio de Esportes – Condurú	219 inscritos
OP 2012	Sex, 15/04/11	Emeb São Vicente – São Vicente	375 inscritos
OP 2013	Qua, 16/05/12	EEEF Petronilha Vidigal – Itaóca	52 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Constr Praça pública com área de lazer	Entregue
	Reforma EMEB Dolores Gonçales Vila – Condurú	Entregue
OP 2011	Dren Pav R José Fernandes – Itaóca	Entregue
OP 2012	Reforma ampliação EMEB São Vicente	Projeto quase pronto aguardando aprovação
OP 2013	Dren Pav R Antônio Soares x Pedro Vivacqua – Itaóca	Projeto pronto aguardando verificação diferença de nível.

Conselheiros atuais:

- Joelson Bastos Louzada - Itaóca
- Sebastião Pacheco dos Santos - Condurú

Média de recursos dos 4 ciclos: R\$ 819.630,95

Possíveis pedidos: Aquisição terreno para expansão do cemitério público - Condurú

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
Entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 11: Distritos de Burarama, Pacotuba e Coutinho**Números:**

OP 2010	06/07/09	Ginásio Municipal João Gava – Burarama	230 inscritos
OP 2011	Ter, 18/05/10	Qda Esport Pacotuba	412 inscritos
OP 2012	Sab, 02/04/11	Qda Esport Coutinho	401 inscritos
OP 2013	Sex, 04/05/12	Emeb Luiz Semprini – Pacotuba	205 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Constr Capela Mortuária – Burarama	Entregue
	Constr Centro Comunitário de Pedra Lisa - Pacotuba	Entregue
	Constr Creche – Coutinho	Entregue
OP 2011	Constr Ginásio Esportes – Pacotuba	Projeto quase pronto. Previsão de licitação setembro/14
OP 2012	Dren Pav R Projetada x Julio Souza – Coutinho	Planilha. Previsão de licitação: agosto/14
OP 2013	Reforma e Ampliação Centro Social Rua Diogo P Amorim – Pacotuba	Projeto quase pronto. Verba 700 mil (sem praça)

Conselheiros atuais:

- Edson Luiz Moreira - Pacotuba
- Ivanir José Dardengo - Burarama

Média recursos 4 ciclos: R\$ 791.547,22

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 12: Distritos de Gironda, Soturno e Gruta**Números:**

OP 2010	11/07/09	EMEB Jácomo Silotti – Soturno	81 inscritos
OP 2011	Ter, 01/06/10	EMEB Jácomo Silotti – Soturno	310 inscritos
OP 2012	Qui, 14/04/11	EMEB Jácomo Silotti – Soturno	254 inscritos
OP 2013	Ter, 15/05/12	EMEB Jácomo Silotti – Soturno	93 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Constr EMEB Sebatião Rosa Machado – Soturno	Entregue
OP 2011	Dren Pavi Trecho Gironda x Santana – Gironda	Entregue (parte possível)
	Aquisição terreno p construção campo – Gruta	Terreno
OP 2012	Dren Pav R Ângelo Silotti, Paulo Babiske e Santos Mancini – Soturno	Entregue
OP 2013	Pav até comunidade Canto feliz – Soturno	Estudo aguardando chegada do aparelho topográfico que já chegou

Conselheiros atuais:

- Ademar Francisco Lunz - Soturno
- Antônio Fernandes P. Martins - Gironda

Média de recurso dos 4 ciclos: R\$ 773.564,62

Possível pedido:

- Drenagem e pavimentação (continuação de rua) R. Adão Matielo - Gironda
- Ampliação da quadra de esportes ao lado da creche - Gironda

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
Entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

REGIÃO 13: Distritos de Córrego dos Monos, Santa fé e São Joaquim**Números:**

OP 2010	09/07/09	EEEF Prof Amélia Toledo do Rosário	122 inscritos
OP 2011	Ter, 08/06/10	Quadra Esportiva São Joaquim	91 inscritos
OP 2012	Qua, 13/04/11	EMEB Tereza Avelar Pícoli – Córrego dos Monos	158 inscritos
OP 2013	Seg, 14/05/12	EEEF Santa Fé de Cima	94 inscritos

Apuração obras:

OP 2010	Constr capela Mortuária – Córrego dos Monos	Entregue
	Constr EMEB São Joaquim – São Joaquim	Entregue
OP 2011	Constr Centro Comunitário 2 pavimentos – São Joaquim	Já na CML para publicar edital licitação
OP 2012	Dren Pav R Juarez Coelho – Córrego dos Monos	Entregue
OP 2013	Reforma campo Santa Fé	Projeto arquitetônico pronto, faltam os complementares

Conselheiros atuais:

- Angela Maria Trintin Costa – São Joaquim
- Marco Antonio Bonim de Souza – Córrego dos Monos

Média recursos nos 4 ciclos: R\$ 530.007,15

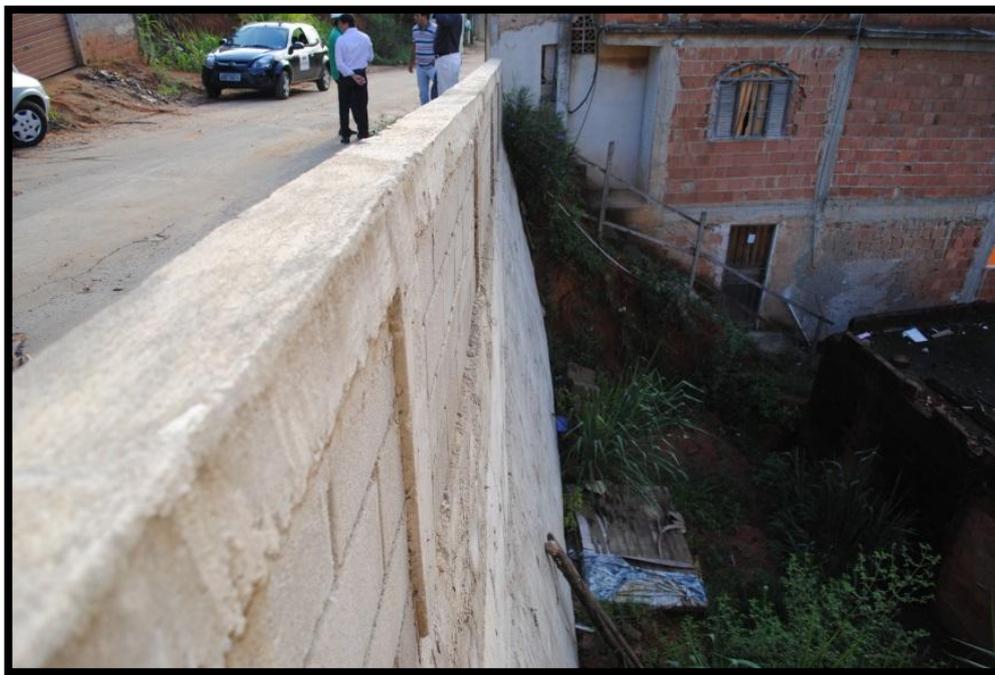
Possíveis pedidos:

- Drenagem e Pavimentação Rua “morro do Nicolau” na entrada da Rua Argemiro Gomes Leal – Córrego dos Monos

	OP 2010	OP 2011	OP 2012	OP 2013	TOTAL
Terreno	1	1	1	1	4
Lev top		1	1	2	4
Projeto		2	4	7	13
Planilha		1	1		2
Verba		2	1		3
Licitação	2	1		3	6
Execução	2	7	4		13
Entregue	24	5	3		32
TOTAL	29	20	15	13	77

Anexo E – Fotos de obras de infraestrutura de bairros periféricos

Drenagem, pavimentação, muros e escadaria no bairro Alto União.

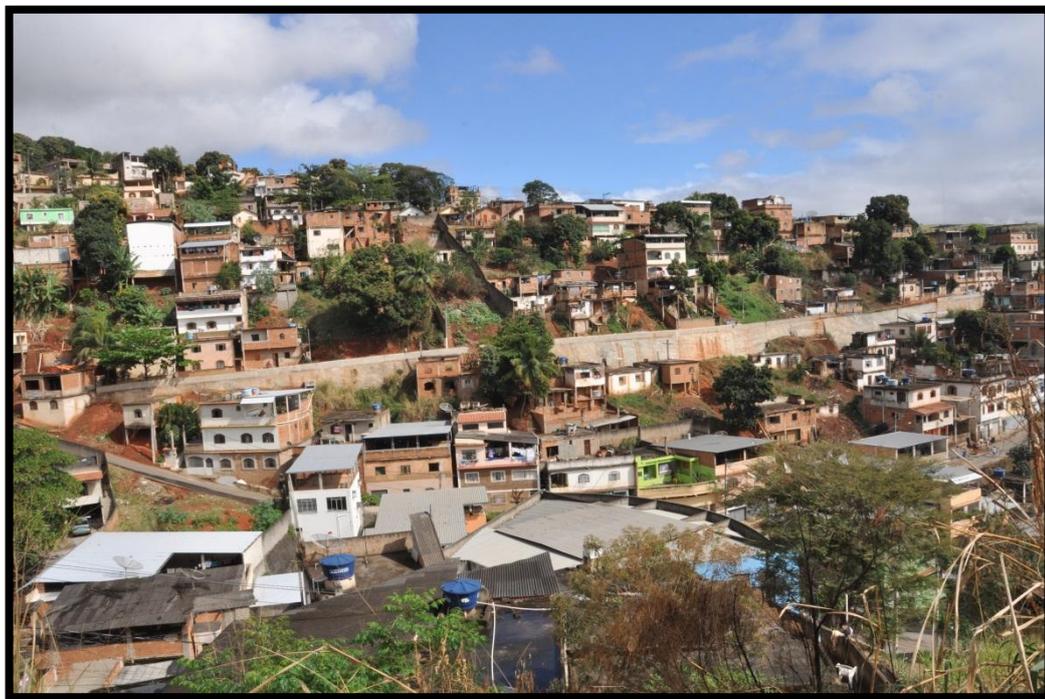


Rua Moacir Antonio da Silva



Rua Eloy Martins e Rua Helena Paes

No bairro Zumbi, que abriga a maior população do município, foi construído um muro de arrimo, que contempla uma extensão que abrange várias ruas, onde as casas estavam em situação de risco, conforme foto abaixo:



Ruas José Antonio Santana, Nova Venécia (Foto) e Edith Santana (muro), Maria Dias da Silva (escadaria), Maria Dias da Silva, Mimoso do Sul e Ameliz Passamai (pavimentação)

O bairro Nossa Senhora Aparecida, foi atendido com pavimentação de ruas, drenagem e muro. Vale ressaltar que esse bairro, bem como Alto União e Village da Luz, são destacados em nosso estudo.



Ruas Arenívea dos Santos (dois muros e pavimentação), José Paulino Cipriano, Bertília Ferreira, Cenilda Faria, Antônio Vieira, Anísio Marques e José Rodrigues (pavimentação) e Alcebíades Joaquim Francisco (drenagem e pavimentação)

No bairro Santa Cecília, foi construída uma galeria que permite o acesso aos bairros Santa Helena, Nossa Senhora da Penha e Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Banco de imagens da Secretaria Municipal de Obras de Cachoeiro de Itapemirim-es